

UNIVERSIDADE DO MINHO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES



JOÃO ANTERO GONÇALVES FERREIRA

BRAGA
2001

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
I PARTE: Sistema de aquisição de dados para a Reconstituição de Paróquias	6
1. Demografia Histórica: da Reconstituição de Famílias à Reconstituição de Paróquias	7
1.1. O nascimento de uma ciência	7
1.2. A evolução da demografia histórica em Portugal.....	11
1.3 A abertura de novos caminhos.....	15
2. A Informática e a Metodologia de Reconstituição de Paróquias.....	16
3. Recolha e organização dos dados paroquiais	22
3.1. Redefinição da Estrutura de Dados	22
3.1.1. Classificação dos Indivíduos	23
3.1.2. Modelo Entidades/Relações	25
3.2. Formulários de Interação com o Utilizador	28
3.2.1. O Formulário “Família”	30
3.2.2. O Formulário “Indivíduos”	33
3.3. O Modelo de Interação com o Utilizador aplicado à MRP.....	37
3.3.1 Introdução de registos de baptizado	37
3.3.2 Introdução de registos de casamento	41
3.3.3 Introdução de registos de óbito.....	45
3.3.4 Verificação e marcação do Início e Fim de Observação	47
4. Exportação de dados em formato Gedcom.....	48
II PARTE A reprodução social em S. João das Caldas (1600-1910).....	51
1. Enquadramento Histórico-Geográfico.....	52
2. Tendências Demográficas em S. João das Caldas.....	58
3. Nupcialidade.....	69
3.1 Sazonalidade ao Casamento	69
3.2 Idade Média ao Primeiro Casamento	73
3.3 Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento	77
3.4. Celibato Definitivo	79
3.5. Origem Combinada dos Cônjuges.....	84
4. A Reprodução Social na Comunidade Vizelense	89
4.1. Objectivos e fontes	89
4.1.1. Livros de Registo de Testamento	89
4.1.2. Róis de Confessados.....	89
4.1.3. Listas Fiscais e Eleitorais	91
4.2. Estratégias de descendência: duas famílias de proprietários.....	93
4.2.1. Casa de Agrelas	93
4.2.2. Casa da Barreira	98
4.2.3. Traços comuns no comportamento destas famílias	101
4.3. Estratégias de Descendência: uma família de moleiros.....	108
4.4. A comunidade de S. João em finais do século XIX	110
5. Conclusão	114
Apêndices e Quadros	118
Apêndice 1: Memória Paroquial de S. João das Caldas de Vizela – 1758.....	119
Apêndice II - Acerca da utilização de caracteres universais	128
Apêndice III - Estrutura de Dados.....	129
Quadro I – Movimento de Baptismos.....	130
Quadro II – Movimento de Óbitos Maiores de Sete Anos	131

Quadro III – Movimento Global de Óbitos	132
Quadro IV - Mortalidade de Crise.....	133
Quadro V - Idade Média ao 1º Casamento	135
Quadro VI - Lista da Derrama Municipal (1872-73)	136
6. Fontes:	139
6.1. Registos paroquiais.....	139
6.2. Registos Administrativos e Fiscais.....	139
6.3. Arquivo da Companhia dos Banhos	139
7. Bibliografia.....	140

INTRODUÇÃO

Empenhados no estudo das famílias da paróquia de S. João das Caldas de Vizela, desde o século XVII ao séc. XX, foi muito estimulante recordar uma obra de Daniel Bertaux, “*Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*”, publicada em 1978. De facto a sua reflexão sobre a determinação social dos destinos pessoais – “*Como nos tornámos no que somos, como nos tornamos no que seremos?*” [BERTAUX,1978:7] – aproximava-se muito da tarefa que pretendíamos empreender. Se no seu estudo Bertaux partiu da análise de inquéritos sobre a mobilidade social em França, também nós poderíamos utilizar o material de que dispúnhamos, os registos paroquiais e outras fontes históricas, para realizar o nosso próprio *inquérito*. Aliás, de certa forma, Bertaux já aponta este caminho quando afirma que: “A questão da determinação social dos destinos pessoais abre também a porta a um universo extremamente rico de relatos biográficos, de histórias de famílias, de processos sociopsicológicos vividos pelas pessoas em mobilidade social (...)” [BERTAUX,1978:277].

Na escolha da cidade de Vizela como campo de trabalho da nossa investigação pesou não só o facto de ser o local onde exercíamos a nossa actividade de professor do ensino secundário, mas também as informações que nos indicavam tratar-se de uma comunidade que tinha sofrido grandes transformações ao longo do século XIX, com o desenvolvimento de uma estância termal. A nossa ambição era a de partindo da análise dos principais comportamentos demográficos, apreciar na longa duração a adaptação das famílias a essa nova realidade económica e social.

Para levar a cabo este estudo decidimos incidir a nossa investigação na análise do matrimónio, pois acreditávamos que por detrás desta instituição poderíamos surpreender toda uma série de estratégias de reprodução social. Neste princípio seguíamos, entre outros, F. Chácon que a este propósito afirmava que: “A família é, pois, a instituição social através da qual se leva a cabo não só a reprodução de todo o sistema social, como também as possibilidades ou não de mobilidade dos distintos grupos sociais. (...) Aliança, família e parentesco constituem denominadores comuns nos mecanismos de reprodução e controle social” [CHACON, 1990].

Com base na metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim, organizámos a informação disponível nos registos paroquiais, constituindo uma base de

dados informática com todos os indivíduos com residência documentada na paróquia em encadeamento genealógico.

Pacientemente, fomos completando a base de dados com informações recolhidas em vários tipos de fontes tais como, registos de óbito, testamentos, róis de confessados, recenseamentos eleitorais e fiscais, registos da administração pública, memórias descritivas, jornais, reconstituindo assim as *histórias de vida* dos habitantes da comunidade em estudo.

O recurso aos meios informáticos como auxiliares na tarefa de reconstituição da paróquia, levou-nos a reflectir sobre o aperfeiçoamento da base de dados que então utilizávamos e sobre as formas de agilizar o processo de introdução e cruzamento da informação. O fruto dessas nossas reflexões está desenvolvido na primeira parte deste trabalho, onde apresentamos uma aplicação para recolha, organização e tratamento da informação paroquial, bem como a fundamentação teórica que a suporta.

O desenvolvimento desta aplicação facilitou-nos o cruzamento nominativo de uma diversidade de fontes com a nossa base de dados paroquial, bem como o estudo genealógico da comunidade que estudámos. É o resultado dessas pesquisas que apresentamos na segunda parte deste trabalho, onde tentamos analisar na longa duração as estratégias de reprodução social utilizadas pelas famílias de S. João das Caldas.

I PARTE:

Sistema de aquisição de dados para a Reconstituição de Paróquias

1. DEMOGRAFIA HISTÓRICA: DA RECONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS À RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS

1.1. O nascimento de uma ciência

A ambição de aprofundar o conhecimento da vida do homem no passado, de iluminar o percurso dos “esquecidos da história”, de caminhar no sentido de uma verdadeira “história global”, desde muito cedo despertou nos investigadores sociais o interesse pela exploração dos registos paroquiais. Estas fontes, livros de registo de baptizados, casamentos e óbitos, róis de confessados, livros de visitas e devassas, permitiriam alcançar etapas fundamentais da vida do mais anónimo indivíduo, na mais remota comunidade.

Das várias tentativas de exploração destes materiais destacam-se os esforços de Louis Henry e Pierre Goubert. Estes dois investigadores, com diferentes objectivos, sem conhecerem o trabalho um do outro, esforçavam-se nos anos 50 do século passado, por definir um método que lhes permitisse utilizar nos seus estudos as informações recolhidas nos registos paroquiais.

Seria contudo Louis Henry o primeiro a formalizar um método de exploração que, pelo rigor e segurança dos resultados obtidos, mais acolhimento recolheu na comunidade científica. Em 1956, acompanhado por Michel Fleury publica o famoso “*Des registres paroissiaux à l’histoire de la population. Manuel de dépouillement et d’exploitation de l’état civil ancien*”, um verdadeiro guia prático onde são apresentados exhaustivamente os passos metodológicos a seguir na exploração dos registos paroquiais. Dois anos mais tarde, em 1958, agora acompanhado por Gautier, publica uma monografia sobre a paróquia de Crulai, utilizando a sua própria metodologia.

Os passos fundamentais da metodologia de Henry passam pela recolha em fichas de acto (baptismo, casamento, óbito) dos dados dos registos paroquiais, organizando-os a partir dos casamentos efectuados na paróquia em estudo. A informação assim recolhida é, posteriormente cruzada numa ficha de família (figura1), que resume toda a informação necessária à posterior análise demográfica – a idade ao casamento e ao óbito dos cônjuges e dos filhos, a idade da mãe ao nascimento de cada filho, os intervalos

Cerca de trinta anos após o nascimento da demografia histórica, em 1984, numa obra significativamente intitulada “*Pour la démographie historique*”, Jacques Dupâquier, ensaiou um balanço da evolução desta disciplina. Parece-nos importante sintetizar, pela sua actualidade e pertinência, algumas das dúvidas que na oportunidade este investigador apontou:

1) *Rendimento do trabalho e problema dos efectivos*: o trabalho sobre fontes nominativas exige um enorme investimento de recursos, consome muito tempo de investigação, o que conduz forçosamente ao estreitamento da base de observação. Confirmava este raciocínio com a ausência de estudos sobre espaços urbanos e com a constatação do reduzido número de efectivos que suportavam os cálculos estatísticos apresentados nas várias monografias.

2) *Estreiteza do campo de observação*: consequência directa do ponto anterior, na medida em que o investigador, condicionado pelo problema do rendimento do trabalho, limita a área geográfica que estuda (vendo-se impossibilitado de acompanhar fenómenos de mobilidade) e o período em análise (dificultando a percepção de fenómenos de longa duração).

3) *Representatividade e significação dos resultados*: a maior parte da análise demográfica é efectuada sobre as famílias completamente reconstruídas, ditas estáveis, não se considerando as restantes, que, provavelmente, apresentariam comportamentos demográficos e sociais distintos. A mesma observação sobre a representatividade poderia ser aplicado também à dimensão das comunidades em estudo. Dupâquier refere ironicamente que a “paróquia ideal” deve ter entre 500 e 2000 habitantes – sendo eliminados os espaços urbanos por questões de rendimento e as pequenas comunidades por problemas de representatividade. Mais uma vez esta escolha esconde as óbvias diferenças existentes entre os comportamentos demográficos e sociais de comunidades de diferentes dimensões.

4) *Enfermidades do modelo demográfico*: a maior parte dos estudos acompanharam o modelo de Henry, interessando-se acima de tudo por estudar o problema da fecundidade, ignorando outras dimensões que as fontes permitiriam estudar.

Finalmente destacaríamos, pela importância que assume para os objectivos deste trabalho, as seguintes afirmações de Dupâquier: “O modelo monográfico chega efectivamente a um curioso paradoxo epistemológico: apesar de estar baseado na a observação ao microscópio dos indivíduos e das famílias, ele mergulha, subrepticamente, ao nível do tratamento, na análise anónima. O estudo só é nominativo no estágio de exploração e constituição das fichas de família. Uma vez operado o cruzamento dos dados, estas fichas não constituem senão unidades estatísticas, tratadas como elementos de base anónimos e independentes uns dos outros.”
[DUPÂQUIER:1984,120]

Antes de procedermos à análise destas dúvidas, será talvez conveniente apresentar o percurso da demografia histórica em Portugal, pois consideramos que, em grande parte, os caminhos que aqui percorremos permitem ultrapassar muitas daquelas dificuldades.

1.2. A evolução da demografia histórica em Portugal

Orientado por Virgínia Rau, iniciou-se no final dos anos 50, um projecto de levantamento de informação paroquial de freguesias de Lisboa, com vista ao estudo da sua população no séc. XVIII. Deste projecto resultou a publicação do trabalho pioneiro de Maria de Lourdes Akola Neto sobre a freguesia de Santa Catarina [NETO:1959].

Doze anos mais tarde, Norberta Amorim apresenta publicamente a sua dissertação de licenciatura em História, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulada “Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII – Estudo Demográfico” [AMORIM:1973]. De modo diverso de outros estudantes em fim de curso que limitavam os seus estudos a séries limitadas a alguns anos, esta investigadora, entusiasmada com o trabalho de exploração dos registos paroquiais, começou, segundo a sua expressão, por estudar os anos e achou os séculos. O volume e a riqueza da informação recolhida constituiu um desafio que a conduziu à formulação de um método de organização e exploração dos registos paroquiais.

Partindo das propostas de Maria de Lourdes Akola Neto, Norberta Amorim começou por transpor para fichas de acto os assentos de nascimento, casamento e óbito. Ao longo deste trabalho, com a intimidade que foi ganhando com as pessoas que apareciam sucessivamente referidas nos diversos actos vitais, foi-se apercebendo que, cruzando as informações das várias fichas, poderia reconstituir a vida de grande parte dos indivíduos daquela comunidade. Iniciou então a constituição de fichas de família (Figura 2) classificadas de acordo com o nome próprio do chefe de família. Esta opção justificava-se, na sua opinião, pois não se verifica nos registos paroquiais portugueses um grande rigor na transmissão dos apelidos.

Ao contrário da metodologia de Henry, que ainda não conhecia naquela época, elaborou as fichas de família a partir das fichas de baptizados. Procurava assim reconstituir também as famílias que, embora residentes, não tinham contraído matrimónio na paróquia.

De forma resumida os principais passos dessa “Metodologia de Reconstituição de Famílias”, tal como os apresentou nessa oportunidade são os seguintes:

<p>1030 5-2-1821</p> <p>ANTÔNIO</p> <p>JOÃO FERNANDES m. Pousadouro, Nespereira m. Vilari 8-1-1868 89, carpinteiro</p> <p>João Fernandes m. Alvarinho, Nespereira</p> <p>Antônia Maria m. Zeiza, S. Tiago de Bandora</p> <p>MARIA JOAQUINA DE CAMPOS m. Vilari 29-11-1879, lavadeira, 79 viuva 17-10-1958??</p> <p>495 { José Rebelo Soares m. Vilari</p> <p>Ana Maria de Campos m. Ribeiro, Regilde</p>	<p>José (31-5-1821)</p> <p>José (1-5-1822) 18-7-1866, mlt., lavador, 44</p> <p>de Campos 28-2-1858 ✓ Joaquina (22-7-1824) 27-7-1908 José Alves de Almeida</p> <p>Fernandes de 15-9-1820 p. de Povoação Manuel (1-3-1827) de Natividade 6-3-1905, c.</p> <p>Antônio (15-1-1830) 21-12-1896, lavador, 66 mlt. Vilari</p> <p>Fernandes de 13-1-1869 ✓ João (3-9-1832) de Oliveira</p> <p>(1) Maria (20-2-1835)</p> <p>Domingos (12-10-1838) 19-8-1842</p> <p>Rodrigo (8-1-1841) 15-1-1852</p>
--	--

Figura 2 – Ficha de Família da paróquia de S. João das Caldas
(Metodologia de Norberta Amorim)

- em primeiro lugar procede-se ao lançamento, com tinta azul, em fichas semelhantes à da figura 2, de todos os registos de baptizados, colocando do lado esquerdo da ficha toda a informação referente aos progenitores e do lado direito os dados referentes aos sucessivos filhos. No caso dos nascimentos ilegítimos será elaborado um ficheiro próprio, organizado pelo nome da mãe;

- o segundo passo será o de lançar, agora a tinta verde, os dados referentes aos registos de casamento. Como normalmente estes registos apresentam a filiação dos cônjuges, tem-se a oportunidade de completar as fichas de família já elaboradas com essa informação e com a data de casamento. No caso dos cônjuges presumivelmente nascidos na paróquia, procura-se também a ficha da sua família de origem, regista-se a verde a data de casamento e recolhe-se a sua data de nascimento, que permitirá completar os dados da ficha de família onde o indivíduo aparece como progenitor;

- o terceiro passo será o de procurar identificar no ficheiro de famílias os indivíduos registados nas fichas de óbito. Trata-se de uma operação muito complicada considerando a reduzida informação disponível para a identificação, bem com a limitada variação dos nomes e apelidos.

Posteriores trabalhos sobre Cardanha, S. Pedro de Poiães e Guimarães permitiram uma maior consolidação desta metodologia. Neste último trabalho Norberta Amorim define desta forma o que entende por Reconstituição de Famílias: “(...) a organização sistemática de genealogias afectando toda uma população cujos actos de nascimento, casamento e óbito se enquadram dentro de um período histórico determinado.” [AMORIM:1987,8]

Nele são já anunciados alguns contributos informáticos que virão dar outra dimensão à metodologia de Norberta Amorim e que serão concretizados em 1992 com o lançamento de um novo estudo – *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico – 1680 a 1980* [AMORIM:1992]. Nesta obra apresenta-nos, com o nome de **Reconstituição de Paróquias**, este novo desenvolvimento metodológico: “Reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de Famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história demográfica de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrado nele pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido. Por outras palavras, reconstituir paróquias é formar, em larga diacronia, uma «base de dados» com fichas biográficas de residentes em que se projecta marcar um início e um fim de observação, com as combinações possíveis entre nascimento ou imigração, por um lado, e falecimento e emigração, por outro. (...) As fichas biográficas são facilmente abertas ao cruzamento de fontes, com dados quantitativos ou qualitativos, e a explorações multidisciplinares, podendo atingir-se diferentes níveis de apuramento de resultados em várias direcções de investigação” [AMORIM:1992,14].

De acordo com esta proposta a reconstituição de paróquias passará a desenvolver-se em três fases. A primeira, já apresentada, seria a reconstituição de famílias. A segunda, inteiramente automática, a organização a partir do ficheiro de FAMÍLIAS, de um ficheiro de INDIVÍDUOS, com todos os actos vitais do naturais da paróquia em estudo, conservando o encadeamento genealógico. A última fase é a da verificação de todas as fichas, inclusão dos imigrantes e marcação manual de um início e fim de observação para todos os indivíduos.

Este trabalhos de Norberta Amorim, o seu empenho na divulgação da metodologia de reconstituição de paróquias e o ânimo que foi transmitindo aos jovens investigadores, deu origem a um conjunto de estudos bastante representativos no Norte de Portugal, mas que se estendem já a todo o país. (ver Figura 3)

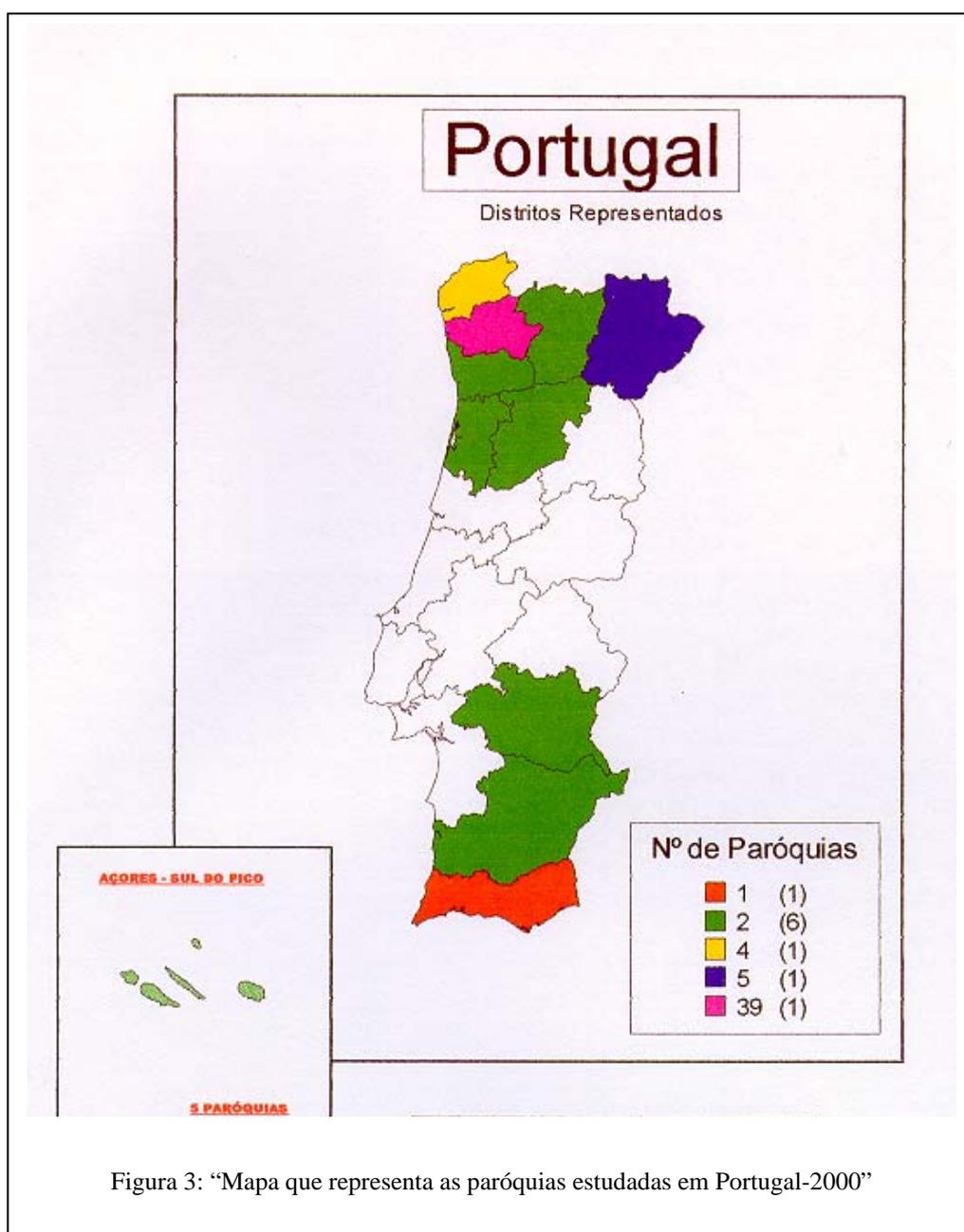


Figura 3: “Mapa que representa as paróquias estudadas em Portugal-2000”

1.3 A abertura de novos caminhos

Recordando-nos neste momento das observações de Dupâquier sobre algumas das dúvidas que se apresentam à Demografia Histórica, observamos que o percurso seguido por Norberta Amorim veio dar um contributo muito importante para a resolução destas dificuldades.

As suas observações sobre *rendimento do trabalho e estreiteza do campo de observação* foram sendo ultrapassadas através dos desenvolvimentos informáticos, que permitem hoje aos investigadores, muito rapidamente, tratar grandes volumes de informação. Só desta forma é concebível podermos dispor de estudos que se prolongam do séc. XVII ao séc. XX, englobando várias paróquias – como é o caso do já referido estudo de Norberta Amorim sobre o Sul do Pico, onde é particularmente estudado o problema da mobilidade, ou o estudo de espaços urbanos como é o caso de Guimarães [AMORIM:1987].

Mas acima de tudo destacaríamos a constituição do ficheiro de INDIVÍDUOS, pelo processo atrás descrito. De facto, na fase final da metodologia de reconstituição de paróquias, o investigador dispõe das «histórias de vida» de todos os indivíduos que residiram na paróquia, com o registo de todos os actos vitais que puderam ser observados.

Neste sentido, o paradoxo enunciado por Dupâquier é completamente ultrapassado. Se a reconstituição de famílias, segundo o modelo de Henry, perdia a dimensão nominativa na altura da análise demográfica, a metodologia Amorim recupera-a na fase de reconstituição de paróquias, abrindo caminho a um cruzamento frutuoso com uma multiplicidade de outras fontes nominativas.

2. A Informática e a Metodologia de Reconstituição de Paróquias

Não há dúvidas que a Informática veio dar outra dimensão à Demografia Histórica. Se no passado o manuseamento de grandes bases de dados sem o recurso à informática desmobilizava os investigadores, como aliás referia Dupâquier, a actual rapidez e flexibilidade de utilização das mesmas bases de dados, despertam novas hipóteses, novos caminhos, que anteriormente não seriam sequer idealizados.

Comprovando esta afirmação, a aproximação entre Norberta Amorim e alguns docentes do Departamento de Informática da Universidade do Minho¹, veio a revelar-se muito fecunda, pois permitiu àquela investigadora formalizar algumas ideias – nomeadamente a reconstituição das «histórias de vida» individuais – que estando já presentes nas primeiras reflexões metodológicas, não foram aprofundadas por manifesta impossibilidade humana.

A solução informática adoptada foi a de criar uma tabela intitulada FAMILIAS, que reproduzia o mais fielmente possível a estrutura de um ficha manual de família, tal como a apresentada na Figura 2. Remetiam-se para um campo OBSERVACAO todas as observações marginais que até aí eram colocadas nas fichas manuais.

Concluído o processo de criação e verificação deste ficheiro, um procedimento automático criava um novo ficheiro intitulado INDIVIDUOS, partindo da informação existente no ficheiro de FAMILIAS e de acordo com estas regras:

“1. Para todo e qualquer filho de cada uma das famílias conhecidas será passada a informação pertinente para um ficha do ficheiro de INDIVIDUOS (...). Nenhuma informação sobre pais/mães de família será passada directamente para o ficheiro de INDIVIDUOS.

2. Se para um filho de uma determinada família há conhecimento da data de nascimento e da data de casamento ou data de óbito, todas as outras fichas de família são pesquisadas na tentativa de encontrar essas mesmas datas em referência a pais ou mães de família com o mesmo nome.

(...) Nenhuma identificação automática se processa quando apenas conhecemos um data registada do ciclo de vida de um filho de uma família conhecida.” [AMORIM: 1992,31]

¹ Luís Lima, Cecília Moreira e Pedro Henriques.

Procedia-se de seguida à tentativa de identificação dos defuntos supostamente naturais da paróquia, mas que não têm referido no registo de óbito indicações de laços familiares. Posteriormente acrescentavam-se ao ficheiro todos os pais/mães de família com origem exterior à comunidade, dos quais só conhecemos referências pelos nascimentos dos filhos. Finalmente verificam-se todos os registos do ficheiro de INDIVIDUOS, procedendo à marcação de um início e fim de observação.²

A qualidade dos registos e o tipo de paróquia em análise condicionará o sucesso desta última fase. Particularmente crítico é o facto de, em regra, não dispormos de registo sistemático de mortalidade infantil até ao séc. XIX. Pelas razões expostas, por vezes temos de atribuir uma data aproximada ao fim/início de observação de acordo com o Quadro I.

² “(...) consideramos uma paróquia reconstituída quando, para cada residente, temos uma ficha fechada ou seja quando, caso a caso, dispomos de uma data de início de observação (que pode ser precisa, como a data de nascimento, ou aproximada) e uma data de fim de observação (que pode ser precisa, como a data de óbito, ou aproximada).” [AMORIM: 1992,33]

Quadro I

SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO	Hipóteses de Aproximação por Defeito
Pai/mãe presumivelmente nascido na paróquia, sem data de nascimento conhecida ou nascido no exterior.	Início	<ul style="list-style-type: none"> • Data de Casamento • Primeiro registo de acto familiar conhecido (nascimento, casamento ou óbito de filhos, óbito do cônjuge)
Pai/mãe sem data de óbito conhecida.	Fim	<ul style="list-style-type: none"> • Último registo de acto familiar conhecido (nascimento, casamento ou óbito de filhos, óbito do cônjuge, último registo de casamento do próprio)
Indivíduos solteiros apenas c/ o nascimento registado na paróquia	Fim (com registo de mortalidade infantil)	<ul style="list-style-type: none"> • Última data familiar registada na família a que pertence, se se trata de uma família móvel. • Idade média convencional, considerando que se trata de uma saída por motivos matrimoniais ou profissionais, se se trata de uma família estável.
	Fim (sem registo de mortalidade infantil)	<ul style="list-style-type: none"> • Não se marca o fim de observação.

A conclusão deste processo levar-nos-á finalmente à marcação de um início e fim de observação em todos os registos de famílias. Para os casos em que nos falte alguma informação procedemos como no caso dos indivíduos – usamos como início a primeira data em que a família é referida e como fim a última. Concluindo classificam-se as famílias para efeitos de cálculos de fecundidade de acordo com a seguinte tipologia:

Quadro II

TIPO	DESCRIÇÃO
1	Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.
2	Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher.
3	Famílias das quais conhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido
4	Famílias das quais conhecemos a data de casamento e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.
5	Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de nascimento da mulher, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento.
6	Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de casamento.
7	Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub-registo de baptizado de filhos.

Tendo percorrido no nosso percurso de investigação todos estes passos, ambicionávamos cruzar informações recolhidas noutra tipo de fontes (fundamentalmente testamentos, recenseamentos eleitorais, militares e fiscais; registos da administração pública e religiosa, memórias descritivas, etc.) com a nossa base de

dados. Interessava-nos, também, analisar genealogias de algumas das famílias da comunidades em estudo. Se as ferramentas informáticas de que dispúnhamos possibilitavam esta tarefa, o rendimento do trabalho e os resultados obtidos não eram muito animadores.

Como já referimos, a ferramenta informática que utilizávamos era o Dbase III Plus. Trata-se de um “Sistema de Gestão de Base de Dados” [SGBD] com grande divulgação a partir dos anos 80. Desenvolvida inicialmente por Wayne Ratliff, programador do “Jet Propulsion Laboratories” de Pasadena, California, foi depois promovida comercialmente por uma empresa criada para o efeito, chamada Ashton-Tate – fundada por George Tate e pelo mesmo Ratliff. Esta ferramenta – que tanto podia ser utilizada num modo assistido, onde o utilizador, guiado por menus, tinha acesso às diversas operações sobre os dados, como num modo programado – é muito poderosa, e tem a vantagem de utilizar uma linguagem muito próxima do inglês comum, sem dúvida o factor responsável pelo seu grande sucesso comercial.

A adaptação do método Amorim ao Dbase III Plus começou, como já referimos, pela criação de uma tabela FAMÍLIAS, que pretendia reproduzir fielmente a ficha manual até aí utilizada pelos investigadores.

Contudo, a representação informática de uma realidade é sempre redutora e imperfeita. A ficha em papel dava ao investigador a possibilidade de registar informações paralelas, não sistemáticas, de utilizar o lápis, registando informações duvidosas, temporárias, que seriam posteriormente confirmadas. Este tipo de dados foram remetidos para um campo de observações, de difícil pesquisa, onde se acumulavam, perdendo a sua localização associada a um espaço particular da ficha manual. A dimensão da tabela dificultava também o processo de introdução e consulta de dados – utilizavam-se 128 campos, o máximo permitido pelo Dbase. Acresce ainda que a estrutura desta tabela não obedecia às regras de normalização, particularmente no que respeita à informação sobre os filhos, sobre a residência e sobre a profissão dos cônjuges. O próprio facto de haver necessidade de criar um tabela de INDIVÍDUOS, a partir da informação da tabela FAMÍLIAS demonstra na prática os problemas que existiram na modelação dos dados. Esta duplicação da informação em dois ficheiros conduz inevitavelmente a redundância (repetição da informação) e inconsistência (a actualização de dados numa das tabelas não é reflectida nas outras onde eles estão repetidos).

Sentindo assim a necessidade de rever a estrutura de dados aproveitamos para transpor as bases de dados existentes para outras ferramentas informáticas mais actuais, que possibilitassem a resolução dos principais problemas detectados: adaptação a ambiente gráfico³, superior integração das estruturas de dados, maior velocidade e simplicidade de pesquisa e rápido desenvolvimento de aplicações.

Consideramos que os problemas de que padece a estrutura de dados em Dbase se devem ao facto dela ter sido condicionada pelo processo de introdução da informação, procurando reproduzir o trabalho manual do investigador. Na nossa opinião estes processos têm de ser distintos. A estruturação da informação que pretendemos representar na base de dados obedece a determinadas regras que têm de ser respeitadas. A forma como o utilizador se relaciona com a base de dados, por sua vez, deverá ser objecto de uma análise muito cuidada, pois também condiciona o sucesso da aplicação.

A consciência das dificuldades atrás enumeradas e alguma familiaridade com a informática, levou-nos a reflectir sobre a tecnologia que utilizávamos e a elaborar um conjunto de propostas que agora tornámos públicas.

³ De facto, o sucesso dos ambientes gráficos veio questionar a sobrevivência de programas como o Dbase, que não se adaptaram rapidamente à nova realidade (as tentativas de adaptar o Dbase ao ambiente Windows não tiveram grande sucesso comercial).

3. Recolha e organização dos dados paroquiais

3.1. Redefinição da Estrutura de Dados

A análise que efectuamos levou-nos a considerar o INDIVÍDUO como a entidade fundamental da base de dados. Norberta Amorim já tinha apontado este caminho quando apresentou a Metodologia de Reconstituição de Paróquias como evolução da Metodologia de Reconstituição de Famílias, constituindo uma base de dados de indivíduos a partir da qual efectuava as suas investigações.

De acordo com a MRP, este conceito englobava todos os indivíduos com residência comprovada na comunidade em estudo. Pensamos que seria vantajoso alargar essa definição a todos os indivíduos referidos nas fontes utilizadas pelo investigador, sejam elas paroquiais ou não. Esta opção permite-nos recolher, numa única operação de consulta das fontes, toda a informação nominativa relevante para os nossos estudos presentes e futuros.

Actualmente os esforços dos investigadores começam a estar centrados na possibilidade de constituir um base de dados central⁴, a partir das várias bases de dados paroquiais. Procura-se assim disponibilizar aos investigadores uma fonte única de informação fiável e actualizada. A prossecução deste objectivo apresenta uma série de dificuldades, das quais a maior será, sem dúvida, a identificação de indivíduos homónimos, representados em bases de dados paroquiais diferentes. Perante estas dificuldades (infelizmente muito frequentes dada a reduzida variabilidade dos nomes portugueses, a irregularidade na transmissão dos apelidos e a inconstância na sua utilização), neste verdadeiro trabalho de detective, não podemos desprezar qualquer pista. É por essa razão que pensamos que qualquer referência a um indivíduo, seja ele residente na paróquia ou não, deve ser registada na base de dados, pois pode ser uma oportunidade única de recolher uma informação fundamental, que auxilie, no futuro, a sua inequívoca identificação⁵.

⁴ Projecto SEED, desenvolvido pelo Dep. Informática da Univ. do Minho em colaboração com o NEPS [COSTA:2000], [CUNHA:2000], [LOPES:1999], [AMORIM:2001a].

⁵ Estamos a pensar nomeadamente nos padrinhos de baptismo ou nas testemunhas de um casamento

3.1.1. Classificação dos Indivíduos

Na sequência deste alargamento do conceito de indivíduo e para assegurar o rigor dos dados utilizados nos cálculos demográficos e nas genealogias, torna-se necessário definir uma classificação dos Indivíduos, que nos permita, a todo o momento, seleccionar unicamente os indivíduos que identificamos com segurança como pertencentes à comunidade em estudo.

A nossa proposta, produto de um constante diálogo com Norberta Amorim, é a seguinte:

Quadro III

TIPO	DESCRIÇÃO
1	Indivíduo nascido na paróquia.
2	Indivíduo nascido na paróquia, com residência documentada através de alguma referência posterior (por ex. casamento, apadrinhamento, testemunha, etc.)
3	Indivíduo com identificação presumivelmente completa, mas com período de ausência documentado (emigração, migração), ou acto registado no exterior (casamento).
4	Indivíduo com identificação presumivelmente completa.
5	Indivíduo não identificado pelo nascimento, mas presumivelmente natural da paróquia.
6	Indivíduo originário do exterior, mas com residência documentada na paróquia.
0	Todos os outros casos sem residência documentada na paróquia.
T	Indivíduos para os quais temos necessidade de estabelecer uma relação familiar, não dispondo na oportunidade de elementos que nos permitam integrá-los nesta tabela classificativa.

Esta classificação, como podemos observar, reflecte o processo da reconstrução de paróquias, na medida em que um indivíduo vai mudando de classificação conforme vai progredindo o conhecimento que o investigador tem do seu percurso vital. No

momento do nascimento o indivíduo é classificado com o Tipo 1, quando casa passa a pertencer ao Tipo 2, quando depararmos com o seu registo de óbito passamos a atribuir-lhe o Tipo 3 ou 4 consoante temos indicação de ausência da paróquia. O Tipo 5 adequa-se principalmente aos indivíduos com nascimento anterior ao período de observação ou a períodos de sub-registo. Por sua vez o Tipo 6 relaciona-se principalmente com os indivíduos que, vindos do exterior, estanciam, casam ou morrem na paróquia.

O Tipo 0 permite-nos introduzir na base de dados todos os indivíduos que, sem qualquer percurso de residência na comunidade em estudo, são referidos nas diferentes fontes utilizadas pelos investigadores. Esta informação, como referimos atrás, pode ser fundamental na construção de genealogias e no posterior cruzamento com uma base de dados central.

Julgamos ainda necessário a criação de um Tipo T (temporário), correspondente a uma situação específica que passamos a descrever. No momento de criação de uma família que, de acordo com a MRP, coincide com o registo de baptismo do primeiro filho conhecido, podemos ainda não estar em condições de identificar com segurança os pais da criança baptizada. Se por exemplo o pai for natural da freguesia, mas desconhecermos a sua filiação, não dispomos de informações suficientes para associar o seu registo de indivíduo com a família que pretendemos criar. Consideramos que, nesta situação, a solução mais produtiva consiste na criação de um novo indivíduo na base de dados, com a classificação de temporário, para, num momento posterior, com mais elementos de identificação, procedermos à sua classificação definitiva.

3.1.2. Modelo Entidades/Relações

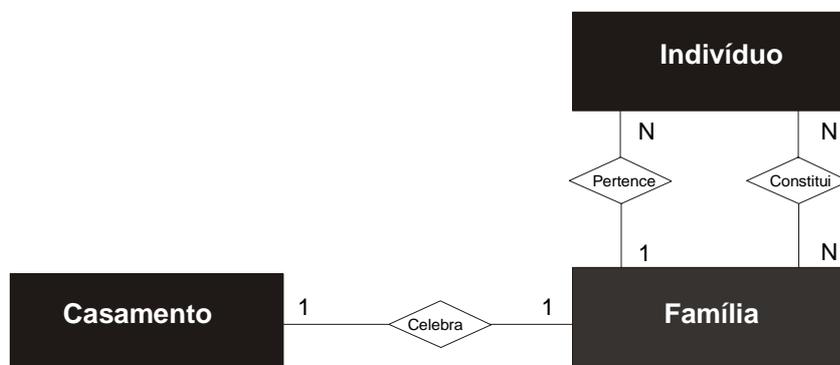


Figura 4 - Modelo Simplificado de Entidades/Relações
(Tabelas Principais)

A estrutura de dados que aqui apresentamos de forma simplificada⁶, permite-nos observar a importância central da tabela Indivíduo. Nesta tabela estão representadas somente as características que definem um indivíduo e que lhe são *atribuídas* uma única vez ao longo do seu percurso vital. Obedecem a esta regra, entre outros, o código de indivíduo, o nome, o sexo, o código da família de origem, a data de nascimento, a nacionalidade, a data de óbito e a idade ao óbito.

Na tabela Família, que até aqui ocupava o lugar central da estrutura de dados, estabelecemos somente a relação entre os indivíduos que constituem o casal. Para esse efeito registamos os números de indivíduo do marido e da esposa (os dados referentes ao casamento são registados numa tabela própria) e as datas de início e fim de observação.

Os dados referentes ao casamento são lançados numa tabela específica, na medida em que se trata de um acontecimento que se pode repetir ao longo da vida de um indivíduo e estão associados à família a que vai dar origem.

⁶ A estrutura completa pode ser consultada no apêndice "Estrutura de Dados"

A vantagem desta abordagem é a de que qualquer actualização da informação referente a um indivíduo só é registada num único local, a tabela de indivíduos, eliminando-se assim os problemas de redundância e inconsistência da informação detectados na anterior estrutura. Do mesmo modo a eliminação de um indivíduo arrastará o desaparecimento automático de todas as relações estabelecidas com ele.

Para além destas vamos ainda encontrar um conjunto de tabelas secundárias, que servem para registar eventos que ocorrem ao longo da vida de um indivíduo ou de uma família, mas que podem assumir vários valores ao longo desse percurso. Trata-se, por exemplo, do caso da residência, da profissão, do nível de alfabetização, do recenseamento eleitoral, do apadrinhamento e muitos outros que, de acordo com os interesses e as fontes disponíveis, os investigadores queiram estudar.

A estrutura está preparada para facilmente lhe ser adicionada outras tabelas que não estivessem previstas originalmente, tendo de se especificar somente se a nova tabela está associada ao indivíduo ou à família.

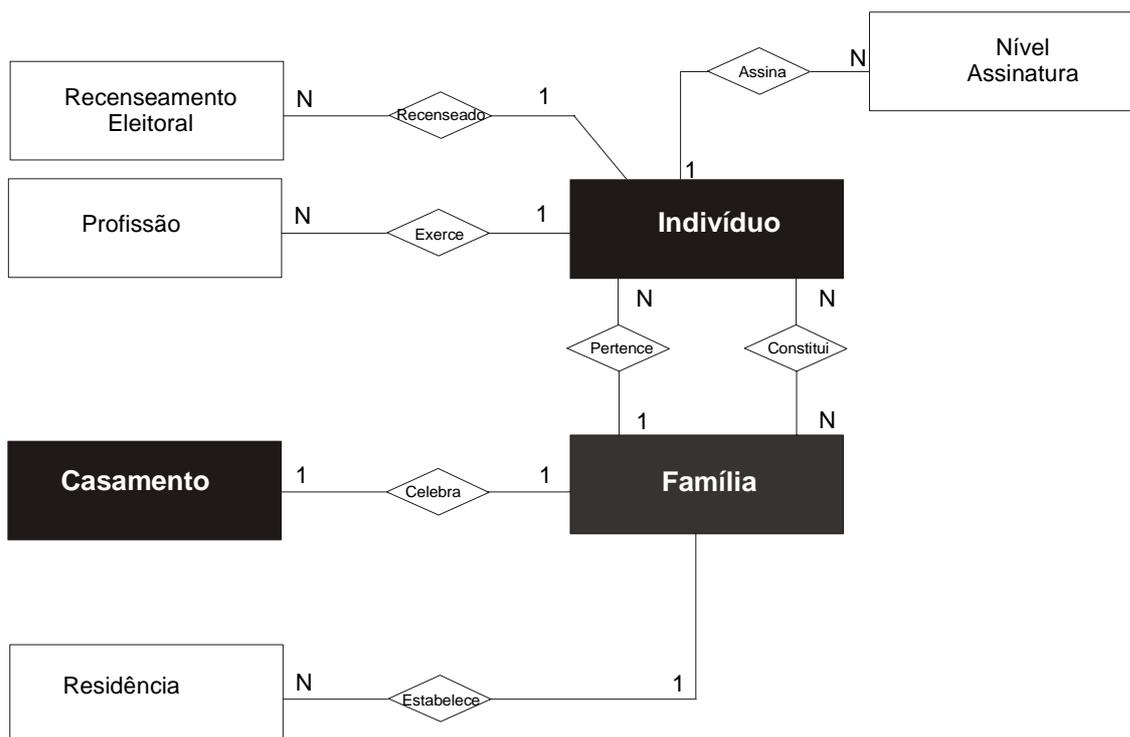


Figura5 - Modelo Simplificado de Entidades/Relações
(Tabelas Principais e Secundárias)

Estão previstas ainda um conjunto de tabelas de sistema, complementares desta estrutura, destinadas a normalizar o preenchimento de campos que serão fundamentais

no futuro processo de cruzamento interparoquial. Estão neste caso as tabelas que contêm todas as paróquias, todos os concelhos e todos os distritos, mas também as profissões, os parentescos, etc. A manutenção destas tabelas deverá ser confiada a uma estrutura central, de modo que qualquer alteração seja difundida por todos os utilizadores.

3.2. Formulários de Interação com o Utilizador

Se, como afirmávamos atrás, a estrutura de dados tem de obedecer a um conjunto de regras informáticas que o utilizador pode desconhecer, o mesmo já não acontece com o processo de introdução e consulta de dados. Este tem de se aproximar o mais possível do modo de operação natural do utilizador, seguindo o mais fielmente possível as suas lógicas habituais. Em suma, tem de proporcionar um ambiente com o qual o utilizador se reconheça e que seja facilitador das tarefas que pretende efectuar. Aliás a experiência diz-nos que é a este nível que uma aplicação informática vai garantir o seu sucesso – quantos projectos de qualidade não tiveram sucesso devido à dificuldade de os utilizadores se adaptarem ao seu ambiente de trabalho?

No nosso caso, a experiência do trabalho na área demográfica e o conhecimento do MRP, bem como alguma facilidade na área da informática permitiu-nos fazer a ponte entre estas duas realidades. Movia-nos acima de tudo o objectivo de criar um modelo de interacção amigável com o utilizador, produtivo, ajustando-se o mais possível ao modo como os dados estão estruturados na fonte e aos vários passos da metodologia de reconstituição de paróquias.

Estes pressupostos levaram-nos a utilizar unicamente dois formulários, FAMÍLIA e INDIVÍDUOS (figuras 6 e 9), que serão utilizados tanto para a introdução como para a edição/consulta de dados. Esta opção privilegia a proximidade com os processos até agora utilizados. Os investigadores habituaram-se a utilizar uma ficha através da qual podiam, num relance, apreender as principais características de uma família. A partir desta ficha deduziu-se uma outra do indivíduo, que só teve existência em suporte informático. Pensamos que a manutenção deste esquema de trabalho é vantajoso, pois evita uma ruptura drástica com o *modus operandi* dos investigadores. Por esta razão evitamos também a utilização de menus, tendo preferido a solução dos botões incluídos nos formulários.

Tendo em conta a integração de dados ao nível da estrutura, o utilizador poderá a todo o momento alternar entre a visualização de um ou de outro – por exemplo, partindo do formulário família, encontrará ao lado da referência de qualquer indivíduo, seja o pai, a mãe, ou qualquer dos filhos um botão que lhe permitirá aceder à sua ficha respectiva na tabela Indivíduos; o mesmo acontece se partirmos do formulário indivíduo, junto de cada referência a uma família, seja a de origem, seja as famílias que

o indivíduo constituiu, encontrará um botão que lhe permitirá o acesso ao formulário Família.

Outro aspecto que tivemos em consideração é o de que, apesar de os dois formulários referidos apresentarem toda a informação existente na base de dados, quer referente a indivíduos, quer a famílias, raramente o investigador necessitará de visualizar toda essa informação ao mesmo tempo. Concentrar toda a informação numa única página tornaria a ficha de difícil leitura e implicaria a utilização de ecrãs de grandes dimensões. Para evitar este problema organizamos a informação do formulário em separadores de acordo com as tarefas que o investigador realizará mais frequentemente.

Para exemplificar esta opção podemos observar o formulário FAMÍLIA: no primeiro separador encontramos a informação que nos permite caracterizar uma família, nome do pai/mãe, data de casamento, tipo de família, início e fim de observação, no segundo separador encontramos toda a informação referente aos filhos e nos dois separadores seguintes as informações sobre a residência e a profissão dos pais. Poderemos, sempre que necessário, adicionar outros separadores relacionados com outras tabelas que entretanto sejam criadas e que estejam associadas à família.

FAMÍLIA NFAMILIA 264 : 1901

Família | Filhos | Residência | Profissão dos Pais

SFAMILIA: L INICIOOBS: 15-06-1649 FIMOBIS: 13-02-1694 TIPOCASAL: 1

	NIND	NOME	DTNAS	DTOTI	SITOTI	NATURALIDADE
Pai	748	francisco gonalves	18-02-1624	16-03-1698		S. João das Caldas
Mae	43	maria francisca fernandes	20-07-1621	13-02-1694	c	S. João das Caldas

C
A
S
A
M
E
N
T
O

DTCASAM: 14-06-1649 LOCALCASAM: caldas (s.joao) IDPAICAS: 25 NCA5PAI: IDMAECAS: 27 NCA5MAE:

OBS: apelido da mae?

Ir Para Localizar Família Indivíduos 1500 2000 Filtrar por Data

Figura 6 Formulário Família

3.2.1. O Formulário “Família”

Para além dos aspectos gerais já destacados consideramos fundamental proceder a uma apresentação mais detalhada deste formulário. No canto superior direito o utilizador pode encontrar o número da família em observação (neste caso o nº 264) e o número total de famílias (1901). No primeiro separador, *Família*, começamos por ter a possibilidade de indicar se se trata de uma família Legítima ou Ilegítima, através de uma caixa de combinação com dois valores: L ou I. Quanto ao *Íncio e Fim de Observação*, eles serão preenchidos sempre automaticamente pela aplicação, desde que estejam preenchidas a data de casamento, e as datas de óbito dos cônjuges. Se for necessário recorrer às datas de nascimento dos filhos para o estabelecimento do início ou fim de observação, terá de ser o investigador a efectuar o seu preenchimento⁷. O campo seguinte, *Tipo de Casal*, corresponde à classificação das famílias já enunciada no Quadro III, devendo ser preenchido pelo utilizador.

As linhas correspondentes ao *Pai* e à *Mãe*, não são introduzidas directamente nesta ficha, embora aqui possam ser alteradas ou completadas. Pressionando qualquer um dos botões que se encontram no início destas linhas, temos acesso a uma caixa de diálogo que nos permite pesquisar os indivíduos que constituíram esta família. Pressionando o botão com uma seta ,  situado à direita do número de indivíduo do pai ou da mãe, abrimos o formulário de Indivíduos no registo correspondente. Saliente-se que, no que respeita à *Naturalidade*, a caixa de combinação vai buscar as opções a uma tabela auxiliar que contém todas as freguesias e que é gerida centralmente, de modo a impedir variações na ortografia das paróquias, que colocariam problemas gravíssimos no momento de integração da base de dados paroquial na base de dados central.

Na área correspondente ao casamento dispomos do campo *Data de Casamento*, *Local de Casamento*, *Idade do Pai e da Mãe ao Casamento*, que são preenchidos automaticamente desde que seja conhecida a data de nascimento, bem como o *Número de Casamento do Pai e da Mãe*. Existe ainda um campo para registo de observações relacionadas com o casamento.

⁷ Sempre que um campo não for preenchido pelo utilizador, o sistema utilizará «null» como valor por omissão (default).

Finalmente existe ainda um campo genérico de observações relativo à ficha de família em observação.

No rodapé deste formulário existem um conjunto habitual de botões de navegação, com as seguintes funções: *1º Registo*, *Registo Anterior*, *Registo Seguinte*, *Último Registo*, *Adicionar Registo* e *Eliminar Registo*. À direita existe um campo que pode ser preenchido com o número da família que queremos analisar, bastando pressionar de seguida o botão *Ir Para* e o sistema abre-nos a ficha pretendida. O botão *Localizar Família*, dá acesso a uma caixa de diálogo que nos permite procurar uma família através dos nomes dos progenitores. Por sua vez o botão *Indivíduos* abre o formulário de Indivíduos para consulta.



Figura 7 Rodapé do Formulário Família

Os dois campos seguintes permitem-nos indicar duas datas limites para filtrar o ficheiro de famílias. Por exemplo, se quiséssemos procurar uma família com existência comprovada no século XVIII poderíamos colocar como datas limites 1701 e 1800, de seguida pressionávamos o botão *Filtrar por Data* e veríamos o número de famílias no canto superior direito limitadas às que satisfaziam a condição. Para voltar a visualizar todas as famílias deveríamos colocar novamente duas datas extremas como as que aparecem no exemplo (1500-2000).

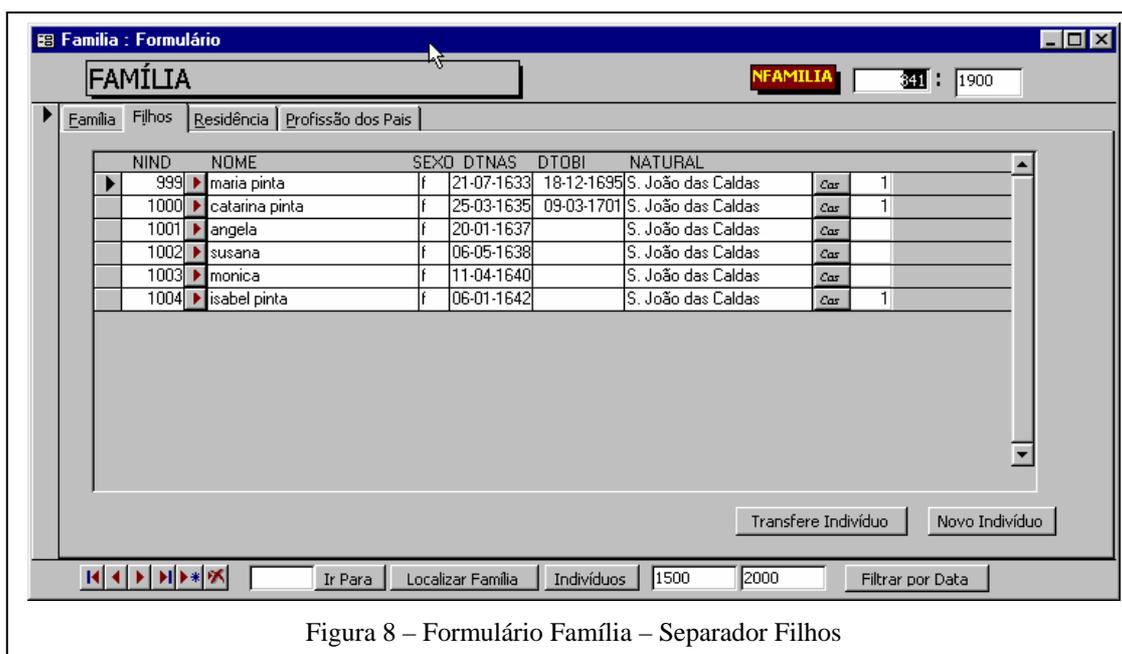


Figura 8 – Formulário Família – Separador Filhos

Se pressionássemos o separador filhos ou, para maior rapidez de introdução, usássemos a combinação de teclas Alt+i (correspondente à letra sublinhada no título do separador: F*ilhos*), teríamos acesso à segunda parte do formulário Famílias, onde é lançada a informação correspondente aos filhos.

Para além das características óbvias destacaríamos neste formulário o botão *Cas*, que disponibiliza informação sobre as famílias a que um determinado filho vai dar origem, bem como o campo que lhe está adjacente, que nos indica automaticamente esse número de famílias. Deste modo só temos necessidade de pressionar o botão *Cas* quando o campo correspondente está preenchido com um número.

No fundo deste separador encontramos um botão que nos permite introduzir um novo filho nesta família através do formulário de indivíduos. Dispomos ainda de um outro botão, *Transfere Indivíduo*, cuja função é, de um modo semi automático, proceder à junção de informações de duas fichas de indivíduos, quando verificamos que elas se referem à mesma pessoa.

Os restantes separadores, *Residência* e *Profissão dos Pais* não têm quaisquer características distintas do que já foi apresentado, sendo contudo conveniente salientar que, nos dois casos, não estamos limitados a um único registo. Temos a possibilidade de, associando um registo a uma data, introduzir quantas residências e profissões forem necessárias.

3.2.2. O Formulário “Indivíduos”

The screenshot shows a software window titled "individuos : Formulário" with a main header "INDIVÍDUOS". On the right, there is a "NIND:" field with the value "2211". Below this, there are fields for "TIPO:" (value 4), "INICIOOBS:" (value 03-03-1823), and "FIMOBIS:" (value 06-10-1855). The "NOME:" field contains "rodrigo ribeiro penada". A set of tabs includes "Identificação", "Obito", "Ofícios e Missas", "Profissões", and "Recenseamento", with "Identificação" selected. Below the tabs are fields for "TITULO:", "ALCUNHA:", "FILIACAO:" (value L), "SEXO:" (value m), "DTNAS:" (value 03-03-1823), "DTOBI:" (value 06-10-1855), "FAMORIG:" (value 721), and "NATURAL:" (value S. João das Caldas). To the right of these fields is a "Famílias Relacionadas" section with a table containing one row: "1430 | 28-09-1845 | Fam". Below the table is a "Criar Relação Familiar" button. At the bottom of the form, there are navigation buttons (back, forward, search, etc.) and a "LocalizarIndivíduo" button.

Figura 9 Formulário Indivíduos

Neste formulário é possível acompanhar toda a história de vida de um indivíduo. Tal como no formulário anterior no cabeçalho encontramos o número de indivíduo que está a ser analisado.

Um pouco abaixo encontramos o *Nome*, que é colocado num único campo. Esta opção rompe com a prática anterior de decompor o nome em vários campos (um para o nome próprio e três para os apelidos). Estamos certos que há enormes vantagens nesta solução, nomeadamente: deixamos de ter dificuldades com alguns nomes longos; podemos colocar as partículas, como o “de”, que poderão ser importantes numa identificação; podemos pesquisar um apelido na base de dados sem estarmos preocupados se aparece em primeiro, segundo ou terceiro lugar.

Na mesma zona encontramos ainda os campos *Tipo*, onde identificamos, de acordo com a classificação já apresentada no Quadro III, através de uma caixa de combinação, o tipo de indivíduo que estamos a analisar. Encontramos ainda os campos *Início e Fim de Observação*, onde, de acordo com o MRP, registamos as datas limite do percurso de vida conhecido de um determinado indivíduo. Mais uma vez, se tivermos conhecimento da data de nascimento, ela será automaticamente colocada no campo

Início de Observação, o mesmo acontecendo com a data de óbito e o campo *Fim de Observação*.

Os campos seguintes, *Título* e *Alcunha*, não existiam na anterior estrutura em Dbase. Os investigadores optavam em regra por armazená-los associados ao nome do indivíduo, o que certamente acabaria por conduzir a perturbações nas pesquisas. Dispomos ainda de um campo para registo do tipo de *Filiação* (legítima ou ilegítima), outro para o *Sexo*, que é de preenchimento obrigatório, e outros para a *Data de Nascimento*, para a *Data de Óbito* e para a freguesia de *Naturalidade* do indivíduo. Dispomos ainda de um campo genérico para observações.

No campo *Família de Origem* está registado o número de família à qual este indivíduo pertence. O botão à sua direita  permite-nos consultar a ficha de família que lhe está associada. Deste modo podemos facilmente percorrer a genealogia ascendente de um indivíduo.

A área em destaque do formulário – *Famílias Relacionadas* – permite-nos visualizar e atribuir relações familiares do indivíduo. Na Figura 9 podemos observar que este indivíduo deu origem a uma família (1430), através do casamento celebrado em 28 de Setembro de 1845. O botão *Fam* permite-nos consultar essa ficha de família. O botão *Eliminar* dá-nos a  possibilidade de anular uma relação familiar estabelecida. Finalmente o botão *Criar Relação Familiar* permite-nos associar um indivíduo à ficha de família à qual ele deu origem.

No rodapé do formulário dispomos de um conjunto de botões de navegação semelhante ao da ficha de família, um campo para procurar um determinado número de indivíduo e um botão, *Localizar Indivíduo*, que, através de uma caixa de diálogo, nos permite procurar um indivíduo através do seu nome.

Pressionando o separador *Óbito*, ou através da combinação de teclas Alt+o, temos acesso à parte da ficha de indivíduos referente ao óbito, como podemos observar na figura seguinte (Figura 10).

Dispomos de dois campos para a Idade ao Óbito, um referente à idade ao óbito calculada pelo sistema e outro à idade registada na fonte. No campo *Estado ao Óbito* é registado o estado civil no momento do óbito, por sua vez no campo *Situação ao Óbito* serão colocadas informações quanto ao nível de riqueza dos indivíduos habituais nos registos de óbitos portugueses (é muito vulgar a designação *pobre*, para justificar a reduzida importância das cerimónias fúnebres e dos pagamentos efectuados ao pároco).

Figura 10 Formulário Indivíduos – Separador Óbito

Os campos seguintes permitem-nos finalmente registar a *Residência ao Óbito*, os *Sacramentos* recebidos, se fez ou não *Testamento*, o nome do *Testamenteiro*, as *Disposições do Testamento*, e o local de *Enterro*.

Os separadores seguintes dão-nos acesso às tabelas de *Ofícios e Missas*, onde podemos lançar todas as referências a estes aspectos do legado pio, que podemos posteriormente utilizar como indicadores de diferenciação sócio-económica. O mesmo poderíamos dizer do separador *Profissões*, semelhante ao que já analisamos no formulário *Família*.

Outros separadores podem ser facilmente adicionados, de acordo com o estudo

NIND	ANO	E.	EG.	PROFISSÃO	E.C.	IDADE
2236	1885	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Proprietário	c	63
0		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			0

Figura 11 – Formulário Indivíduos – Separador Recenseamento

que pretendemos efectuar e com as fontes de que dispomos. Como exemplo temos a figura anterior que nos apresenta o relacionamento da base de dados paroquial com uma lista de recenseamento eleitoral. Neste caso registamos o ano do recenseamento, se o indivíduo reúne condições para ser eleitor e elegível, qual a origem dos seus rendimentos, o seu estado civil e a idade.

3.3. O Modelo de Interação com o Utilizador aplicado à MRP

Como actualmente dispomos de microfímes de todos os registos paroquiais, torna-se possível ao investigador lançar directamente a informação no computador, dispensando o passo intermédio com recurso aos blocos de papel. É neste pressuposto que apresentamos os aspectos fundamentais da nossa proposta de modelo de interacção, acompanhando os vários passos da metodologia de reconstituição de paróquias.

3.3.1 Introdução de registos de baptizado

Partindo do princípio que vamos proceder ao lançamento do nosso primeiro registo de baptizado a nossa base de dados encontra-se vazia. Não temos nenhum registo de indivíduo, nem nenhum registo de famílias.

Num registo de baptizado encontraremos quase sempre duas informações centrais para o nosso estudo: a identificação do indivíduo que nasceu e a identificação da família a que pertence, através da identificação dos seus pais.

Segundo a MRP vamos começar por criar uma ficha de família, onde será registada em primeiro lugar toda a informação relevante correspondente aos pais do recém-nascido e posteriormente a referente à criança baptizada.

Pressionámos assim o botão correspondente à criação de uma nova ficha de família e iniciamos o seu preenchimento:

1. O Número de Família é atribuído automaticamente pelo computador. Começamos assim por indicar se se trata de uma família legítima ou ilegítima.
2. Como se trata da nossa primeira família não necessitamos de efectuar nenhuma pesquisa, pelo que pressionámos imediatamente o botão **Indivíduos** que se encontra no rodapé do formulário.
4. Esta acção abriu-nos o formulário Indivíduos, onde introduzimos toda a informação referente ao pai da criança baptizada.

5. Salienta-se a importância de colocar como tipo de indivíduo o tipo T (temporário), na medida em que é de esperar que, com o decorrer da pesquisa, encontremos mais informações sobre este indivíduo – nomeadamente a data de nascimento, a data de óbito, a data de casamento, a sua família de origem, etc. Quando terminarmos o preenchimento, pressionamos o botão *Criar Relação Familiar* e, automaticamente, o computador atribui a este indivíduo uma relação com a família que tínhamos acabado de criar (neste caso a família 1).
6. Fechamos o formulário Indivíduos, regressamos à nossa ficha de família e o lugar correspondente ao pai já está preenchido com os dados que introduzimos. Procedemos de seguida para a mãe exactamente da mesma forma.
7. Terminado este passo procedemos à introdução dos dados referentes à criança baptizada. Na ficha Família, no separador Filhos, encontramos o botão **Novo Indivíduo**, que nos abre o respectivo formulário. Reparámos que o campo *Família de Origem* já está preenchido com o número da ficha de família (no nosso exemplo a família número 1). Preenchemos os campos possíveis, escolhendo para o *Tipo de Indivíduo* o código 1 (indivíduo nascido na paróquia).
8. Fechamos o formulário **Indivíduos** e podemos observar que os dados introduzidos já estão disponíveis no nosso formulário **Família**.
9. Terminado este processo temos criada a nossa primeira ficha de família e introduzimos três indivíduos na nossa base de dados.

No próximo nascimento pertencente a esta família, depois de localizada a respectiva ficha, só temos de executar o passo 7 e, eventualmente, actualizar alguma informação sobre os pais.

Com várias fichas de família na nossa base de dados temos de estabelecer, em cada novo registo de baptismo, se se trata de uma nova família, ou se, pelo contrário, já tem existência na nossa base de dados. Para isso, de modo equivalente ao processo manual, pressionamos o botão **Localizar Família** e colocamos no formulário de pesquisa o nome do pai e/ou da mãe correspondentes à família que pretendemos

encontrar. Devemos utilizar os caracteres universais⁸, que possibilitam grande flexibilidade à pesquisa – por exemplo para procurar o casal Frutuoso Duarte/Madalena



Figura 12 – Formulário para localizar família

Fernandes poderemos efectuar a pesquisa desta forma: Pai = Frut*, Mãe = Mad*Fern*. Quanto mais invulgar for um nome, ou uma das letras do nome, maior será a possibilidade de termos êxito na pesquisa. (Figura 12)

O formulário que nos aparece de seguida (Figura 13) permite-nos examinar o resultado da consulta efectuada. Em rodapé indica-nos o número de registos compreendidos na nossa condição (neste caso dois). Pressionando os botões de navegação deslocamos os registos até encontrar o que pretendemos. Para fundamentarmos a nossa decisão dispomos da data de casamento, do nome do pai e da mãe e das respectivas datas de nascimento e de óbito. Encontrada a família pretendida, pressionamos o botão assinalado na referida figura que nos irá abrir a ficha de família respectiva.

Encontrada a família em questão, seleccionamos o separador Filhos e procedemos como atrás assinalámos (passo 7).

No caso de se tratar do primeiro nascimento conhecido temos de adicionar uma nova família à base de dados. De seguida procedemos como habitualmente.

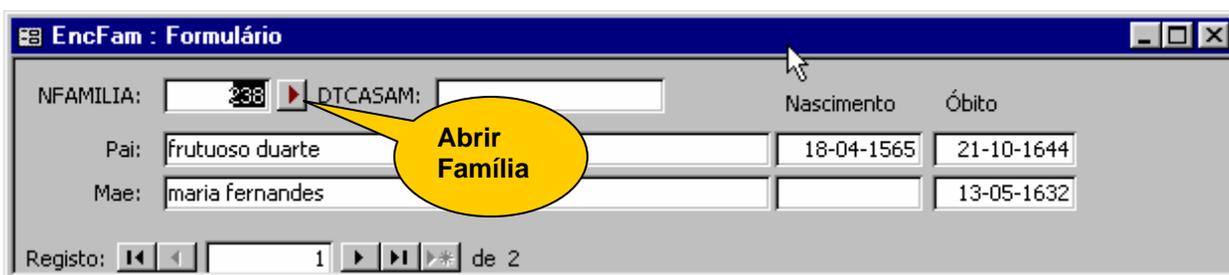


Figura 13 Localizar Família

⁸ Por caracteres universais entendemos os caracteres que podem ser utilizados em lugar de outros de modo a facilitar as tarefas de pesquisa. Dispomos, no caso do Microsoft Access, entre outros, do asterisco (*) e do ponto de interrogação (?). A propósito da sua utilização consultar o apêndice "Acerca da utilização de caracteres universais".

Como já explicamos, nos casos em que no registo de baptismo não seja referida a filiação dos pais (ou seja o nome dos avós do baptizado), não poderemos proceder à sua identificação na tabela de indivíduos. De facto, se se trata de indivíduos nascidos na paróquia, é muito provável que já tenham dado entrada na base de dados no momento do nascimento, mas como nesta oportunidade só foi indicado o seu primeiro nome⁹ não temos condições para proceder à sua identificação. Nestes casos procedemos ao lançamento destes indivíduos com a classificação de T (temporário), até que, dispendo de informação mais completa, possamos estabelecer-lhes uma classificação definitiva. Como podemos observar na figura 6, a classificação do indivíduo está apresentada na ficha de família entre o número de indivíduo e o seu nome, facilmente visível devido à utilização de uma cor contrastante. Quando se proceder a uma verificação das fichas de família, nomeadamente ao lançar as informações referentes ao casamento, ou ao proceder à marcação do início e do fim de observação, estes casos voltarão a ser analisados para se proceder à sua classificação definitiva.

Outra situação com que nos vamos deparar é a de um dos progenitores, ou mesmo os dois, não serem naturais da freguesia. Neste caso podemos introduzi-los imediatamente no ficheiro de indivíduos com o tipo 6 (indivíduos originários do exterior mas com residência documentada).

⁹ Nos registos de baptismo portugueses em regra o indivíduo baptizado é registado com o seu primeiro nome. Só na altura do casamento ou do óbito, se for maior, é que é registado com o nome de família. A este propósito ver [AMORIM:1991]

3.3.2 Introdução de registos de casamento

O lançamento dos registos de casamentos na base de dados corresponde ao segundo passo da metodologia de reconstituição de paróquias.

Perante um registo de casamento, o investigador deve efectuar uma pesquisa à base de dados, no sentido de determinar se estamos perante uma nova família. De facto a maior parte destes registos corresponderão a famílias com um percurso fértil na comunidade, pelo que, muito provavelmente, já foi aberto na nossa base de dados no momento do nascimento dos filhos do casal um registo de família.

Contudo há sempre um número elevado de uniões em que o casal, apesar de se casar na comunidade em estudo, vai residir para uma outra paróquia. Outra situação muito comum é o casamento de pessoas de idade avançada, sem possibilidades de gerar descendência. Nestes casos, e noutros em que eventualmente as famílias não têm qualquer descendência, não há qualquer referência a estas famílias nos registos de baptismo, pelo que teremos de proceder à sua criação na base de dados.

Para determinar a existência de uma família na base de dados pressionamos o botão **Localizar Família**, já nosso conhecido, que se encontra no rodapé do formulário família. De acordo com as sugestões efectuadas para o mesmo processo no que dizia respeito ao lançamento dos registos de baptismo, colocamos na caixa de diálogo os nomes do marido e da esposa, utilizando os caracteres de substituição (Figuras 12 e 13).

FAMÍLIA NFAMILIA 267 : 1900

SFAMILIA: INICIOOBS: FIMOB5: TIPOCASAL:

	NIND	NOME	DTNAS	DTOBI	SITOTI	NATURALIDADE
Pai	516	francisco soares		09-01-1714		S. João das Caldas
Mae	8157	Susana Pinta				

C A S A M E N T O
 DTCASAM: LOCALCASAM: IDPAICAS: NCASPAI:
 IDMAECAS: NCASMAE:
 OBS:

OBS:

Figura 14 – Formulário Família

Localizada a família procede-se à actualização da informação: data de casamento, local de casamento, verificação dos nomes dos cônjuges, naturalidade, etc.

É o momento de avaliar da correcta identificação dos indivíduos que fundam esta família. Se, pelos motivos já indicados, eles estão classificados como temporários, podemos agora fazer o esforço de os identificar, pois já dispomos, na maior parte dos casos, da sua filiação.

Nos casos em que isso for possível procedemos então a uma nova pesquisa de famílias, agora utilizando como critérios os pais dos nubentes. Para acompanhar este processo reparemos na figura seguinte. Localizada esta família, preencheu-se a data de

FAMÍLIA NFAMILIA 341 : 1900

NIND	NOME	SEXO	DTNAS	DTOBI	NATURAL	Car	
999	maria pinta	f	21-07-1633	18-12-1695	S. João das Caldas	Car	1
1000	catarina pinta	f	25-03-1635	09-03-1701	S. João das Caldas	Car	1
1001	angela	f	20-01-1637		S. João das Caldas	Car	
1002	susana	f	06-05-1638		S. João das Caldas	Car	
1003	monica	f	11-04-1640		S. João das Caldas	Car	
1004	isabel pinta	f	06-01-1642		S. João das Caldas	Car	1

Figura 15 – Formulário Família: Separador Filhos

casamento, a localidade do casamento e verificou-se que a esposa, Susana Pinta, era natural da paróquia em estudo. O registo de casamento informava-nos que os seus pais eram *Jorge Pinto* e *Catarina Francisca*. Efectuada uma pesquisa por famílias, verificou-se que se tratava da família número 341. Abrimos esta ficha de família no separador filhos, e encontramos um indivíduo de nome *Susana*, com o número 1002, nascida em 06-05-1838 (Figura 15). Verificamos, neste caso, que temos duas fichas para o mesmo indivíduo: uma a 1002 referente ao seu nascimento e com o Tipo 1 (nascido na paróquia), outra a 8157, do Tipo T (Temporária) e associada à criação de uma ficha de família a propósito do nascimento dos seus filhos. (Figura 14) Detectada esta situação é claro que teremos de eliminar uma das fichas. Para isso pressionamos o botão **Transfere Indivíduo** que encontramos no formulário **Família** (Figura 15).

Esta operação permite-nos transferir informação entre duas fichas de indivíduo, procedendo de seguida à eliminação da ficha de origem.



Figura 16 – Transferir Indivíduos

Como podemos observar na Figura 16, optamos por transferir os dados relevantes da ficha relacionada com o nascimento (não seleccionamos o nome pois o nome de casada é mais completo que o de solteira), na medida em que preservamos assim a relação entre este indivíduo e a família que ele constituiu. A relação entre a ficha de destino e a família de origem será estabelecida automaticamente.

Como se trata de uma operação delicada, na medida em que pode significar perda de informação, o sistema avisa o utilizador, dando-lhe oportunidade de cancelar a

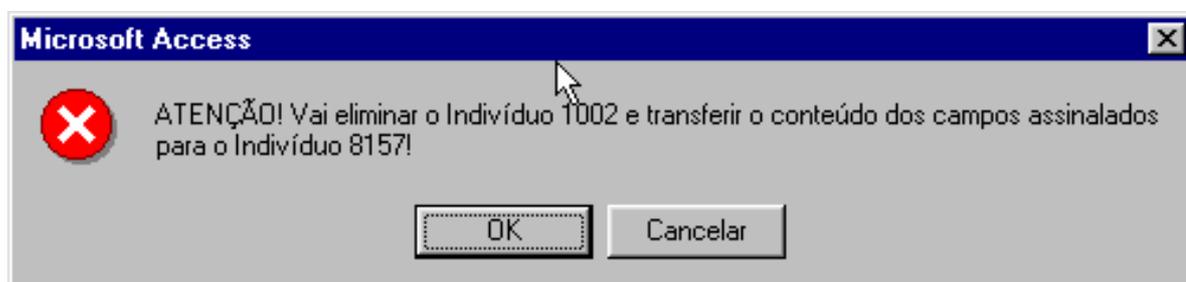


Figura 17– Aviso – Formulário Transfere Indivíduos

operação. (Figura 17)

A operação final deste processo será a de actualizar o Tipo de Indivíduo na ficha 8157 actualizada. Anteriormente tinha o valor “T”, agora devemos alterá-lo para o valor “2” – nascido na paróquia com residência documentada.

No caso de não encontrarmos a ficha de família referente ao registo de casamento em análise, procederemos à criação de uma nova família do modo atrás tínhamos explicado. No caso de cônjuges naturais da freguesia procedemos à sua identificação, através do processo descrito acima. Neste caso basta-nos proceder à criação de uma relação familiar, à actualização do nome de solteiro e à actualização do tipo de indivíduo. No caso dos cônjuges não naturais da paróquia procedemos à sua introdução no ficheiro de indivíduos.

3.3.3 Introdução de registos de óbito

A introdução dos registos de óbito na base de dados é uma das fases mais complicadas de todo o processo devido à dificuldade de identificação dos indivíduos. Os registos portugueses são muito incompletos a este nível, não nos indicando muitas vezes a filiação do indivíduo solteiro, ou o nome do cônjuge nos casados. Até meados do século XIX podemos também não dispor de registo sistemático de mortalidade infantil. Acresce a estas dificuldades o grande número de homónimos e a falta de rigor na utilização de apelidos.

O processo de introdução de informação é em tudo semelhante aos que analisamos anteriormente. Podemos prever três situações possíveis:

a) Indivíduo presumivelmente casado: tentamos localizar o seu registo partindo do formulário Indivíduos, na medida em que já deve ter sido lançado na base de dados aquando do seu casamento ou do nascimento de um filho. Para esse efeito pressionamos

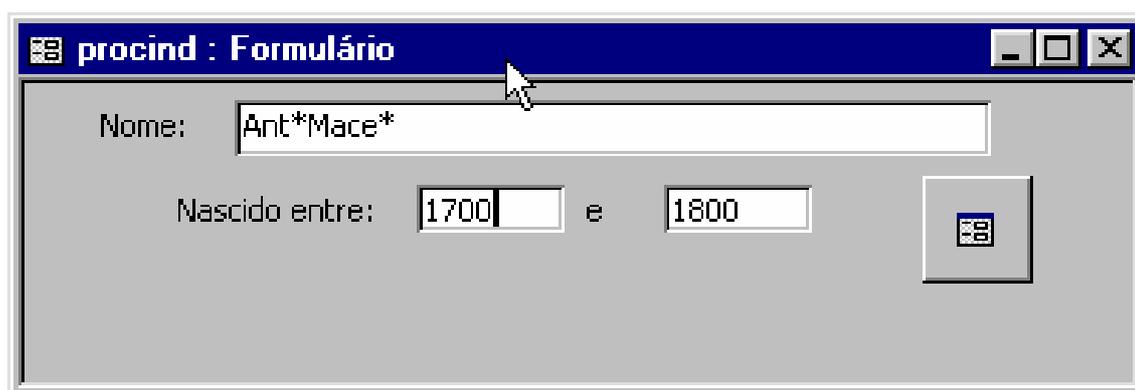
The image shows a screenshot of a software window titled "procind : Formulário". The window has a blue title bar with standard Windows window controls (minimize, maximize, close). The main area is light gray and contains a search form. The "Nome:" label is followed by a text input field containing "Ant*Mace*". Below this, the "Nascido entre:" label is followed by two date input fields: the first contains "1700" and the second contains "1800", with an "e" between them. To the right of the date fields is a square button with a magnifying glass icon, representing the search function.

Figura 18 – Formulário de Pesquisa de Indivíduos

o botão **Localizar Indivíduo**, situado no rodapé do referido formulário. Analisando o exemplo na figura 18, podemos observar a utilização dos caracteres de substituição, para pesquisar um indivíduo com o primeiro nome “António” e com um apelido “Macedo”, que terá nascido entre 1700 e 1800. Salientamos que os limites de datas só são válidos para as datas conhecidos, isto é, para o caso apresentado aparecem na lista todos os indivíduos para os quais desconhecemos a data de nascimento e de óbito. Podemos ainda recorrer ao formulário Família, e efectuar uma pesquisa utilizando a referência ao nome do cônjuge se o conhecermos.

b) Indivíduo presumivelmente solteiro: neste caso o mais provável é que no ficheiro de indivíduos só exista o seu nome próprio, devemos portanto efectuar uma

pesquisa no formulário **Família**, utilizando os nomes dos pais, se forem conhecidos. De seguida procuraremos identificar o indivíduo no conjunto dos filhos do casal. Torna-se claro que sem uma referência aos pais no registo de óbito, é praticamente impossível identificar estes indivíduos.

Quanto aos indivíduos que não existem na nossa base de dados, poderemos proceder à sua introdução classificando-o consoante a sua origem. Nestes casos há que proceder com muitas cautelas para evitar a duplicação de indivíduos na base de dados. Mais do que qualquer procedimento informático, só a perspicácia do investigador poderá fundamentar a decisão a tomar.

3.3.4 Verificação e marcação do Início e Fim de Observação

Finalmente procedemos a uma verificação cuidadosa de todas as fichas, quer de famílias como de indivíduos, marcando-lhes um início e fim de observação de acordo com as regras explicadas anteriormente. É também o momento de rever a classificação dos indivíduos pois nesta oportunidade já devemos dispor da informação necessária para o fazer.

4. EXPORTAÇÃO DE DADOS EM FORMATO GEDCOM

A construção de genealogias foi um aspecto que sempre esteve no nosso espírito ao longo do estudo demográfico que empreendemos. Algumas tentativas que efectuámos revelaram-se muito morosas, quer pela desadequação da estrutura de dados, quer pelo desconhecimento que tínhamos de software específico. O contacto com investigadores envolvidos na área da genealogia permitiu-nos tomar conhecimento de algum software nesta área.¹⁰

Assim outra meta que fixamos no processo de definição da estrutura de dados foi a possibilidade de exportação da informação para o formato GEDCOM (acrónimo de **GE**nealogical **D**ata **COM**unication). Este formato define uma estrutura de ficheiros, independente da plataforma ou programa, que é utilizada para transferir dados genealógicos entre computadores; foi definida pelo Departamento de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e é suportada por quase todos os programas de genealogia.

Na medida em que a estrutura de dados utilizada é compatível com esta estrutura pudemos criar um processo de exportação de dados que, resumidamente efectua as seguintes operações:

1. Decompõe o nome de todos os indivíduos, já que a estrutura GEDCOM exige que o último apelido esteja separado do restante nome (Ex: Manuel Lopes / Soares)
2. Transfere todas as famílias para o ficheiro GEDCOM, agrupando os números de indivíduos dos vários filhos.

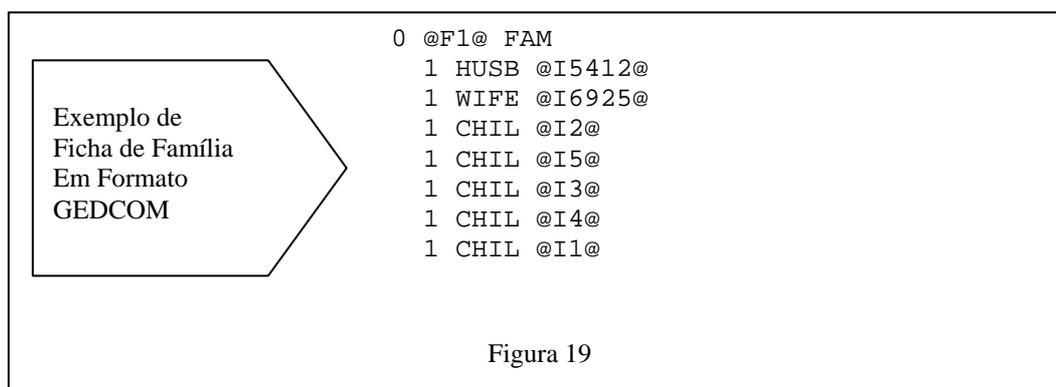
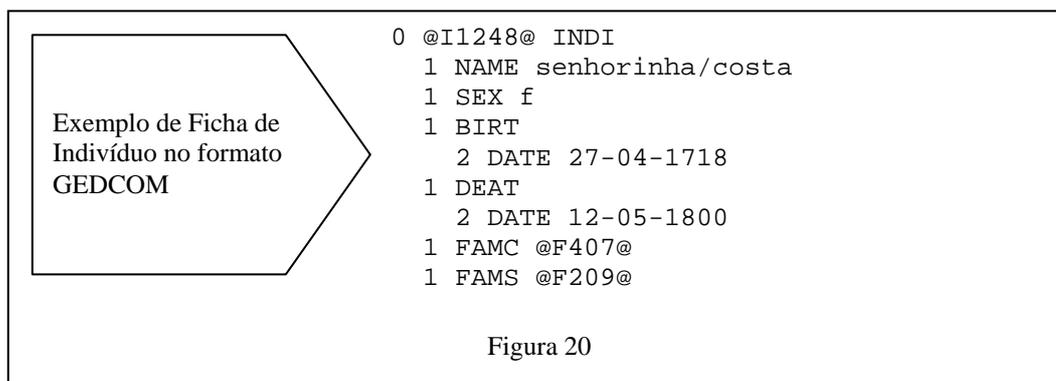


Figura 19

3. Transfere todos os indivíduos para o mesmo ficheiro, agrupando os vários números de famílias com origem num determinado indivíduo.

¹⁰ [FERREIRA:1999] e [LACERDA:2000].

O processo que criamos automatiza completamente esta conversão, bastando ao utilizador indicar o nome do ficheiro de destino e pressionar um botão. O Ficheiro gerado com este processo pode ser utilizado em qualquer programa de genealogia que suporte o formato GEDCOM.



Testamos esta operação com um programa de genealogias muito simples, mas poderoso, intitulado GENEWEB, desenvolvido por Daniel de Rauglaudre, do INRIA. Tem como característica fundamentais o facto de utilizar um “interface web”, ou seja, funcionar como as páginas da Internet.

Os resultados obtidos são extraordinários! Passamos a dispor com facilidade de árvores genealógicas ascendentes e descendentes, listas de indivíduos encadeadas genealógicamente, cálculos de consanguinidade, etc. Acresce ainda o facto de que com esta aplicação as bases de dados podem ser disponibilizadas na internet para consulta, colocando assim ao dispor de toda a comunidade um património de valor incalculável¹¹.

¹¹ Um primeiro ensaio deste processo foi realizado com uma paróquia do Sul do Pico, S. João, com uma base de dados organizada por Norberta Amorim, e pode ser consultada na página do NEPS em <http://www.eng.uminho.pt/~neps>.

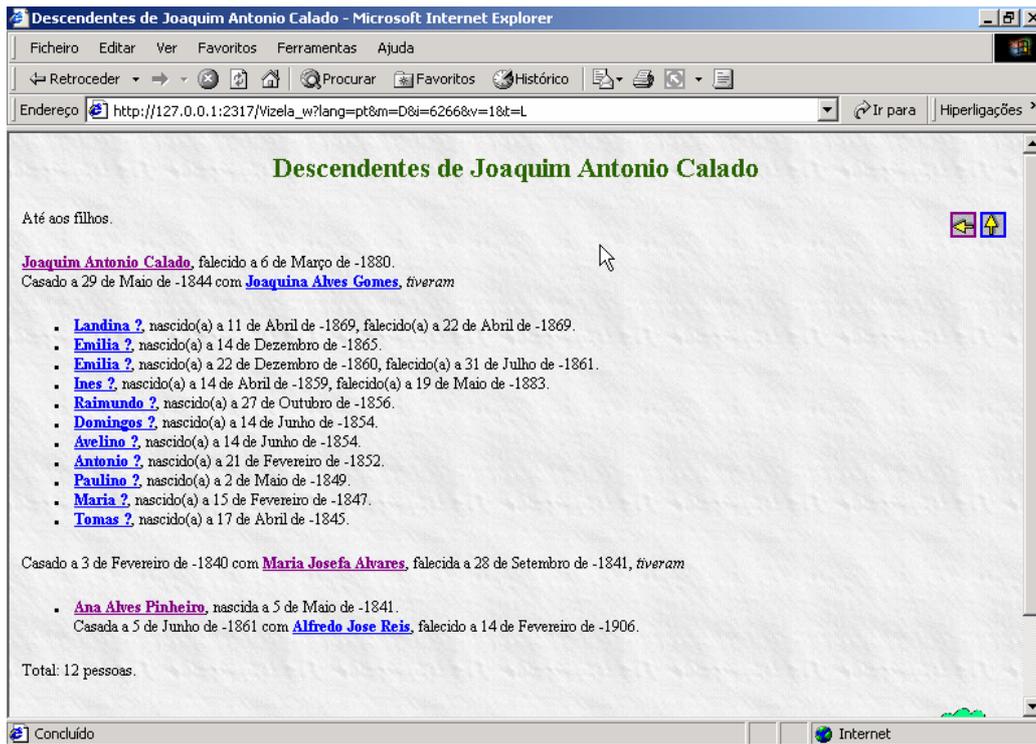


Fig. 21 Descendentes de Joaquim António Calado

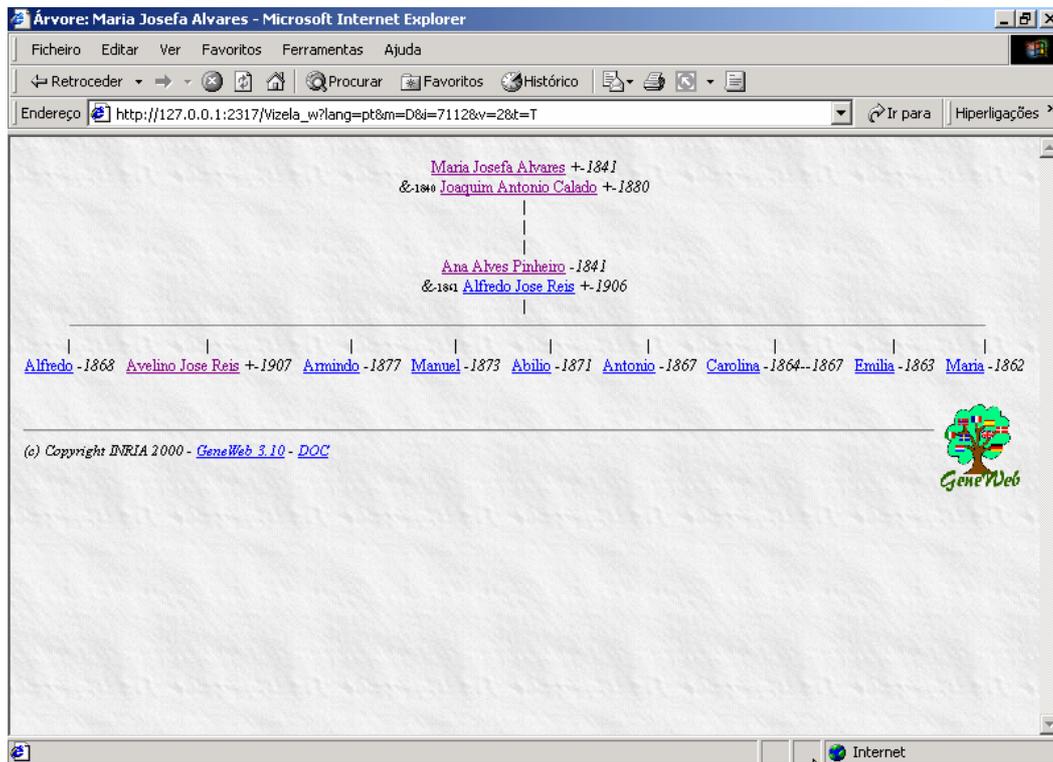


Fig. 22 Descendentes de Joaquim António Calado e de Maria Josefa Álvares

II PARTE

A reprodução social em S. João das Caldas (1600-1910)

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

S. João das Caldas de Vizela é uma freguesia que, juntamente com a de S. Miguel das Caldas, forma a vila de Vizela, sede do concelho do mesmo nome, situada no Norte de Portugal, na província do Minho. Integrava o concelho de Guimarães, do qual se separou em 1998, culminando um longo processo de luta pela sua autonomia.

Vizela é uma estância termal com grande prestígio, activa desde a ocupação romana, com um período áureo entre finais do século XIX e inícios deste século. É também um importante pólo industrial, ligado fundamentalmente à indústria têxtil.

Contudo, nos limites temporais da investigação que efectuámos (1563-1910) e através das informações recolhidas nos registos paroquiais, encontramos uma comunidade essencialmente rural que, pelo menos até meados do século XIX, era semelhante a tantas outras desta região. A maior parte das terras da freguesia eram foreiras do Paço de Gominhões, propriedade vinculada da família Cirne que tinha residência habitual no Porto. Para além de uma ou outra actividade não agrícola – ferreiro, tecelão, carpinteiro, barbeiro, cirurgião –, impõe-se pelo seu elevado número a dos moleiros. O rio Vizela atravessa a freguesia, disponibilizando a fonte de energia necessária para alimentar uma actividade que foi, sem qualquer dúvida, importante na economia da comunidade.

Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, o pároco João Veloso da Praça, traça uma impressionante imagem da freguesia, que vem confirmar e completar a ideia que atrás apresentamos. S. João das Caldas teria nessa altura cento e um fogos, que abrigariam “(...) trezentas e vinte e nove pessoas de Sacramento, além de muitas que não o são.”. Os seus habitantes dedicavam-se principalmente às actividades agrícolas: “Os frutos que produz consistem em vinho verde, trigo, centeio, milho, ou milho grosso, milho branco, ou milho miúdo, painço, linho, feijão, e mais legumes, hortaliças e frutas; mas do vinho é que ordinariamente costuma produzir-se em maior abundância. Os seus habitantes são geralmente inclinados à cultura do linho; e as mulheres a os fiarem; de que fabricam todos os anos uma prodigiosa quantidade de teias de pano de diversas qualidades, que daqui se extraem para diversas partes do Reino(...)”.

A indústria do linho, era uma das principais actividades desta região, complementar da actividade agrícola. É o que se pode confirmar ainda em 1884, na caracterização da indústria de Guimarães efectuada no *Relatório da Exposição*

Industrial de Guimarães, concelho onde se integrava à época esta freguesia, onde se afirma o seguinte sobre a fiação do linho: “É a indústria caseira mais característica do Minho. Por toda a parte e em quasi todas as regiões da província é a ocupação feminina a mais popular e generalizada. (...) Algumas limitam-se a produzir o fio necessário para o seu uso doméstico (...) outras há que , se não fazem uma profissão exclusiva de fiadeiras, empregam todavia neste trabalho uma grande parte do tempo. (...) É neste trabalho que a população feminina do campo passa os serões de inverno (...)”.[SAMPAIO e MEIRA:1884,41] Quanto aos tecidos de linho afirma-se que: “Em Nespereira, Gandarela, Guardizela, Moreira de Cónegos, S. Martinho do Conde, Lordelo, Infias e Vizela (S. João e S. Miguel) produz-se pano, toalhetes, colcha de linho e mistas. (...)” [SAMPAIO e MEIRA:1884,45].

Nas “Memórias Paroquiais”, o abade João Veloso da Praça, na idílica descrição que faz do rio Vizela e das suas margens, acrescenta que: “Nelas se acha constituída uma numerosa quantidade de azenhas e moinhos de que só esta freguesia conta vinte e nove ou trinta rodas: mas a algumas só costumam moer no estio por ficarem mais dentro do rio, e por isso anualmente se consertam para melhor cómodo (...). Além das referidas rodas há dois pisões que servem para pisoar certa quantidade de panos grosseiros de que alguma pobreza desta freguesia e seus entornos se utiliza para vestidos.”

O quadro que encontramos desta freguesia pelos anos de 1758 confirma a nossa impressão inicial, fundamentada na análise dos registos paroquiais. Estamos perante uma pequena comunidade minhota, fundamentalmente agrícola, em que a indústria do linho em sistema doméstico permite às famílias aumentar os seus parcos rendimentos e que, devido à proximidade do rio Vizela, tem ainda uma importante indústria de moagem.

Sobre as águas termais, que dão aliás o nome de Caldas à freguesia, o Abade, descreve as suas nascentes nesta freguesia, aponta as suas virtudes curativas, indicadas principalmente para “(...) estupores e reumatismos (...)” e lamenta-se do abandono em que estão – “Seria mais numerosa a freguesia de povo em vir tomar os banhos neste sítio, se neles houvessem recolhimentos públicos, ou particulares, como há em outras caldas deste Reino, (...) pois se costumam recolher os enfermos por casas dos lavradores desta vizinhança em que pela maior parte falta a comodidade de que aqueles necessitam.”. Indica-nos ainda que apesar disso muitos doentes vêm a Vizela em busca da cura para os seus males e que a água termal é transportada em pipas para muitas partes do reino.

Descrição do mesmo teor faz José Diogo Mascarenhas Neto, na sua “Memória sobre as Antiguidades de Caldas de Vizela” publicada em 1792. Afirma que só os pobres tomavam banhos nas nascentes das águas por não haver comodidades, pelo que a água era transportada para o Porto, Braga e Guimarães em pipas. No lugar da Lameira, onde se concentram a maior parte das nascentes termais que pertence às duas freguesias, S. João e S. Miguel, eram visíveis alguns vestígios de construções antigas, possivelmente romanas.

Sobre estas construções nas mesmas “Memórias Paroquiais” de 1758, o pároco da vizinha freguesia de S. Miguel das Caldas refere a existência de “ (...)um tanque de cantaria, assentada em betume, o qual tem sete palmos de alto, trinta e dois de largo e quarenta e cinco de comprimento do Sul para Norte: é lajeado de lajes apertadas em betume argamassado e no meio tem uma pedra quadrada, furada no meio, pelo qual buraco, estando limpo o tanque, nasce junta grande quantidade de água quente, sulfúrea e medicinal (...). Não havia memória do dito tanque e casualmente foi descoberto no anos de 1709, e mandado limpar pelo Senado de Guimarães, se achou formado na forma dita (...)”.

Segundo Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, as escavações conduzida por Mascarenhas Neto em 1788 puseram a descoberto um grande número de nascentes termais e oito banhos construídos de argamassas diversas e fragmentos de tijolo ladrilhados a mosaico. Estas descobertas atraíram muitos enfermos, tendo a Câmara de Guimarães nomeado um cirurgião para os acompanhar em 1796. “Em 1797 construíram-se algumas barracas de alvenaria. Em 1803 (...) foi nomeado o primeiro banheiro e encarregado da limpeza dos tanques(..)” [LEAL:1873].

A partir do início do século XIX, com a redescoberta de grande número de nascentes termais, com o melhoramento de alguns “banhos” e com a crescente popularidade das termas, Vizela passa a ser muito visitada por forasteiros em busca da cura para os seus males. Não raro, alguns destes doentes morrem em Vizela (a primeira referência concreta nos registos paroquiais data de 1796). Outras vezes são os seus filhos que aí nascem. Indicações preciosas estas, que nos permitem datar com algum rigor o arranque deste fenómeno.

Seguem-se grandes transformações na comunidade. A primeira, e umas das mais salientes, é a da organização do espaço. Vizela era atravessada no sentido Norte/Sul pela estrada real que ligava Guimarães ao Porto. Era à volta desta estrada e da ponte sobre o rio Vizela que encontrávamos a maior concentração populacional. Mas o facto

das nascentes termais se concentrarem numa zona mais a Nascente da freguesia, junto dos limites que confrontam com S. Miguel, foi progressivamente arrastando o centro da freguesia nessa direcção, processo que culmina com a construção de uma nova ponte sobre o Vizela, em finais do século XIX, que definitivamente colocou em plano secundário o anterior centro¹². A grandiosidade das casas que formam a rua principal de Vizela, muitas delas antigos hotéis ou pensões, atestam o florescimento da actividade termal nesse período áureo.

A presença de um grande número de banhistas no período termal era a força impulsionadora de todo este progresso. Já em 8 de Julho de 1842, o abade da paróquia, Francisco de Araújo, na resposta ao “*Interrogatório Histórico Geográfico*” solicitado pela Câmara de Guimarães a todas as freguesias do concelho, afirmava que “*a igreja é suficiente para a população da freguesia no tempo de Inverno, mas pequena no Verão, e tempo de banhos*”. Em 1869, vários anos antes da abertura do estabelecimento termal, no registo dos bilhetes de banhos vendidos pela Câmara Municipal de Guimarães são contabilizados 5.178 banhistas. Ainda neste ano alguns habitantes das duas freguesias, S. João e S. Miguel, queixavam-se à Câmara de Guimarães contra os artigos 27º e 28º do Regulamento dos Banhos de Vizela, aprovado no mesmo ano, afirmando o seguinte: “Conforme o referido regulamento, só são permitidos os banhos aos banhistas, com bilhetes de taxa desde as cinco horas da manhã até às sete horas e desde a uma hora da tarde até às três horas e aos banhistas gratuitos desde as sete da manhã até às nove e desde as três da tarde até às sete. Fora destas horas são proibidos os banhos. Os suplicantes, porém têm a expor que o tempo designado para os banhos diariamente é insuficiente, atenta à grande concorrência de banhistas (...) e a duração de cada banho, de sorte que se o regulamento não for alterado, a maior parte das pessoas que concorrem ao referido estabelecimento terão de retirar sem tomar os banhos. Nos anos transactos, os banhos estavam patentes de dia e de noite e havia sempre quem os frequentasse e ainda assim, muitos esperavam, às vezes, que a sua vez chegasse (...). E isto prejudica o público e prejudica os suplicantes proprietários de casas na referida localidade, porque aquela proibição de tomar os banhos fora das horas marcadas no regulamento diminui a concorrência de banhistas às referidas Caldas, sem proveito para o município que pelo contrário interessa no maior número de banhos que diariamente se possam tomar.” Estas

¹² Em 1986, PRATA e CARVALHO, caracterizam assim em termos urbanísticos a vila de Vizela no final do século XVIII: “(...) Resumir-se-ia (...) a um núcleo da Lameira, muito decrépito, de que hoje quase nada resta; a um pequeno aglomerado de habitações junto da Ponte Velha; a algumas casas ao longo da via romana; e a casais dispersos (...)”

observações surpreendem pelo volume de banhistas que se supõe frequentavam as termas já nesta época. São, sem dúvida, um indicador importante das potencialidades económicas que este negócio proporcionava.

Não é por isso de estranhar que Vizela se tenha tornado um pólo de atracção para os indivíduos ou famílias que procuravam trabalho melhor remunerado, mesmo que sazonal¹³, e oportunidades de progressão social. Ainda em 1842, o pároco afirmava que *“A população tem aumentado, pois que entrando muitos na freguesia dificilmente saem dela, talvez com a mira nos interesses, lucro e lambugens em tempos de banhos.”*

Numa sondagem que efectuamos no Livro da Porta da Câmara de Guimarães (1866-1880), onde eram registados todos os pedidos efectuados ao município, encontramos inúmeros pedidos de autorização para a construção de barracas na Lameira, junto aos principais banhos, para a venda de todo o tipo de artigos (relógios, louça, quinquilharias, ourivesaria, pão, carne, cutelarias, etc.) durante a época termal. Se alguns dos comerciantes que solicitavam esta autorização eram de Vizela, a grande maioria era do exterior, principalmente de Guimarães, Braga e Porto, mas também de Lisboa e de Viana do Castelo. De todo o país surgiam pretendentes à participação da riqueza associada à exploração das águas termais de Vizela.

Em 1873 constituiu-se uma Companhia para a exploração das águas termais, com sede em Guimarães. Em 1874 a Câmara de Guimarães cedeu à Companhia, através de um contrato provisório, todas as nascentes de águas termais situadas nas freguesias de S. João e S. Miguel das Caldas, bem como terrenos municipais onde deveria ser edificado um estabelecimento termal. A Companhia assumia a obrigação de, num prazo de quatro anos, construir um estabelecimento termal, de acordo com as plantas já elaboradas para a Câmara em 1867 pelo engenheiro Achilles Dejant. Em 1881, foi inaugurado o balneário principal do estabelecimento termal, tendo-se fornecido nesse ano 71.689 banhos.

A chegada do primeiro combóio a Vizela, em 1883, foi o ponto culminante deste processo, ao possibilitar um acesso fácil e cómodo a todos os que pretendiam usufruir dos tratamentos termais e das delícias que o requintado ambiente de Vizela

¹³ Em acta de 1879, sobre o número de operários que trabalhavam na construção do edifício das termas, a direcção da Companhia dos Banhos de Vizela afirmava que: *“(...) trabalham actualmente mais de 150 operários por dia. Infelizmente, e tem sido essa a principal causa de atraso das obras, muitos desses operários deixam-nos logo que chega a época das lavouras; uns porque preferem esse género de trabalho, ainda que menos remunerado, e outros porque não podem faltar aos pedidos de parentes e amigos, a quem são obrigados, ou às exigências dos seus senhores.”*

proporcionava. Por esta altura Vizela tinha segundo Pinho Leal, sete hotéis – Cruzeiro do Sul¹⁴, Vizelense, Frankfort, Bragança, Universal, Central, e Grande Hotel de Vizela; quatro restaurantes; três cafés com bilhares – Bragança Prado e Central, não contando com outros cafés sem bilhares; duas farmácias; dez estabelecimentos comerciais bem montados e sortidos; dois alquiladores com bons trens, etc. Entre 1885 e 1886 é plantado o parque, sob a orientação do horticultor portuense José Marques Loureiro.

Em 1890, o Padre José Joaquim Gomes, coadjutor do abade de S. João, no discurso em que apresentava a necessidade da constituição em Vizela de uma associação de beneficência e socorros mútuos, traça um panorama desta comunidade que traduz a ambiguidade da sua situação no final do século XIX.

“Vizela, vista ao longe, é uma formosa povoação, que se podia chamar a rainha das margens de Pombeiro, a Cauterets portuguesa, uma bela flor neste jardim da Europa, «à beira-mar plantado». É elegante e encantadora. (...) Tem um novo estabelecimento termal, o primeiro deste género no nosso país, (...).

Tem belos edifícios de construção moderna e excelentes hotéis, via férrea, telégrafo, boas vias de comunicação, bons géneros alimentícios, oferecendo todas as comodidades aos seus forasteiros. Os seus naturais são bons e dóceis.

Mas isto é uma ilusão de óptica(...). Vista e examinada de perto, e por um observador de 20 anos de experiência constante(...) é uma povoação pobre e desprotegida.(...) confiada somente na indústria dos banhos, nessa única fonte de receita, entrega-se em grande parte à ociosidade (...).” [GOMES:1990]

Perante estas transformações na comunidade em estudo surge-nos uma interrogação, que é o ponto de partida deste estudo: como se filia esta nova sociedade vizelense, termal e urbana, na anterior, fundamentalmente rural? No fundo, como Bertaux, perguntamos: *como nos tornámos no que somos?*.

¹⁴ Por curiosidade indicamos a diária do Hotel Cruzeiro do Sul no início do século XX: “(...) diária de 1\$200 reis a 3\$000 réis, compreendendo quarto, almoço das 9 às 12 h. (constando de 4 pratos, vinho verde ou maduro e chá, leite ou café), jantar às 5h. a 1ª mesa, às 7h. a 2ª, (com 6 pratos, vinho compreendido, café) e chá à noite; café de manhã *extra*.” (in Guia das Praias, Thermas, Estâncias e Sanatórios de Portugal, Porto, S/ data). Não há dúvida que com estes tratamentos as águas faziam milagres!

2. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS EM S. JOÃO DAS CALDAS

È nosso objectivo apresentar em traços forçosamente muito gerais as principais tendências demográficas observadas nesta comunidade, quer a partir dos dados recolhidos nos registos paroquiais, quer de outras fontes (principalmente fontes bibliográficas, listas de população, recenseamentos e róis de confessados).

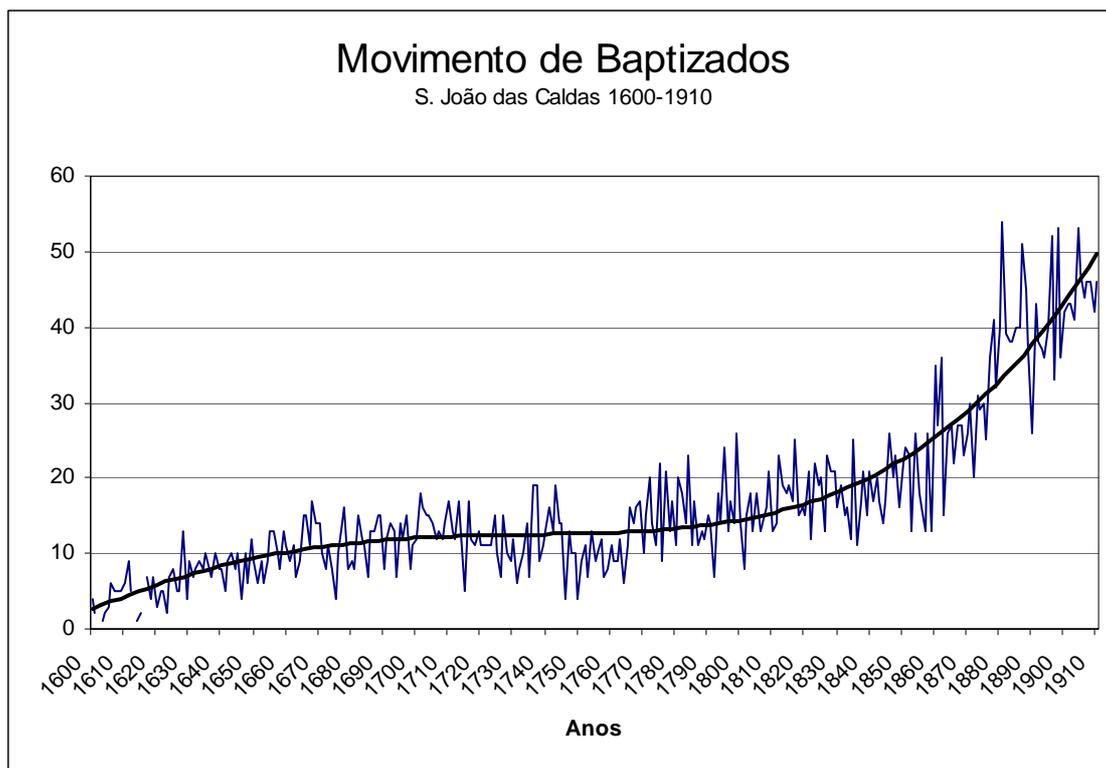


Gráfico 1

Começamos por apresentar o movimento dos baptizados ao longo do período em estudo. A sua observação permite-nos, por aproximação, conhecer a tendência evolutiva da população desta comunidade¹⁵.

Observamos nitidamente três fases neste fenómeno: uma primeira fase, em que se nota um pequeno, mas seguro, crescimento durante o século XVII; uma segunda fase que corresponde a uma longa estagnação durante o século XVIII; e uma terceira fase, correspondente aos primeiros anos do século XIX em que tem início um período de crescimento acentuado do número de baptizados. Encontramos algumas semelhanças entre estas tendências e as apontadas por AMORIM para o Minho no artigo “O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial”.

¹⁵ A este propósito ver [REHER: 1990] e [AMORIM: 1999].

A análise do movimento dos óbitos não pode ser apresentada do mesmo modo, pois não dispomos de um registo continuado da mortalidade infantil. Em S. João das Caldas só encontramos um registo sistemático deste fenómeno a partir de 1840. Entre 1710 e 1750, a análise das fontes permite-nos supor que o pároco faria um registo cuidadoso dos óbitos, sendo frequente a referência a indivíduos com menos de sete anos. Apresentamos estes dados com cautela e a título meramente indicativo.

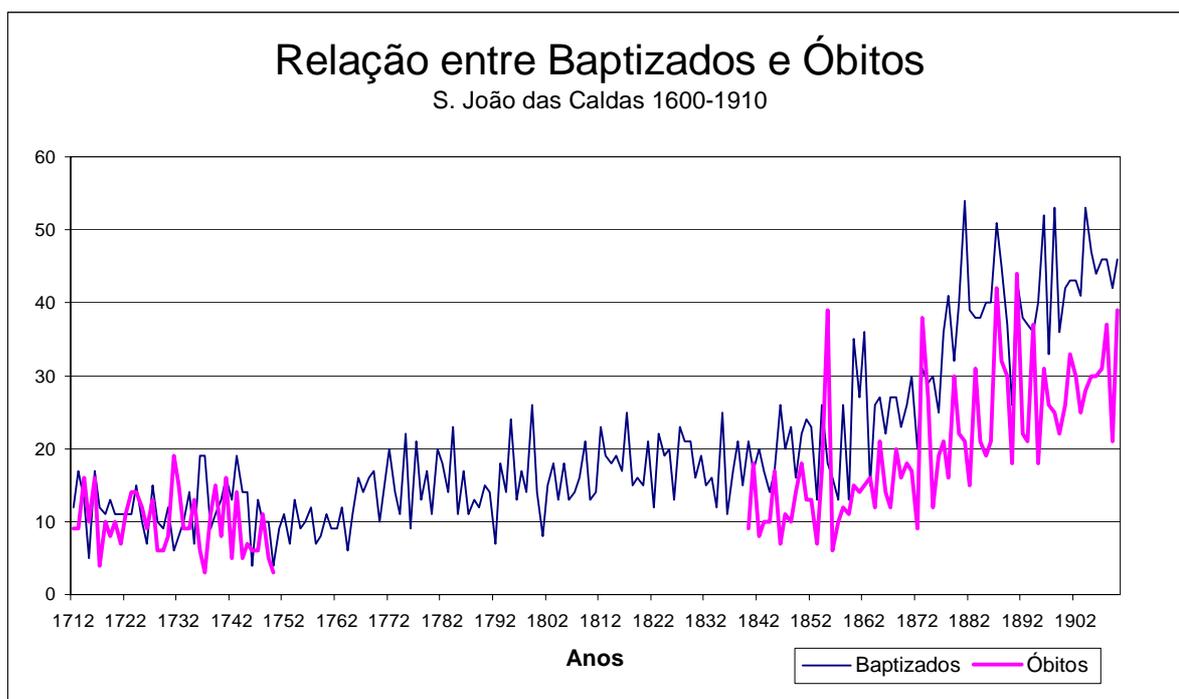


Gráfico 2

Aparentemente, a relativa estagnação do crescimento populacional que detectamos no século XVIII, à luz dos dados que conhecemos, poder-se-á explicar pelos elevados níveis de mortalidade. Na realidade parece que há uma grande correspondência entre os níveis de óbitos e baptismos no período de 1710 a 1750.

Para a segunda metade do século XIX, com outra segurança nos dados, podemos observar que o saldo fisiológico é agora positivo, o que nos permite confirmar a hipótese de que este foi um período de crescimento da população de S. João das Caldas.

Destaca-se no movimento dos óbitos o ano de 1855, em que ocorrem 39 mortes. A diferença entre este valor e a linha de tendência que sobrepusemos no gráfico leva-nos a apontar este anos como um ano de mortalidade de crise na comunidade em estudo. A consulta dos registos de óbito não nos permite observar nenhuma tendência específica ao nível da idade ao óbito, mas permite-nos indicar que os meses de Inverno, especialmente Dezembro do ano de 1854, e Janeiro, Abril e Setembro de 1855 foram os

meses em que pudemos observar o maior número de óbitos. Há duas referências nos registos a indivíduos que foram enterrados no adro por apresentarem «escrófulas» e a um outro que não pode receber a comunhão pois tinha vómitos.

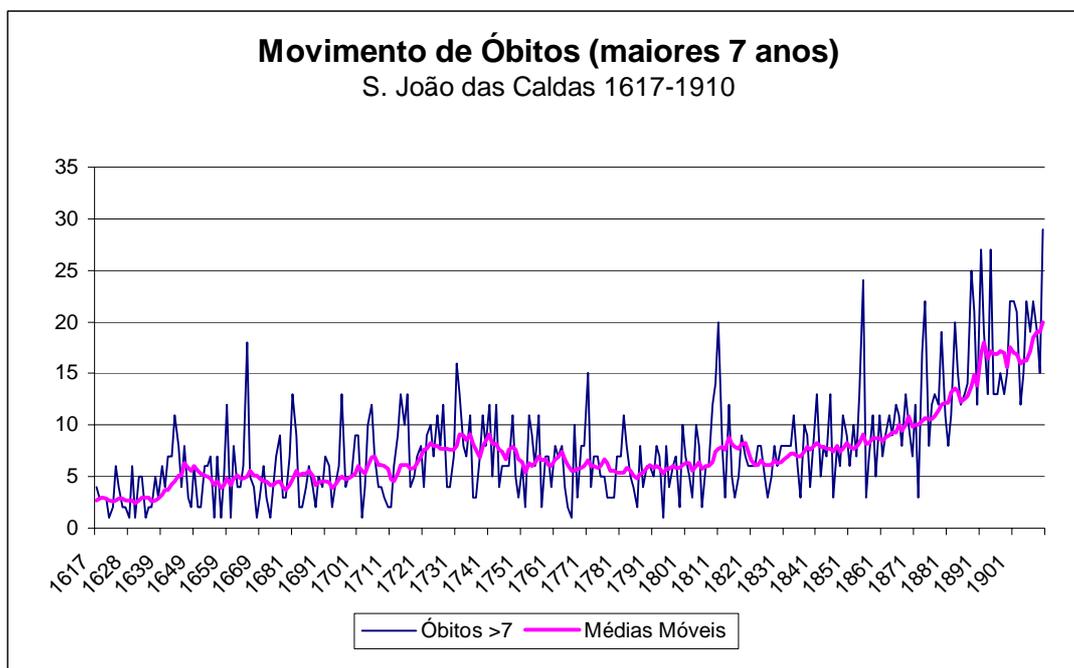


Gráfico 3

O gráfico anterior permite-nos analisar a evolução da mortalidade de maiores de sete anos ao longo de cerca de 300 anos. Calculamos, de acordo com a metodologia de DEL PANTA e LIVI-BACCI [1977 e 1979], as médias móveis para períodos de onze anos, retirando os dois anos com valores mais elevados e os dois com valores mais baixos – estaríamos perante uma mortalidade de crise quando os valores anuais se afastassem mais do que 50% do respectivo valor médio.

No período em análise (1617-1910), com quase trezentos anos, encontramos cinquenta e seis anos que, de acordo com a metodologia atrás referida, poderíamos classificar como mortalidade de crise¹⁶. No quadro seguinte apresentamos os anos em que o desvio em relação à respectiva média é igual ou superior a 100%.

Existem algumas correspondências entre estes valores e outros conhecidos para a mesma região, nomeadamente com os valores encontrados por Norberta Amorim, no seu estudo sobre Guimarães [AMORIM:1987;290-317]. O ano de 1665, que aparece na nossa análise com um desvio de 260% em relação à média, é também um ano de crise

¹⁶ Em anexo podem ser consultados todos os anos com uma diferença em relação à média igual ou superior a 50%.

na região rural de Guimarães. Norberta Amorim, apoiando-se no trabalho de Aurélio de Oliveira sobre as dizimarias dos conventos de Entre Douro e Minho, classifica esta crise como frumentária [AMORIM:1987;296].

Durante o século XVIII não encontramos períodos tão difíceis como no século anterior. Destacariamos o ano de 1771 como o de maior mortalidade de todo o século nesta comunidade. Utilizando novamente a comparação com a vizinha zona de Guimarães, encontramos algumas semelhanças nos anos de 1731 e de 1771, novamente com a zona rural.

Os primeiros anos do século XIX são particularmente difíceis, nomeadamente entre 1809 e 1811. Neste último, correspondente à segunda invasão francesa, temos notícias de conflitos na zona de Vizela – um oficial francês foi morto na vizinha freguesia de Moreira de Cónegos e foi destruída pelos franceses uma fábrica de papel, considerada pioneira na Europa, que existia no lugar da Cascalheira. Norberta Amorim destaca também estes anos para a região de Guimarães: “Á profunda crise agrícola dos primeiros anos do século, estudada para Espanha por Gonzalo Anes e claramente posta em evidência para Entre Douro e Minho por Aurélio de Oliveira, juntaram-se os efeitos directos da Guerra Peninsular e o alastramento de uma mortífica epidemia identificada como o tifo exantemático.” [AMORIM:1987;315].

Quadro IV

Mortalidade de Crise (maiores 7 anos)			
Ano	Óbitos	Média	Diferença
1623	6	2,71	121%
1629	6	2,71	121%
1643	11	4,57	141%
1659	12	4,86	147%
1665	18	5,00	260%
1681	13	4,71	176%
1696	13	5,00	160%
1714	13	6,14	112%
1716	13	6,14	112%
1731	16	8,00	100%
1771	15	6,57	128%
1782	11	5,43	103%
1811	20	7,71	159%
1855	24	9,14	163%
1874	22	10,71	105%

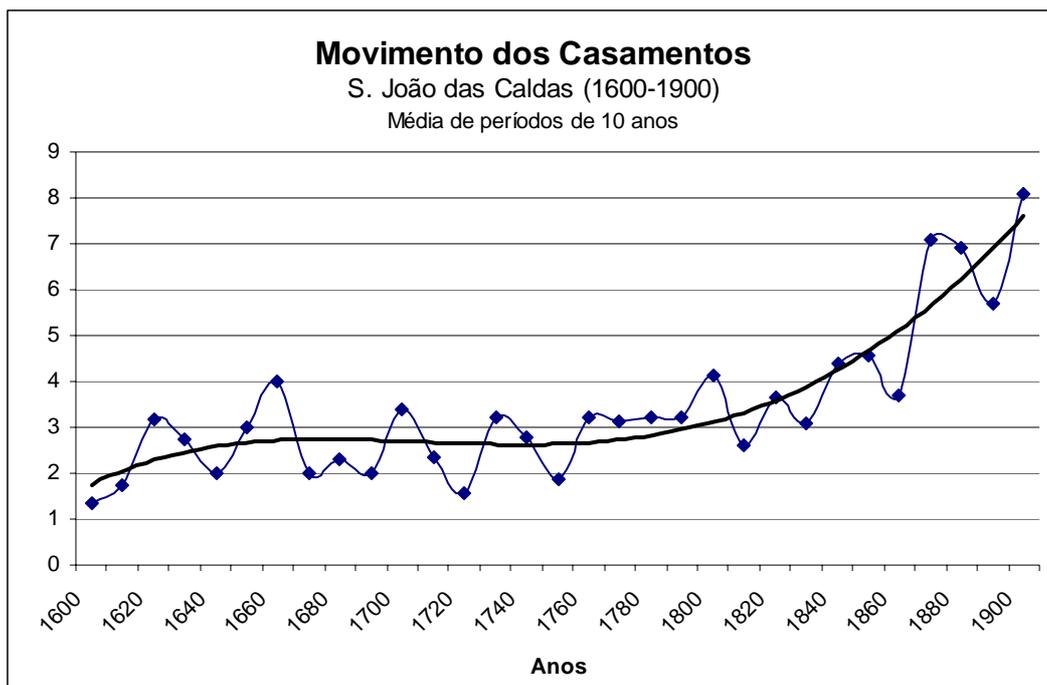


Gráfico 4

O movimento das uniões apresenta nítidas semelhanças com os comportamentos anteriores. Tal como nos baptizados podemos encontrar uma primeira fase de crescimento correspondente ao século XVII; uma segunda fase, no século XVIII em que é patente uma estagnação dos valores encontrados e, finalmente, uma terceira fase correspondente ao século XIX, em que é nítido um crescimento nos valores referentes a estes comportamento.

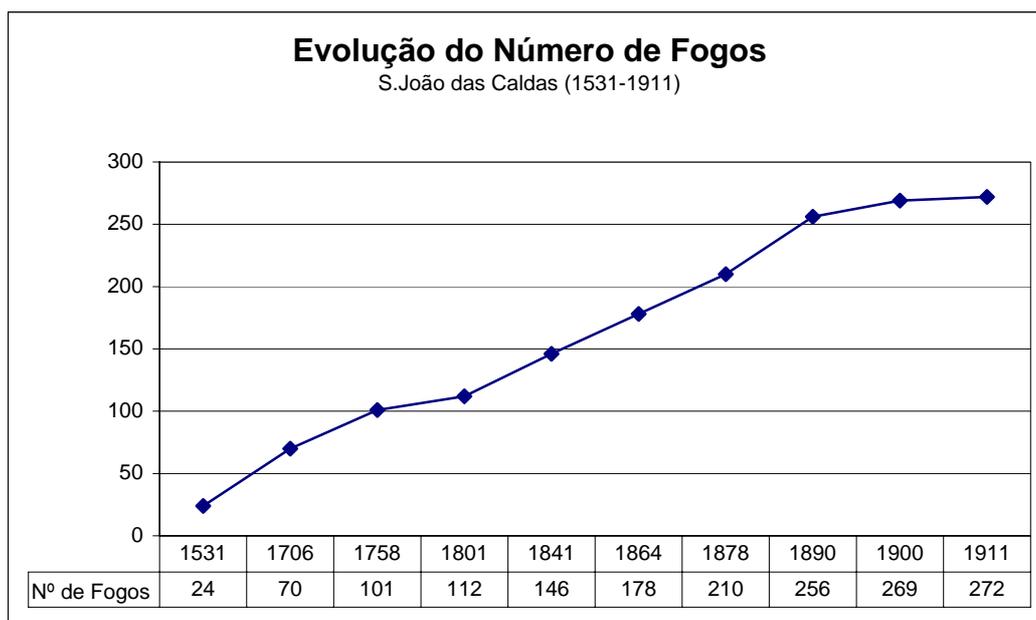


Gráfico 5

O gráfico anterior apresenta-nos a evolução do número de fogos na freguesia de S. João das Caldas¹⁷. A tendência que aqui podemos observar está de acordo com os valores que encontramos para a evolução dos baptizados. Apreciamos um crescimento contínuo do número de fogos, com um ligeiro abrandamento no século XVIII, particularmente na segunda metade. No século XIX observamos um crescimento apreciável, parecendo abrandar no início do século XX.

Ensaíamos uma comparação com outras freguesias do concelho de Guimarães tomando o ano de 1531 como o ponto médio das diferentes séries¹⁸. As freguesias escolhidas foram S. Miguel das Caldas, S. Tomé de Caldelas (Taipas) uma outra vila termal deste concelho e Ronfe, uma freguesia rural, com algumas semelhanças com S. João antes da exploração das águas termais.

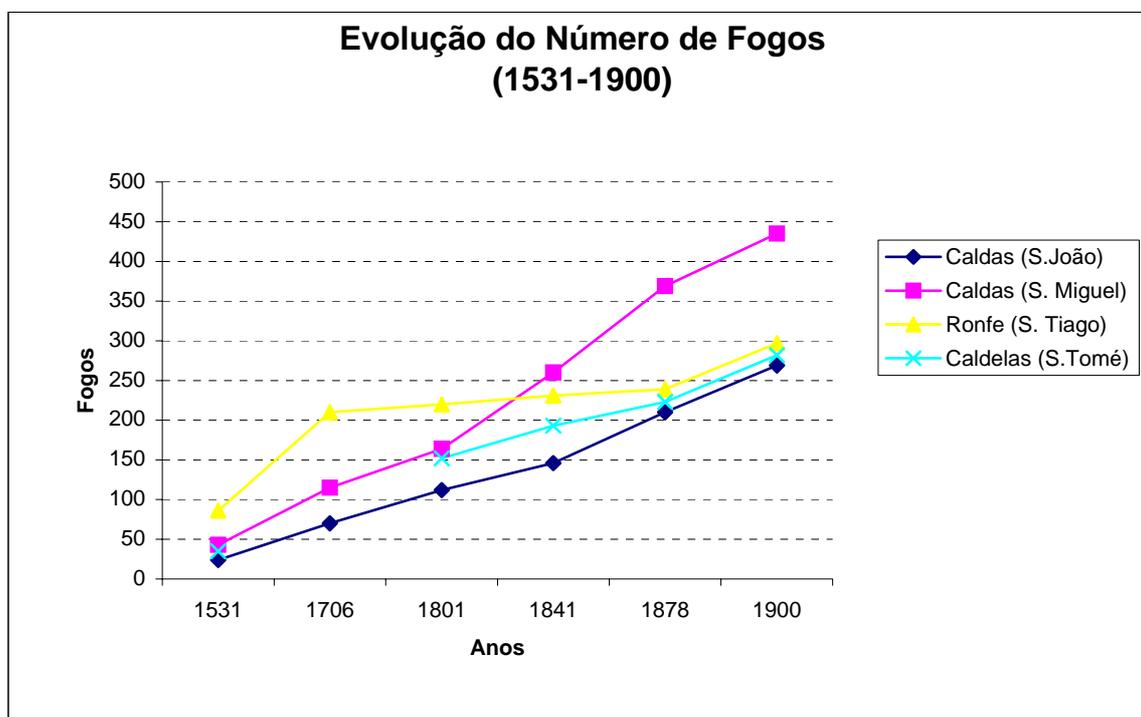


Gráfico 6

Os resultados obtidos são bastante elucidativos. S. João e S. Miguel crescem a ritmos paralelos, embora S. Miguel tenha praticamente o dobro da população. Caldelas

¹⁷ As fontes que utilizamos para a realização deste gráfico são as seguintes: 1531 – Numeramento de 1527 que em Guimarães se realizou em 1531, cit. por [FREIRE: 1905]; 1706 – Corografia Portuguesa de P. Carvalho da Costa; 1758 – Memórias Paroquiais ANTT; 1801 – Recenseamento de 1801 [CRUZ:????]; 1841 – Inquérito Paroquial de 1842, Concelho de Guimarães; 1864, 1878, 1890, 1900, 1911 – Recenseamentos da População Portuguesa.

¹⁸ Os dados referentes a 1875 e 1883 foram retirados dos Mapas Estatísticos da População do Concelho de Guimarães [AMAP].

acompanha também este crescimento, embora a ritmo inferior no final do século XIX. Se em Ronfe encontramos um crescimento importante entre o século XVI e o século XVII, durante o século XVIII e grande parte do XIX não acompanha esta tendência de crescimento. A partir do terceiro quartel do século XIX podemos apreciar um retomar do ritmo de crescimento.

Quadro V

Freguesias	Número de Fogos					
	1531	1706	1801	1841	1878	1900
Caldas (S. João)	24	70	112	146	210	239
Caldas (S. Miguel)	43	115	164	260	369	435
Ronfe (S. Tiago)	86	210	220	231	239	297
Caldelas (S. Tomé)	35		152	193	223	282

Scott no estudo que efectuou sobre Ronfe, afirma que o ritmo de crescimento da população desta freguesia se situaria abaixo dos 0,3%, inferior aos 0,4% que Rowland calculou para a população portuguesa no século XVIII [SCOTT:....]. Por comparação, repare-se que Ronfe tinha em 1531 e 1706 sensivelmente o triplo do número de fogos de S. João das Caldas, em 1900 estão praticamente ao mesmo nível. Poderemos assim supor que estas freguesias associadas ao termalismo tiveram um grande crescimento no século XIX, coincidindo com o grande interesse médico pelos tratamentos termais¹⁹ e com a *moda*, que corria naqueles tempos entre as classes mais elevadas, de usufruir os seus tempos livres no ambiente requintado que as estâncias termais ofereciam.

¹⁹ Abílio da Costa Torres, director da Companhia de Banhos de Vizela, afirmava num opúsculo sobre as águas termais “As águas minerais naturais, diz Patissier, curam muitas vezes, aliviam muitíssimas e consolam sempre.”

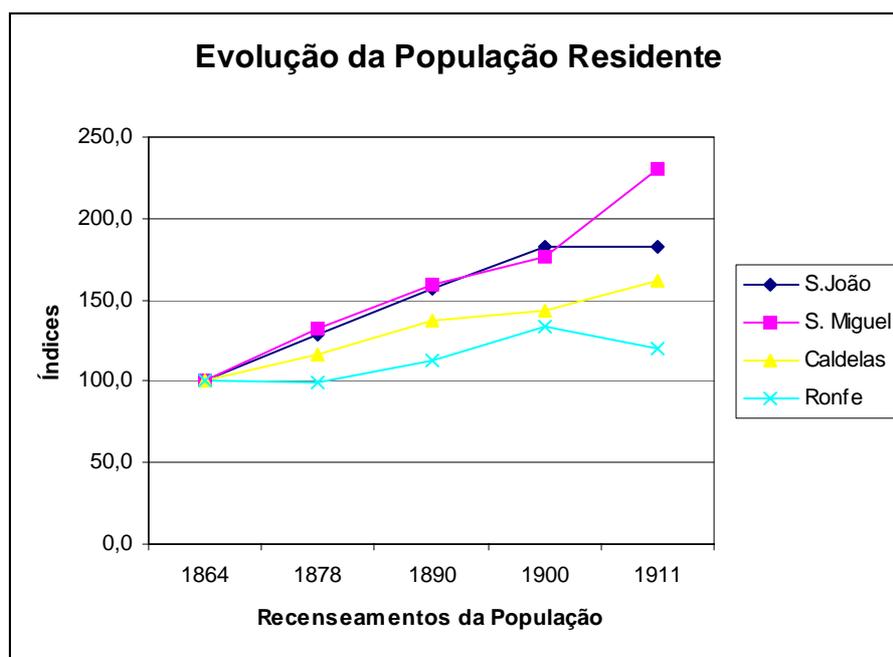


Gráfico 7

A evolução da população residente para o período de que dispomos de recenseamento vem confirmar as conclusões que atrás apresentávamos.

Efectuamos ainda um ensaio para estabelecer os quantitativos populacionais através do número de fogos. Estamos conscientes da grande polémica que envolve este tipo de análise²⁰, mas apresentamos aqui os resultados dos nossos cálculos sem outra pretensão que não seja apreciar o movimento da população da comunidade em estudo na longa duração. Realizamos o cálculo do coeficiente habitantes/fogo para os recenseamentos que dispomos, de 1864 a 1911. Tomamos como valor referência o coeficiente encontrado para o ano de 1864 (3,7), por uma questão de cautela e pela proximidade com os valores que José Vicente Serrão apresenta para todo o país, partindo do Censo de 1801 [SERRÃO:1993, 67]

²⁰ Ver nomeadamente [REHER:1990] e [SERRÃO:1993].

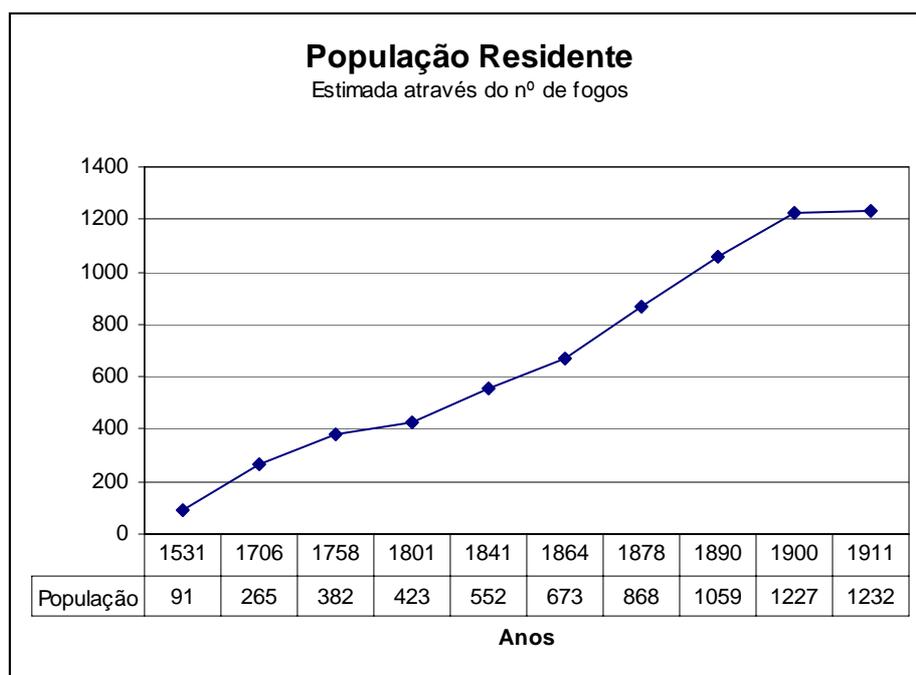


Gráfico 8

Através dos róis de confessados de 1877, 1887 e 1897, elaboramos três pirâmides etárias que nos permitem apresentar uma outra perspectiva sobre esta comunidade. Da sua observação destacaríamos a base larga que nos indicia uma população jovem e em crescimento, o que vem confirmar os outros indicadores já apresentados. Podemos também observar uma preponderância do sector masculino neste período nas primeiras classes. A análise do movimento dos nascimentos confirmou-nos uma relação de masculinidade ao nascimento favorável ao sexo masculino.

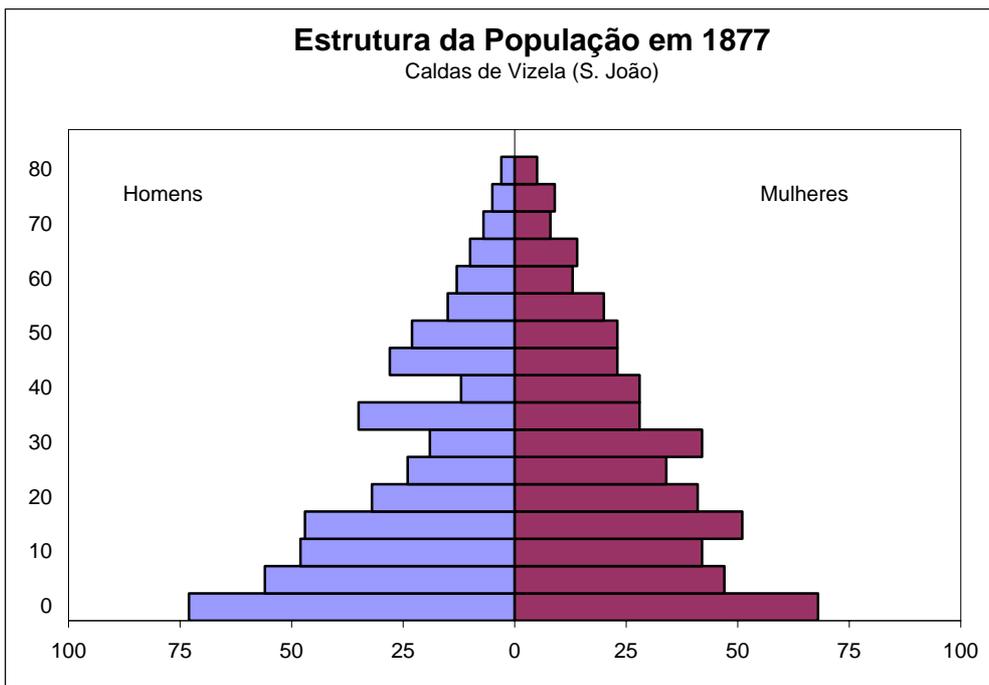


Gráfico 9

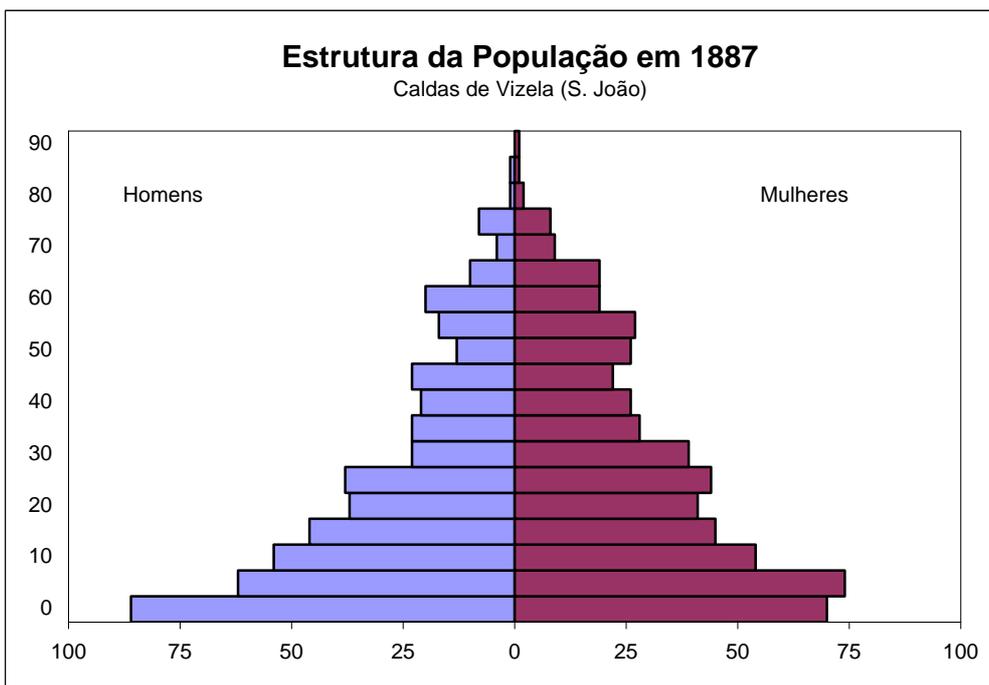


Gráfico 10

Estrutura da População em 1897

Caldas de Vizela (S. João)

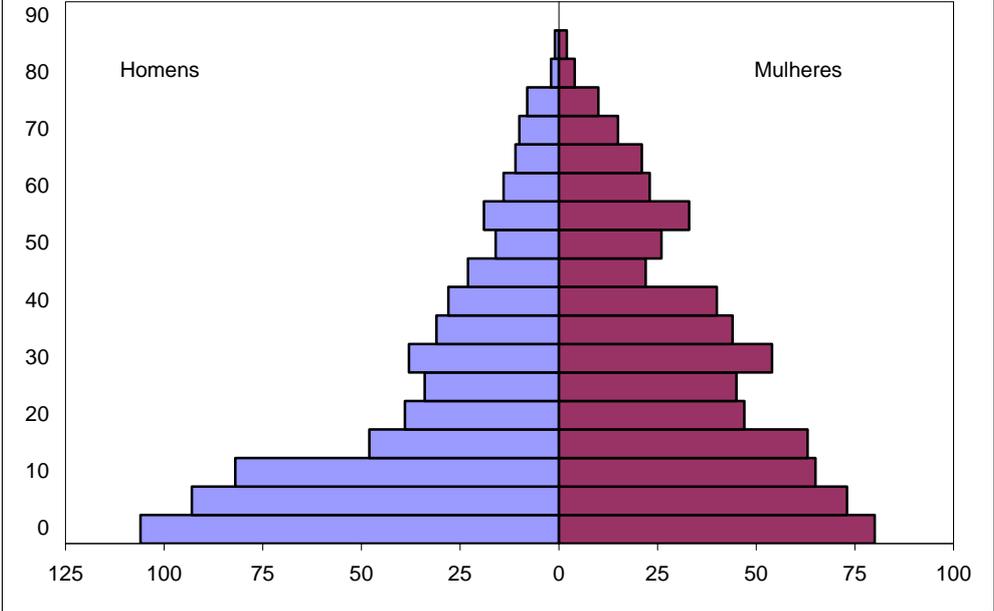


Gráfico 11

3. NUPCIALIDADE

A análise da nupcialidade assume para o historiador demógrafo grande importância na medida em que é, de todos os indicadores clássicos da demografia, o que mais depende da vontade dos sujeitos. Com afirma Robert Rowland “O matrimónio não só resulta de um acto voluntário por parte dos contraentes (ou de alguém por eles), como também se traduz na criação de uma nova célula do organismos social. (...) constitui um momento do processo de reprodução das estruturas sociais e reflecte o modo como está socialmente organizada e controlada a reprodução biológica das populações.” [ROWLAND,1988]

É nesta medida que escolhemos esta variável para estudar a evolução desta comunidade e tentarmos compreender as suas estratégias de reprodução social. Após a apresentação e análise dos indicadores habituais sobre a nupcialidade, procuraremos, através do cruzamento com outras fontes –particularmente os testamentos, apreender o sistema familiar desta comunidade e os mecanismos que foi utilizando na longa duração para se adaptar às novas realidades.

3.1 Sazonalidade ao Casamento

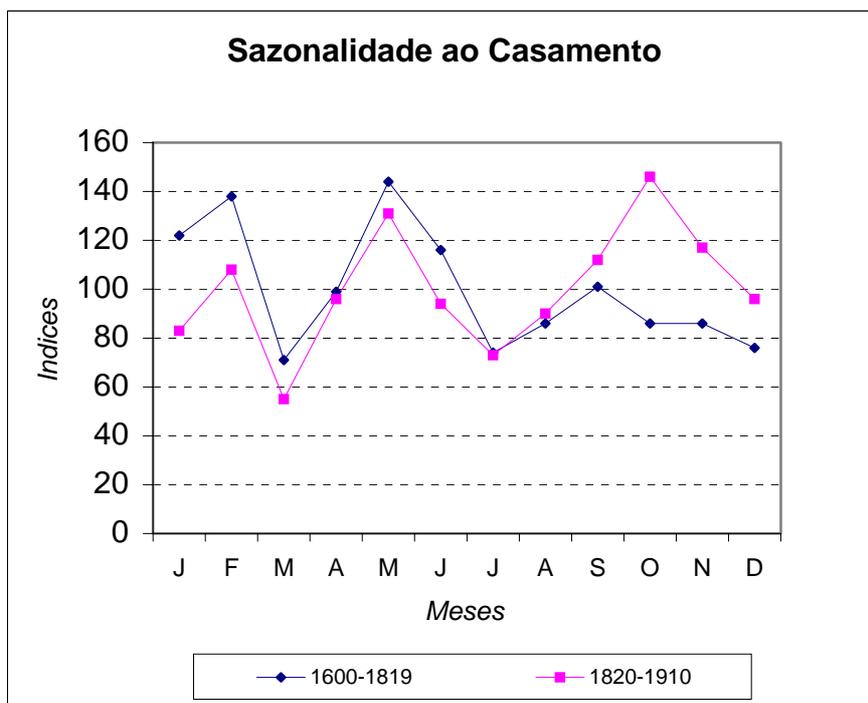


Gráfico 12

O ritmo mensal dos casamentos nunca foi homogéneo. Factores de ordem social, económica, e religiosa, condicionavam a escolha da melhor oportunidade para contrair matrimónio. As análises clássicas da sazonalidade ao casamento costumam acentuar a influência dos calendários agrícola e religioso na escolha da data de casamento.²¹

No caso desta comunidade a análise do 1º período (1600-1819) permite-nos observar que os meses de Janeiro, Fevereiro, Maio e Junho são claramente os meses preferidos pelos vizelenses para contrair matrimónio, por sua vez, Março, Julho, Agosto e Dezembro são os meses onde se verifica o menor número de casamentos.

Relacionando esta observação com o calendário religioso verificamos que dois dos meses referidos, Março e Dezembro, correspondem a dois períodos de interdições religiosas: a Quaresma e o Advento. Contudo o respeito por estes preceitos não parece muito rigoroso, na medida em que o desvio em relação à média não é muito acentuado, o que se enquadra no conjunto de estudos realizados nesta região (veja-se o caso de Guimarães [Amorim,1987]). O mês de Julho estaria talvez relacionado com uma maior intensidade dos trabalhos agrícolas, o que não o tornaria também muito favorável à realização de uma cerimónia com a importância social do casamento. De destacar que os meses preferidos para contrair matrimónio seriam, ainda neste período, os de Fevereiro e Maio, isto é, os meses contíguos à Quaresma.

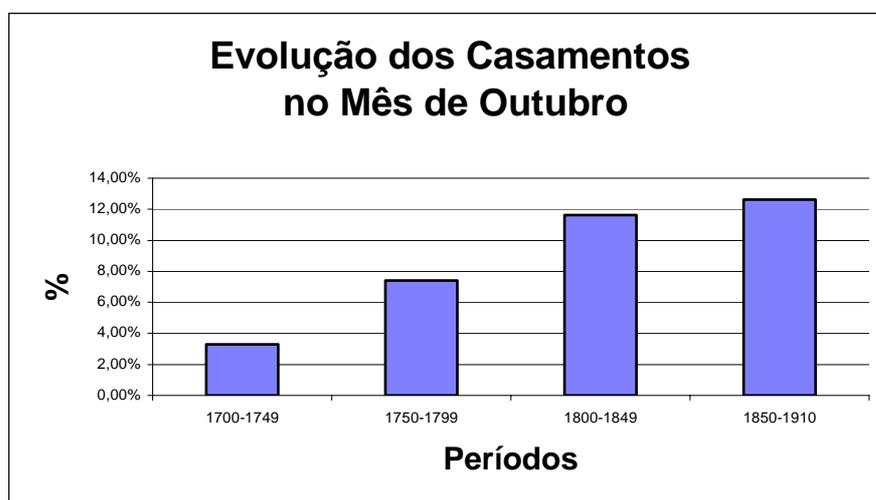


Gráfico 13

O século XIX traz alterações que nos parecem significativas quanto a este fenómeno. Destacaríamos particularmente o mês de Outubro, que se salienta por ser

²¹ Veja-se a este propósito nomeadamente [AMORIM,1987:64]

agora o mês mais favorável para o casamento, rompendo claramente com as tendências que se observavam no período anterior. O gráfico anterior permite-nos analisar a evolução deste fenómeno, que está, na nossa opinião, directamente relacionado com a exploração das águas termais – pensamos que a actividade termal teria nesta altura maior peso no calendário económico que as actividades agrícolas. Os meses de Junho a Setembro, seriam assim um período de grande actividade económica, propício à angariação de um pecúlio que viabilizaria a sobrevivência do jovem casal e pouco favorável à realização de uma cerimónia com o envolvimento público que tem o casamento. Quanto ao respeito pelo calendário religioso continua a verificar-se no mês de Março, mas diminui sensivelmente no mês de Dezembro.

Analisamos também a distribuição ao longo da semana das datas de casamento. O gráfico nº 3 apresenta-nos uma realidade muito curiosa porque diversa da normalização dos dias de hoje. Se o domingo é o dia preferido para contrair matrimónio, não deixam de ser muito significativos os valores encontrados para a 2ª, a 4ª e a 5ª feira. Definitivamente dias desfavoráveis ao casamento eram a 3ª e a 6ª feira.

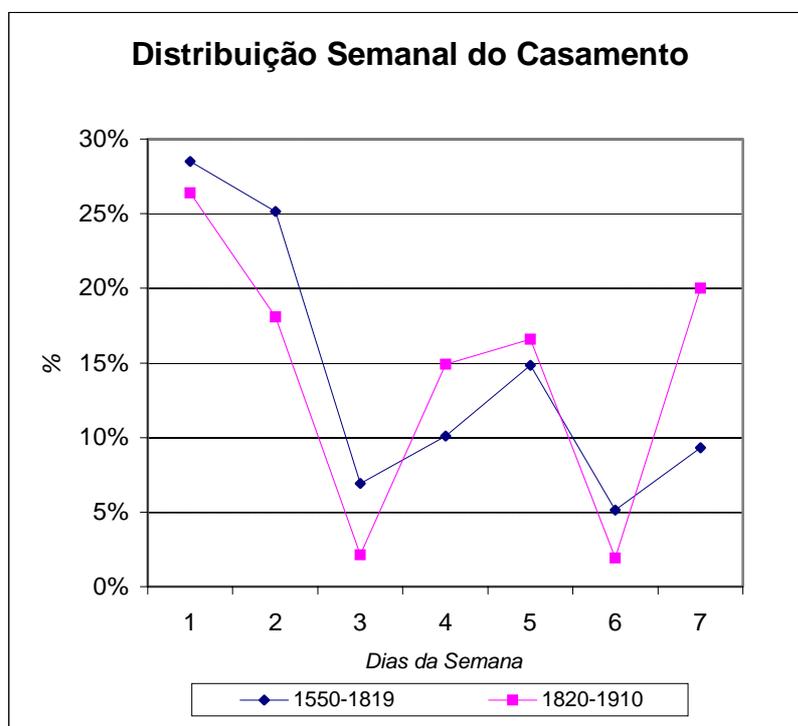


Gráfico 14

Comparando os dois períodos podemos verificar uma troca de importância entre a 2ª feira e o sábado. Se nos séculos XVII e XVIII a 2ª feira rivalizava como o domingo, no século XIX, perde importância para o sábado.

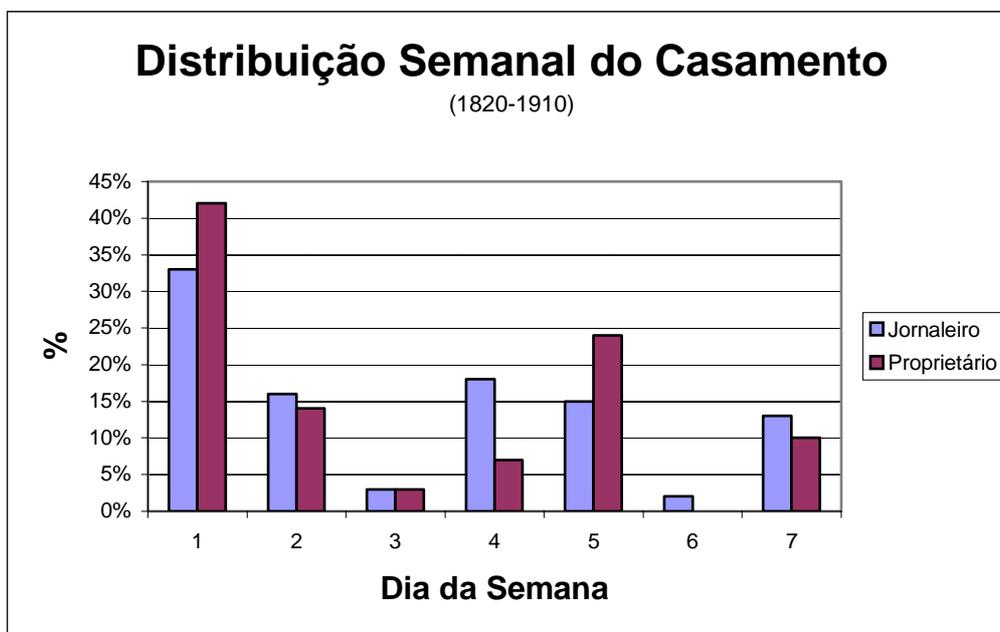


Gráfico 15

A tentativa de análise diferencial deste comportamento para o séc. XIX levou-nos a seleccionar na nossa base de dados os casamentos em que o marido aparece ou como jornaleiro, ou como proprietário no período de 1820 a 1910. Verificamos uma maior preferência pelo domingo e pela 5ª feira no grupo dos proprietários. A 4ª feira que aparece com 18% dos matrimónios no caso dos jornalheiros, só foi escolhida por 7% dos proprietários. Comparando com os valores do gráfico anterior destaca-se claramente o peso do domingo no grupo dos proprietários em relação ao comportamento da globalidade da comunidade (42% - 26%).

3.2 Idade Média ao Primeiro Casamento

Num artigo clássico de 1965, Hajnal definiu dois modelos europeus de casamento, opostos entre si. Segundo ele a oeste de uma linha imaginária que ia de Leninegrado a Trieste o casamento era tardio e existia uma elevada proporção indivíduos que não chegavam a casar. A este dessa linha o casamento era precoce e era reduzido o número de indivíduos solteiros. Não dispondo de dados para todas as regiões, destacava contudo que o comportamento de certas zonas do sul e oeste da Europa, como o sul da Itália e da Espanha, se afastavam do modelo europeu, aparentando mais semelhanças com a Grécia do que com a Bélgica ou a Suécia. [HAJNAL,1965].

Este estudo esteve na origem da “(..)formulação do *modelo homeostático* do sistema demográfico europeu de Antigo Regime, em que a nupcialidade tem o papel de variável reguladora da dinâmica da população, adequando os novos matrimónios às possibilidades de criação de novos agregados domésticos(..)” [ROWLAND,1988].

Num estudo de 1988, Robert Rowland efectuou uma síntese dos dados ibéricos sobre a nupcialidade, apresentando na altura uma longa série de valores referentes à idade média ao primeiro casamento. Segundo esse estudo, o território português apresenta um contraste acentuado entre o Norte, com elevada idade ao nascimento, e o Sul, com valores mais reduzidos.

Dez anos mais tarde, em 1998, Ana Sílvia Scott, efectuou uma nova síntese, mais actualizada, dos dados portugueses conhecidos. Os valores apresentados confirmam a tendência já enunciada por Rowland.

Para caracterizar a idade média ao casamento na comunidade em estudo efectuamos um estudo transversal, por períodos de 10 anos, de 1600 a 1900, considerando unicamente os casamentos em que os cônjuges têm idade superior a 12 e inferior a 50 anos. A análise dos dados obtidos (gráfico 16) permite-nos detectar quatro fases distintas neste fenómeno. Uma primeira corresponde ao período de 1660 a 1720 em que se verifica um aumento da idade ao primeiro casamento nos dois sexos, mais acentuada no caso das mulheres, atingindo 28,2 anos para os homens em 1720 e 29,7 para as mulheres. A segunda fase corresponde ao período entre 1720 e 1770. Encontramos para as mulheres valores entre os 29, 30 anos, enquanto que nos homens

observamos idades muito mais baixas, cerca de 25 anos. Uma terceira fase corresponderá ao período entre 1770 e 1830. Neste período podemos observar que se inicia uma tendência para a diminuição da idade ao primeiro casamento, comum a homens e mulheres, que partem de valores na ordem dos 28 anos até aos 25 de 1830. Uma quarta e última fase, que corresponde a uma certa estabilidade dos valores que passam a oscilar, no caso dos homens, entre os 26,5 e os 28,1 anos e no caso das mulheres entre os 25,6 e os 23,6 anos.

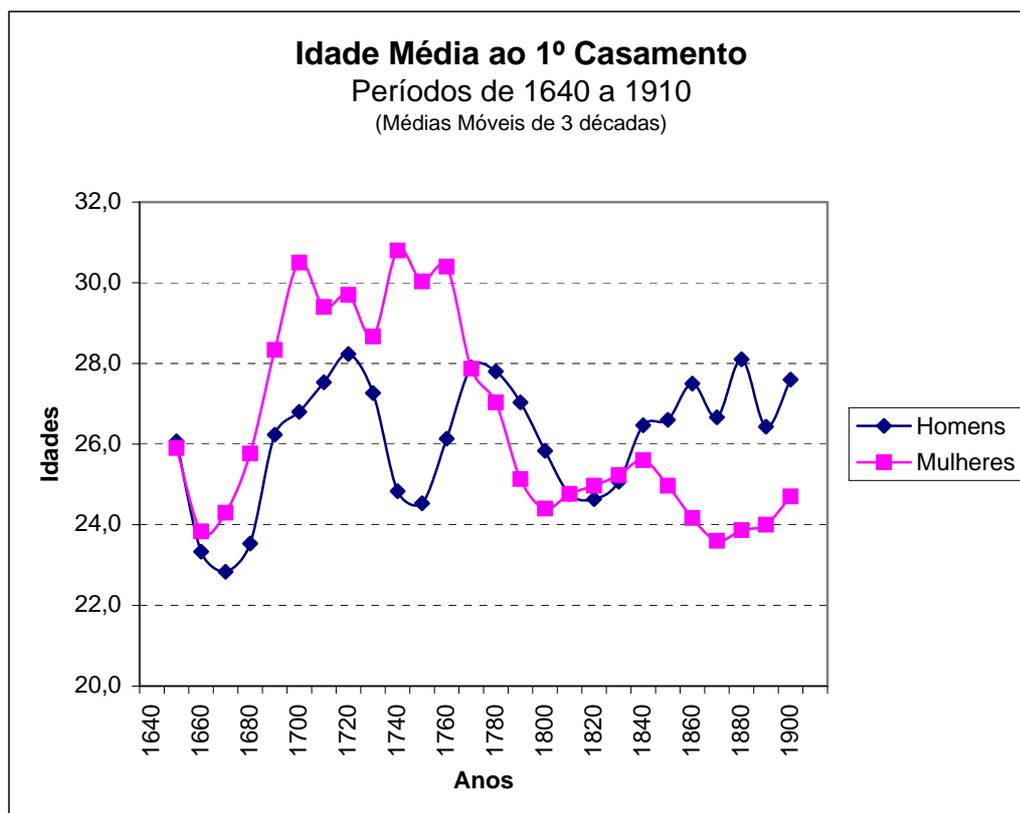


Gráfico 16

Elaboramos um novo gráfico de acordo com a periodização atrás proposta e o resultado obtido permite-nos clarificar aquela observação.

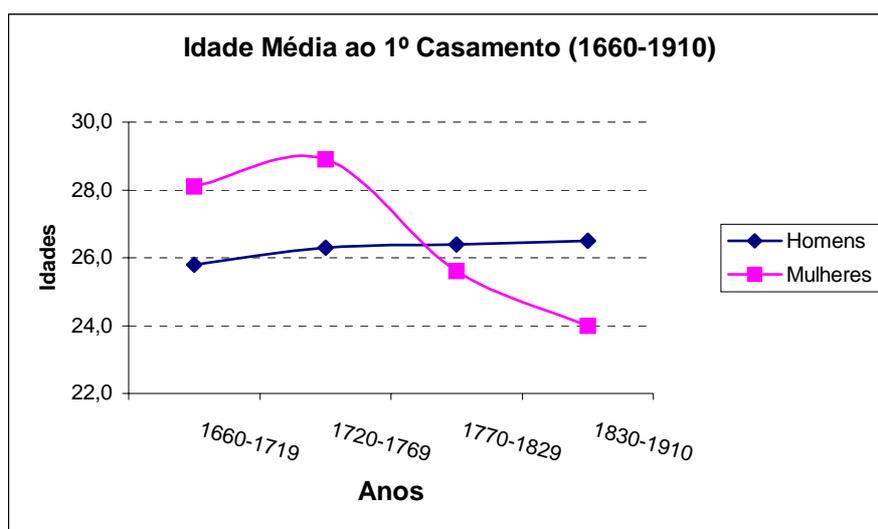


Gráfico 17

Estamos perante duas linhas de tendência com comportamentos distintos. No caso da idade ao primeiro casamento masculina podemos verificar que há uma ligeira tendência para o aumento, oscilando entre 25,8 e 26,5. Quanto ao sexo feminino já encontramos uma amplitude de variação muito maior: um primeiro período correspondente à segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII em que a idade ao primeiro casamento oscila entre os 28,1 e os 28,9 e um segundo, a partir de 1770, em que estes valores vão diminuindo até se situarem cerca dos 24 anos no início do século XX.

Quadro VI

Idade Média ao 1º Casamento (1660-1910)		
	Homens	Mulheres
1660-1719	25,8	28,1
1720-1769	26,3	28,9
1770-1829	26,4	25,6
1830-1910	26,5	24,0

Inspirados em Flinn, que, na sua obra *O sistema demográfico europeu, 1500-1820*, refere que a mediana seria a medida mais indicada para estudar a idade ao primeiro casamento²², fizemos um ensaio em períodos de 50 anos. Para o cálculo da mediana seguimos as indicações do *Manuel de Démographie Historique*, de Louis Henry. [Henry:1970,70]

²² A este propósito ver também [HENRY, 1970:70].

Quadro VII

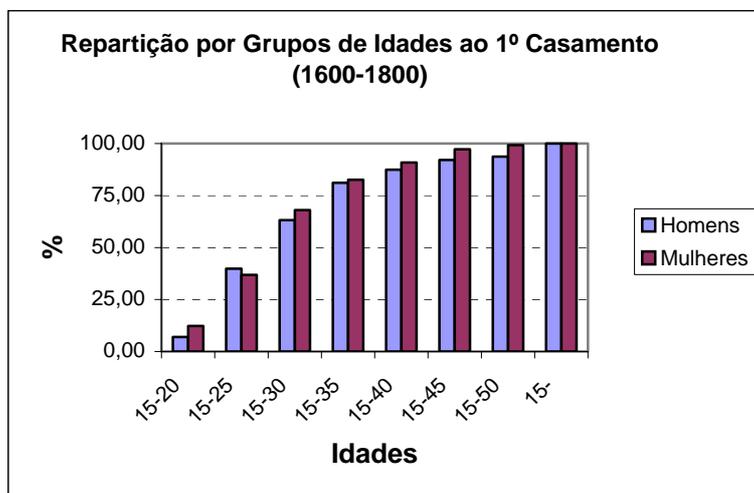
Comparação Média/Mediana				
Período	Homens		Mulheres	
	Média	Mediana	Média	Mediana
1600-1649	27,9	27,3	26,7	26,3
1650-1699	25,8	25,8	26,0	25,6
1700-1749	26,6	24,9	29,4	27,9
1750-1799	27,0	24,3	27,5	25,8
1800-1849	25,4	24,4	25,0	23,2
1850-1900	27,4	25,1	24,1	23,4

Se os valores encontrados confirmam a tendência já verificada de descida da idade ao casamento ao longo do período em análise, não deixa de ser significativo o facto de que a idade mediana é sempre mais reduzida do que a idade média.

Tomemos como exemplo o período de 1750-1800: a média tem o valor de 27,0 anos e a mediana 24,9 para os homens, o que quer dizer que 50% já estavam casados até aos 25 anos. No caso das mulheres verifica-se a mesma situação (27,5 –25,8). Pensamos que será muito proveitosa a generalização deste indicador, de modo a permitir efectuar comparações e aferir mais correctamente a sua validade.

3.3 Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento

Gráfico 18



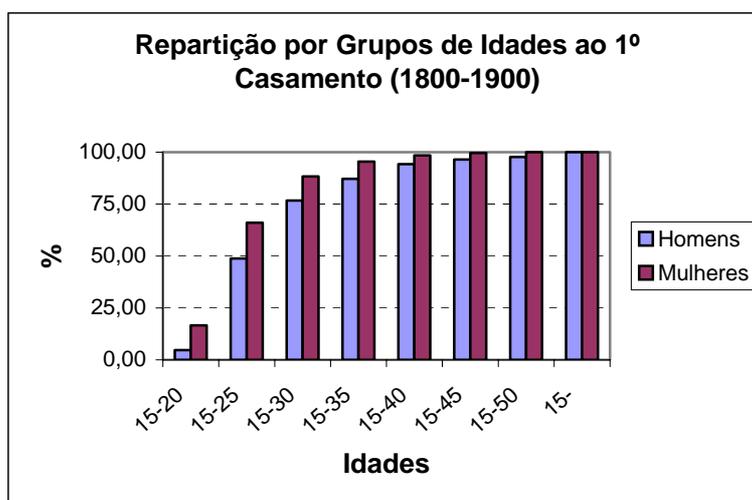
Quadro VIII

Repartição por Grupos de Idades ao 1º Casamento (1600-1800)				
Idades	Homens		Mulheres	
	%	%	%	%
15-20	7,0	7,0	12,3	12,3
20-25	32,8	39,8	24,5	36,8
25-30	23,4	63,2	31,2	68,0
30-35	17,9	81,2	14,6	82,6
35-40	6,3	87,5	8,3	90,9
40-45	4,7	92,2	6,3	97,2
45-50	1,6	93,8	2,0	99,2
50-	6,3	100,0	0,8	100,0

A análise da repartição por grupos de idades ao primeiro casamento, vem confirmar os dados anteriormente apresentados. Podemos apreciar claramente uma redução da idade ao primeiro casamento, tanto masculina como feminina, durante o século XIX. Trata-se de uma evolução muito significativa pois no século XIX 66% das mulheres casavam-se entre os 20 e os 25 anos, enquanto que no período anterior o valor se situava nos 36,8%. Um processo semelhante acontece com os homens (48,8% - 39,8%). Repare-se que 88% das mulheres casadas contraíram o matrimónio até aos 30

anos, enquanto que nos séculos XVII e XVIII este valor só seria atingido entre os 35-40 anos.

Gráfico 19



Quadro IX

Repartição por Grupos de Idades ao 1º Casamento (1800-1900)				
Idades	Homens		Mulheres	
	%	%	%	%
15-20	4,7	4,7	16,6	16,6
20-25	44,1	48,8	49,4	66,0
25-30	27,9	76,7	22,3	88,3
30-35	10,5	87,2	7,2	95,5
35-40	7,0	94,2	3,0	98,5
40-45	2,3	96,5	1,1	99,6
45-50	1,2	97,7	0,4	100,0
50-	2,3	100,0	0,0	100,0

A interpretação destes valores torna-se difícil dados os reduzidos elementos de que dispomos. De facto a análise da idade ao casamento, só por si, deixa-nos muito por explicar num fenómeno tão complexo. Por analogia com alguns estudos sobre o Norte de Portugal, e de acordo com as principais características desta comunidade poderíamos avançar com algumas observações: os valores encontrados para os séculos XVII e XVIII, idades médias ao primeiro casamento elevadas, enquadram-se nos valores referidos noutros estudos já efectuados para o Minho²³. Divergem substancialmente no que respeita ao século XIX pois os valores que encontramos em Vizela são muito

²³ Para um resumo dos valores obtidos nestes estudos ver [AMORIM:1999,22]

inferiores. Num artigo de 1999, intitulado *O Minho: comportamentos demográficos através da informação* paroquial, Norberta Amorim observa que “(...) as idades médias menos elevadas ao casamento feminino encontram-se na zona urbana de Guimarães ou em zonas suburbanas à medida que estas vão sendo afectadas por processos de protoindustrialização” [AMORIM:1999]. Na comunidade de S. João das Caldas, talvez como consequência do impulso da actividade termal, encontramos este tipo de comportamento durante o século XIX.

Uma outra questão que nos ocorre é a influência do sistema de transmissão do património nos valores encontrados para a idade média ao casamento. Poderão as oportunidades de trabalho proporcionadas pelo já referido impulso termal do século XIX, ter contribuído para um acesso mais precoce ao matrimónio?

3.4. Celibato Definitivo

A falta de qualidade dos registos de óbito, que raramente indicam a idade dos defuntos e o seu estado civil, é talvez uma das maiores dificuldades que enfrenta o investigador que empreende uma reconstituição de famílias em Portugal. Este problema condiciona particularmente as análises seguintes, em que procuramos estudar o fenómeno do celibato definitivo.

Dado o reduzido número de elementos representativos, optamos por uma divisão da observação em dois grandes períodos (1600-1760 e 1760-1860), efectuámos também o cálculo para toda a observação.

Quadro X

Celibato Definitivo							
Período		Homens com mais de 49 anos			Mulheres com mais de 49 anos		
		Total	Solteiros		Total	Solteiras	
			Total	%		Total	%
1600	1759	68	3	4%	120	14	12%
1760	1910	70	5	7%	70	17	24%
1600	1910	138	8	6%	196	31	16%

O valor correspondente ao primeiro período, embora limitado pelo reduzido número de efectivos apresentados, permite-nos somente duas observações: o celibato definitivo feminino é mais importante que o masculino; os valores obtidos surpreendem

pelo seu reduzido valor e, apesar da possibilidade de sub-registo de óbitos já referida, podem indiciar um movimento de saída da comunidade de jovens solteiros.

Já o segundo período, com uma representação mais sólida e correspondendo a períodos de maior rigor dos registos de óbito, oferece outras garantias de validade. Destacaria que os valores encontrados, para além de se manter a tendência para o número de mulheres que ficam solteiras ser bastante superior ao dos homens, se situam em níveis inferiores a outros já publicados referentes a comunidades desta região.

Servindo-nos novamente do estudo de Rowland já citado, os valores médios de celibato definitivo apresentados para o Minho, na 2ª metade do século XIX são de 27,7% para as mulheres e 13,6 para os homens. Em S. João encontramos para as mulheres, sensivelmente no mesmo período 24% (menos 3,7%) e para os homens 7% (menos 6,6%). Recorrendo ainda à síntese apresentada por Norberta Amorim [AMORIM:1999, 26] estes valores continuam a surpreender.

Para validarmos os valores referentes ao século XIX, calculámos a percentagem de solteiros acima dos 49 anos, para o ano de 1877, utilizando para o efeito o rol de confessados.

Quadro XI

Percentagem de Solteiros acima dos 49 anos					
Rol de Confessados de 1877					
Homens			Mulheres		
Total >=50	Solteiros		Total >=50	Solteiros	
	Total	%		Total	%
76	4	5%	93	15	16%

Os resultados obtidos estão próximos dos que já tínhamos observado para o século XIX para o sexo masculino. O mesmo não podemos dizer do sexo feminino onde encontramos valores significativamente inferiores. Esta tendência para a diminuição do celibato definitivo no final do século XIX é também encontrada em SCOTT.

Relacionando estes valores com os obtidos para a idade média ao casamento poderíamos observar que o modelo de acesso ao matrimónio em S. João se caracterizava nos séculos XVII-XVIII por uma idade ao casamento elevada, dentro dos valores normais desta região, embora o celibato definitivo tivesse pouco significado (como já referimos esta observação tem de ser pontuada com algumas cautelas devido ao possível sub-registo de óbitos e à dificuldade de identificação dos indivíduos ao óbito). Durante

o século XIX encontramos uma idade ao casamento relativamente baixa e um celibato definitivo com valores mais reduzidos que os habitualmente referidos nesta região.

Como todas as referências sobre esta comunidade nos indicam que ela está a aumentar no século XIX, devido à atracção que representa o florescimento da actividade termal, é de crer que as tradicionais limitações ao casamento, habituais na província minhota, não fizessem aqui tanto significado. Esta situação contrasta aliás com a maior parte dos estudos que apresentam o século XIX como um século de emigração, particularmente para o Brasil, com consequências muito importantes na nupcialidade (elevada idade ao casamento e elevada percentagem de celibato definitivo). Em S. João, pensamos que a mobilidade teve, neste século, uma preponderância no sentido contrário, o que talvez explique a maior facilidade de aceder ao matrimónio nesta comunidade.

Em artigo de 1986, Nunes e Feijó, caracterizando a sociedade minhota, referem-se ao concelho de Guimarães, destacando que o desenvolvimento da indústria, sobretudo a partir do terceiro quartel do século XIX, veio criar novas oportunidades de emprego fora da agricultura [NUNES e FEIJÓ:1986]. Pensamos que em Vizela, com o desenvolvimento termal desde inícios do século XIX, se antecipou esta oferta de emprego alternativo à agricultura, proporcionando às famílias outras fontes de rendimento que, na nossa opinião, completariam mais do que substituiriam os rendimentos agrícolas – até porque a actividade termal é uma actividade sazonal.

Considerando as características encontradas para a idade ao casamento e a reduzida importância do celibato definitivo pareceu-nos importante aferir a duração das uniões. Para esse efeito efectuamos uma observação das famílias de Tipo 1 e Tipo 2, famílias das quais conhecemos a data de casamento e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido, em dois períodos de 1600 a 1760 e de 1760 a 1860. Por uma questão de rigor não consideramos as uniões em períodos posteriores pois algumas datas de óbito do primeiro cônjuge falecido poderiam cair fora do período analisado, deturpando assim a observação.

De modo diferente dos valores publicados por SCOTT referentes a Ronfe, a duração das uniões em S. João é bastante elevada, facto que, sem dúvida, também está relacionado com os valores reduzidos da idade ao casamento na comunidade que estudamos. De certo modo trata-se também de um indicador que nos aponta para uma mortalidade suave nesta região.

Quadro XII

Duração Média do Casamento		
Período		Média
1600	1759	25,93
1760	1860	27,86

Com valores como os que atrás referimos para a duração média ao casamento, não é de admirar que os recasamentos não sejam muito comuns. É o que podemos observar no quadro seguinte.

Quadro XIII

Estado Civil ao Casamento							
	Período		Total	Solteiro		Viúvo	
	Homem	1600	1699	158	146	92,4%	12
1700		1799	259	227	87,6%	32	12,4%
1800		1910	531	468	88,1%	63	11,9%
	Período		Total	Solteira		Viúva	
	Mulher	1600	1699	158	157	99,4%	1
1700		1799	259	255	98,5%	4	1,5%
1800		1910	531	501	94,4%	30	5,6%

O recasamento feminino tem, como se pode observar, valores residuais até ao século XIX. Durante este século aumenta ligeiramente, o que indicia algumas alterações de mentalidade, embora se mantenha com valores muito reduzidos. No caso dos homens o valor é bastante superior no século XVII e XVIII e sensivelmente o dobro do das mulheres no século XIX.

Quadro XIV

Intervalo entre a Viuvez e o Ulterior Casamento (1600-1910)		
Anos	H	M
< 1	7	1
1	9	1
2	3	2
3	5	0
Mais de 3	7	5
Total	31	9
Idade Média ao 2º Casamento	39,8	31,4

Embora com uma amostra muito reduzida analisamos também o intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento. Os valores que observamos confirmam-nos a hipótese atrás enunciada: era muito mais fácil ao homem encontrar noiva após a viuvez. A maior parte efectuaria o novo casamento logo no primeiro ou segundo ano. Obviamente este fenómeno é explicado pela necessidade de apoio ao lar – tarefas familiares e educação dos filhos menores. O número de mulheres que volta a casar após a viuvez é muito reduzido e o intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento é muito mais elevado do que o dos homens.

Pelo contrário a idade média ao 2º casamento é muito mais baixa nas mulheres (31,4) que nos homens (39,8). Calculamos o desvio padrão destas duas distribuições e encontramos valores muito significativos: 3,56 para as mulheres e 12,04 para os homens. Isto significa que além da idade ser mais baixa, há uma grande concentração da distribuição à volta da média, enquanto nos homens encontramos uma distribuição muito menos concentrada.

3.5. Origem Combinada dos Cônjuges

Uma outra análise que empreendemos foi a verificação da origem combinada dos cônjuges que contraíam matrimónio na comunidade. Ao longo do processo de organização da base de dados, fomos apercebendo que era uma prática muito comum o noivo casar na paróquia da noiva, independentemente de acabar por fixar residência na sua paróquia de origem. Esta prática perturba a nossa análise nos dois sentidos: se por um lado o número de casamentos de noivas de S. João com noivos do exterior se vê aumentado, também o número de casamentos de noivos de S. João com mulheres do exterior se vê reduzido.

Quadro XV

Origem Combinada dos Cônjuges		
TIPO	1600-1799	1800-1910
1 Marido de S.João=Esposa de S.J.	28%	15%
2 Marido do Exterior=Esposa de S.J.	52%	38%
3 Marido de S.João=Esposa do Exterior	8%	19%
4 Marido do Exterior= Esposa do Exterior	8%	24%

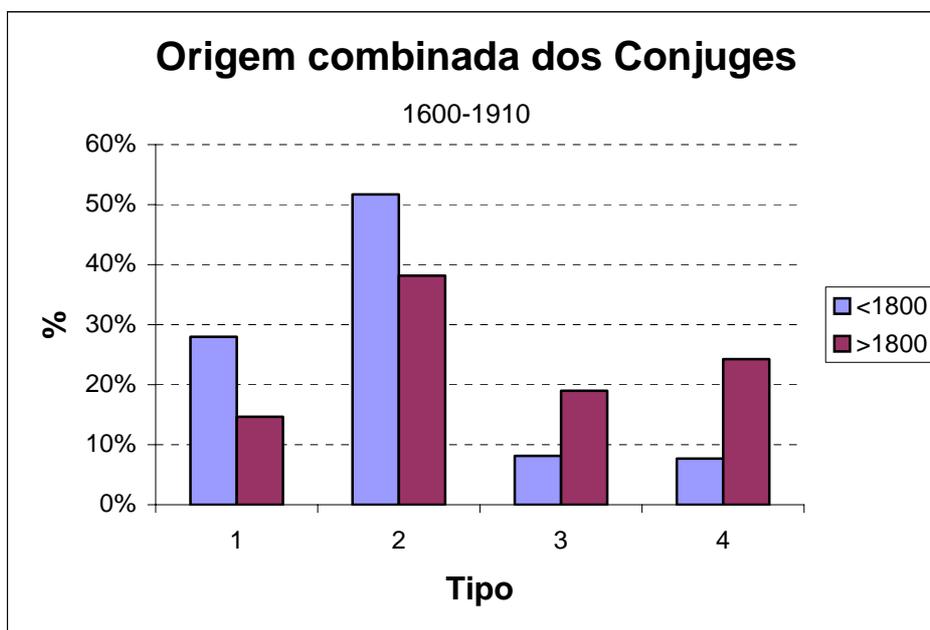


Gráfico 20

Os resultados obtidos constituem, na nossa opinião, um indicador muito importante acerca das alterações que esta comunidade sofreu durante o século XIX. De facto podemos verificar que no primeiro período assumem particular relevo (50%) os

casamentos em que a noiva é de S: João e o noivo do exterior, como seria de esperar considerando a prática desta região. Os casamentos em que o homem é de fora, ou que os dois noivos são do exterior, têm pouco significado (8% cada um).

Quadro XVI

Origem Combinada dos Cônjuges			
TIPO		1800-1849	1850-1910
1	Marido de S.João=Esposa de S.J.	13%	16%
2	Marido do Exterior=Esposa de S.J.	43%	36%
3	Marido de S.João=Esposa do Exterior	22%	18%
4	Marido do Exterior= Esposa do Exterior	15%	29%

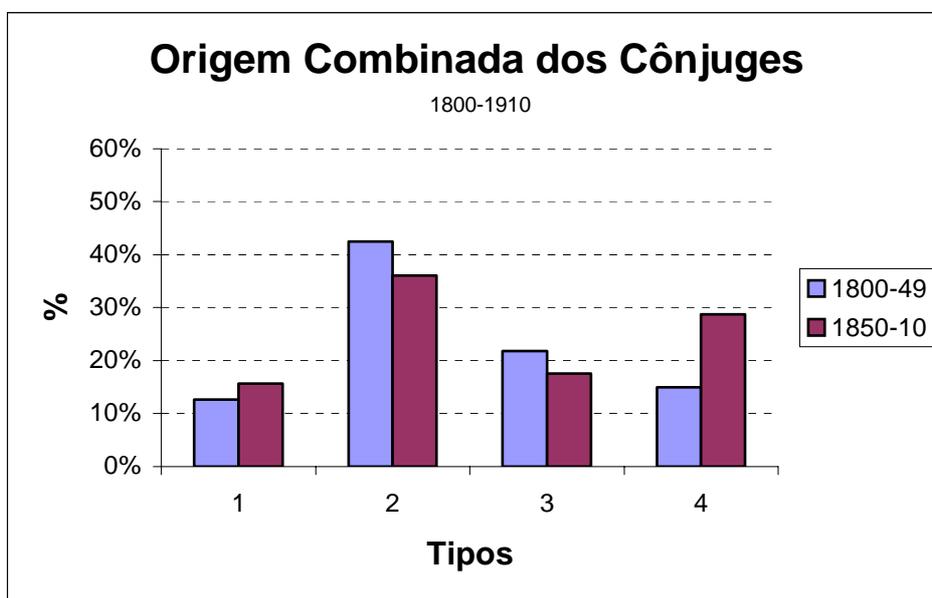


Gráfico 21

Para aprofundar esta observação decidimos dividir a observação do 2º período (1800-1910), com o objectivo de avaliar quando é que esta alteração se tinha iniciado. Torna-se claro na observação do gráfico anterior que este processo teve início na primeira metade do século XIX, mas que se intensificou decisivamente na segunda metade e início do século XX.

Com o objectivo de ultrapassar a limitação atrás referida quanto à prática de casar na paróquia da noiva, efectuamos uma consulta à nossa base de dados no sentido de verificarmos a origem combinada de todos os chefes de família (mesmo quando não dispúnhamos de data de casamento).

Quadro XVII

Origem Combinada dos Chefes de Família			
TIPO		1600-1799	1800-1910
1	Marido de S.João=Esposa de S.J.	25%	10%
2	Marido do Exterior=Esposa de S.J.	46%	29%
3	Marido de S.João=Esposa do Exterior	14%	19%
4	Marido do Exterior= Esposa do Exterior	14%	42%

Quadro XVIII

Origem Combinada dos Chefes de Família			
TIPO		1800-1849	1850-1910
1	Marido de S.João=Esposa de S.J.	9%	11%
2	Marido do Exterior=Esposa de S.J.	31%	28%
3	Marido de S.João=Esposa do Exterior	24%	17%
4	Marido do Exterior= Esposa do Exterior	36%	44%

Os resultados encontrados confirmam a tendência já observada, destacando-se particularmente o Tipo 4, que assume através desta consulta valores ainda mais significativos do que na análise anterior (42% para todo o período).

Os valores apresentados permitem-nos concluir que esta comunidade, devido ao seu desenvolvimento durante o século XIX, se tornou um pólo de atracção.

Uma outra questão se impõe nesta análise: de onde são originários os homens e as mulheres que vêm casar de fora a S. João?. No quadro apresentado na página seguinte com a listagem das paróquias representadas, só estão representadas as paróquias com mais de 5 noivos. As paróquias urbanas foram agrupadas pela designação da cidade (é o caso de Guimarães e do Porto), os cidadãos espanhóis que contrairam matrimónio em Vizela eram todos naturais da Galiza.

É perfeitamente claro que a maior parte das noivas casam na paróquia, em 1450 matrimónios 805 noivas (55%) eram naturais de S. João. As restantes 645 eram na sua maioria naturais de paróquias que confinam com S. João, ou então de outras bastante próximas. A excepção é o Porto, mas não podemos esquecer as relações privilegiadas que Vizela mantinha com aquela *metrópole* quer pela sua localização no rede viária que ligava Guimarães ao Porto, quer pela presença habitual de muitos portuenses no período termal.

A mobilidade masculina é muito superior. Repare-se que o número de homens naturais do exterior, é quase o dobro dos naturais da comunidade. Do mesmo modo, se

se mantém a preferência pelas paróquias mais próximas, a área geográfica abrangida é muito superior salientando-se mais uma vez o caso do Porto. Destaque especial merece a Galiza representada por 10 noivos o que, mais uma vez, indicia o poder de atracção desta comunidade.

Quadro XIX

Naturalidade das Noivas				
Freguesia	Todas as Famílias	%	Casamentos	%
S. João	805	-	636	-
Total Exterior	645	-	254	-
S. Miguel das Caldas	188	29,1%	84	33,1%
S. Eulália	88	13,6%	28	11,0%
S. Adrião	34	5,3%	12	4,7%
Vilarinho	24	3,7%	12	4,7%
Infias	20	3,1%	9	3,5%
Lustosa	23	3,6%	9	3,5%
Moreira	18	2,8%	8	3,1%
Tagilde	25	3,9%	7	2,8%
Porto (cidade)	11	1,7%	4	1,6%
Guimarães (cidade)	6	0,9%	3	1,2%
Nespereira	5	0,8%	3	1,2%
S. Martinho do Conde	5	0,8%	3	1,2%
Polvoreira	5	0,8%	2	0,8%
S. Mamede de Negrelos	8	1,2%	2	0,8%
S. Martinho do Campo	7	1,1%	2	0,8%
Regilde	8	1,2%	1	0,4%

Quadro XX

Naturalidade dos Noivos				
Freguesia	Todas as Famílias	%	Casamentos	%
S. João	455	-	348	-
Total Exterior	816	-	533	-
S. Miguel	183	22,4%	112	21,0%
S. Eulália	121	14,8%	83	15,6%
Moreira	44	5,4%	31	5,8%
S. Adrião	39	4,8%	22	4,1%
Tagilde	31	3,8%	21	3,9%
Vilarinho	24	2,9%	20	3,8%
Lustosa	23	2,8%	18	3,4%
Infias	18	2,2%	12	2,3%
Nespereira	14	1,7%	9	1,7%
Regilde	14	1,7%	9	1,7%
Porto (cidade)	12	1,5%	5	0,9%
S. Martinho do Campo	11	1,3%	9	1,7%
Guimarães (cidade)	10	1,2%	7	1,3%
Galiza	10	1,2%	4	0,8%
Lordelo	8	1,0%	6	1,1%
S. Paio de Vizela	8	1,0%	1	0,2%
S. Martinho do Conde	6	0,7%	6	1,1%
S. Pedro de Raimonda	6	0,7%	4	0,8%
Guardizela	5	0,6%	5	0,9%
Polvoreira	5	0,6%	5	0,9%
S. Mamede de Negrelos	5	0,6%	5	0,9%
Idães	5	0,6%	2	0,4%

4. A REPRODUÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE VIZELENSE

4.1. Objectivos e fontes

O nosso objectivo é o de, acompanhando genealógicamente algumas das famílias desta comunidade, avaliar o sucesso das suas estratégias de reprodução social, isto é, compreender de que modo estas famílias transmitiam o seu património e posição social e avaliar a eficácia das estratégias adoptadas.

Para observar este processo partimos, em primeiro lugar, da análise dos comportamentos matrimoniais desta comunidade, na medida em que estes nos apresentam um conjunto de indicadores muito importantes para a compreensão da temática que decidimos abordar. A análise destes indicadores foi tornada possível através da base de dados, constituída com recurso aos registos paroquiais, utilizando a metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim já apresentada. Posteriormente procedemos ao cruzamento com a nossa base de dados com informações recolhidas noutras fontes que passamos a apresentar.

4.1.1. Livros de Registo de Testamento

Para além dos registos paroquiais utilizamos ainda uma outra fonte, os livros de registo de testamento, pertencentes ao cartório paroquial de S. João, que contêm uma cópia dos testamentos escritos, registados em notário, realizados pelos paroquianos. Esta fonte surge como consequência do controle que a Igreja pretendia ter sobre o cumprimento dos testamentos, nomeadamente dos bens de alma e tem para nós a vantagem de reunir num único livro um grande número de testamentos que estariam dispersos pelos vários notários da região, numa série de 1768 a 1861.

4.1.2. Róis de Confessados

Ainda no âmbito das fontes paroquiais usamos uma série de róis de confessados, de 1877 a 1903. Trata-se de uma lista de todos os paroquianos, agrupada por lugares e por fogos, realizada por ocasião da Quaresma, para verificar o cumprimento das

obrigações dos paroquianos. O pároco regista, fogo por fogo, o nome dos indivíduos, o sexo, a idade, o estado civil e o parentesco entre todos eles e o chefe de família – infelizmente não temos qualquer referência às profissões. Quando as pessoas se ausentam, o pároco regista a saída. Cada fogo está separado do seguinte através de uma linha que fica em branco. Diversas vezes esta linha acaba por ser utilizada para introduzir algum novo elemento na família, ou até uma nova família. É também registado o cumprimento das obrigações paroquiais através do registo “*dcc*”, deu (a oferta), confessou e comungou.

Trata-se de um verdadeiro recenseamento, que nos fornece uma imagem do estado da população ano a ano. A sua maior limitação, particularmente para um estudo como o que pretendemos levar a cabo é a concepção de fogo. Na realidade mais que uma unidade de residência e de comensalidade, estamos convencidos que este conceito representa nesta fonte, particularmente no caso de Vizela, uma unidade de contribuição paroquial.

Só o cruzamento desta fonte com a nossa base de dados paroquial, nos possibilitou verificar com segurança esta suposição. Permitiu-nos estabelecer relações de parentesco entre os vários fogos, que não estão referidas na fonte. Detectamos assim, em várias zonas da comunidade que estudamos, situações em que três ou mais fogos do mesmo lugar, pertencem a familiares directos, a maior parte das vezes com numerações consecutivas. Analisemos o seguinte exemplo, retirado do rol de confessados de 1877: trata-se de Maria Joaquina de Campos, viúva, que vive com um filho solteiro e uma criada, no lugar de Vilar. Sabemos através do seu registo de casamento que se trata de uma lavradeira. No mesmo lugar, num outro fogo, encontramos a família de José Alves Poleri, casado com Joaquina Campos que é filha da Maria Joaquina de Campos. Também lavradores e residindo no mesmo lugar encontramos João Fernandes e Engrácia Dias de Oliveira, com os seus quatro filhos, netos pelo lado paterno da mesma Maria Joaquina de Campos. Encontramos, ainda no mesmo lugar, ele lavrador, ela costureira, um outro casal, Manuel Fernandes e Maria Rosa da Natividade, que repartem o seu fogo com três filhos e dois criados. Manuel Fernandes é mais um dos filhos de Maria Joaquina de Campos. De um total de oito fogos registados no lugar de Vilar, quatro, contíguos, estão relacionados por laços directos de parentesco. Temos fortes suspeitas de que se trata de uma única unidade familiar.

Um outro exemplo, ainda mais elucidativo é-nos fornecido pela simples comparação de vários róis de confessados de datas diferentes. Em 1890 encontramos

um único fogo no lugar da Boca, constituído por José Ribeiro, Ana Neta, a sua esposa e Manuel, filho do casal. Em 1891, Manuel casa com Maria Pereira e têm uma filha chamada Ana. Note-se que o Manuel continua a aparecer no rol só com o nome próprio e como filho, embora já esteja casado.²⁴ Em 1892 aparece-nos pela primeira vez um segundo fogo neste lugar, o seu chefe é o nosso já conhecido Manuel, mas agora já exhibe orgulhosamente um apelido: Ribeiro. Serão duas casas? Se fosse esse o caso uma delas ficou logo abandonada. É que em 1894 voltamos a encontrar só um fogo neste lugar, encabeçado por José Ribeiro, embora com uma diferença, o Manuel conserva o seu apelido. Em 1898 o pai de José Ribeiro faleceu, o chefe da família passa a ser a mãe. Mantém-se a convivência com o filho Manuel Ribeiro, a nora e os netos. Estamos perante uma situação em que é flagrante a oscilação de critérios do redactor paroquial relativamente a estas duas famílias.

Uma outra observação significativa é que a partir de 1900, quando existe mais do que uma família no mesmo fogo, o redactor passa a destacá-las através de uma chaveta.

Esta breve análise permite-nos esclarecer a suspeita inicial. Depois dos exemplos apresentados, parece-nos claro que, nesta fonte em concreto, o fogo é identificado claramente como unidade contributiva paroquial. Duas famílias, apesar de viverem em comum na mesma habitação, constituiriam muito possivelmente fogos individualizados aos olhos da igreja, desde que possuíssem rendimentos próprios.²⁵

4.1.3. Listas Fiscais e Eleitorais

Nesta classificação agrupamos listas de pessoas classificadas segundo os seus rendimentos, quer para fins fiscais, quer para fins eleitorais. Consultamos particularmente as derramas municipais, nomeadamente a “*Derrama Municipal de 1871-72*”, as listas do recenseamento eleitoral e as listas dos recenseados e elegíveis para a Junta de Paróquia.

Estas fontes permitem-nos recolher indicações preciosas sobre os rendimentos dos indivíduos, possibilitando-nos uma identificação das pessoas com maiores posses na comunidade. No que respeita às listas eleitorais, o facto de alguns indivíduos nos

²⁴ A este propósito ver [AMORIM:1983]

²⁵ Não é o caso das mães solteiras que continuam a residir com os pais, na medida em que se encontram numa situação de dependência económica.

aparecerem como *eleitores* ou *elegíveis*, coloca-os em posição de destaque na comunidade, até pelas possíveis relações que detinham junto dos centros de poder político regionais e, porventura, nacionais²⁶.

O cruzamento destas informações com a base de dados paroquial foi facilitada pelo facto de dispormos sempre, para além do nome, da morada, da idade e do estado civil. A categoria socio-profissional nem sempre era correspondente, particularmente quando os indivíduos são referidos como *proprietários*. Pensamos que este facto se devia à forma como era feita a classificação dos indivíduos no recenseamento – estes teriam de ”encaixar” a sua situação socio-profissional num leque de categorias pre-definidas. O mesmo não acontecia com os registos paroquiais, onde tais limitações não existiam. Salientamos contudo, que o pároco, como redactor do registo, determinava a classificação atribuída a um indivíduo, mediante a sua própria visão do mundo social e uma certa homogeneização da informação que lhe era exigida pelo Estado após 1859 [NUNES:1987]. Esta capacidade de nomeação oficial conferia sem dúvida ao pároco um grande poder simbólico: o de legitimar a identidade do indivíduo²⁷.

²⁶O final do século XIX em Vizela, é um período com uma grande actividade política, comprovada quer pelas iniciativas tomadas para a constituição da Companhia dos Banhos, quer pelas tentativas de avançar com a constituição de um novo concelho com sede em Vizela. Para uma descrição deste processo ver [PACHECO:1984]

²⁷Recordemo-nos do exemplo referido há pouco no rol de confessados, quando o pároco atribui o apelido ao Manuel Ribeiro e separou os dois fogos, proporcionando-lhe assim um estatuto de maioridade e independência. (A propósito do conceito de poder simbólico ver [BOURDIEU:1989])

4.2. Estratégias de descendência: duas famílias de proprietários

Partindo da análise das fontes anteriores efectuamos vários ensaios de reconstituição genealógica, tendo seleccionado um grupo de famílias das quais podemos traçar um percurso contínuo desde o século XVII até à actualidade. Temos consciência que este grupo de famílias não representa o comportamento da comunidade, mas sim comportamentos de um grupo particular, certamente de algum poder económico e social. Contudo o facto de podermos estudar a evolução de um grupo relativamente alargado de famílias, numa comunidade rural, desde épocas tão recuadas, era um desafio que não podíamos perder.

As famílias que vão servir de base ao nosso estudo representam duas casas agrícolas, que se mantiveram na posse da mesma família durante várias gerações: a casa de Agrelos e a casa da Barreira. Analisemos a sua genealogia:

4.2.1. Casa de Agrelos

A primeira observação segura desta família remonta a 1604, ano do nascimento de Maria, filha de **Sebastião Ribeiro** (?-1620) e **Catarina Ambrósia** (?-1659). À data do óbito de Sebastião Ribeiro, nenhum dos seus filhos estava casado. Aliás, o seu filho Sebastião nasceu seis meses de do falecimento do pai. Em 1629 casa-se uma das filhas, Maria [25]²⁸, com Agostinho, de S. Eulália de Barrosas, paróquia contígua a S. João. Não temos mais nenhuma notícia dela, pelo que estamos certos fixou residência na freguesia do marido. Em 1631 dá-se uma contingência dramática: no espaço de 12 dias, no mês de Janeiro, morrem três filhos nesta família – João, Sebastião e Bento.

A tragédia não podia ser maior. Além da proximidade dos óbitos, desaparecem todos os homens da família, entre eles, o mais velho, Bento, que segundo indicação do registo de óbito «tinha legítima de seu pai». Em 1632, Catarina Ribeira [26], uma das filhas casa com Francisco Álvares, oriundo de Lustosa, outra freguesia contígua, ficando a residir em Agrelos. Todos os seus sete filhos nascem antes da morte da avó, que ocorre em 1659. É esta filha que sucede na casa.

Sebastião Ribeiro teve outro filho do sexo masculino – Francisco – do qual não conhecemos mais que a data de nascimento. Estaria vivo quando a irmã foi nomeada

²⁸ Entre parêntesis indicamos a idade ao casamento.

herdeira? Não podemos responder com certeza, embora provavelmente tenha falecido na infância, razão que explica a inexistência do registo de óbito²⁹. A outra irmã sobrevivente, Domingas, da qual desconhecemos a data de nascimento, casou em 1634 com Simeão Gonçalves e teve quatro filhos. Continuou a residir em S. João, mas no lugar da Formigosa.

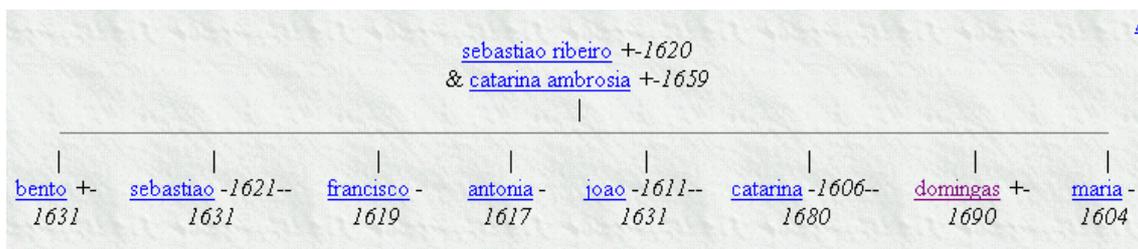


Figura 23

Como podemos observar, Catarina não era a filha mais velha; era, sim, a filha casada que residia com a mãe viúva. Este critério de residência com os pais, de apoio na velhice, contribuiu para a sobrevivência da casa, parece-nos ter grande relevância no momento da sucessão. Os próprios testamentos referem muitas vezes esta situação, justificando a herança com a expressão: «*pelos bons serviços que me prestou e que espero me continuará a prestar*».

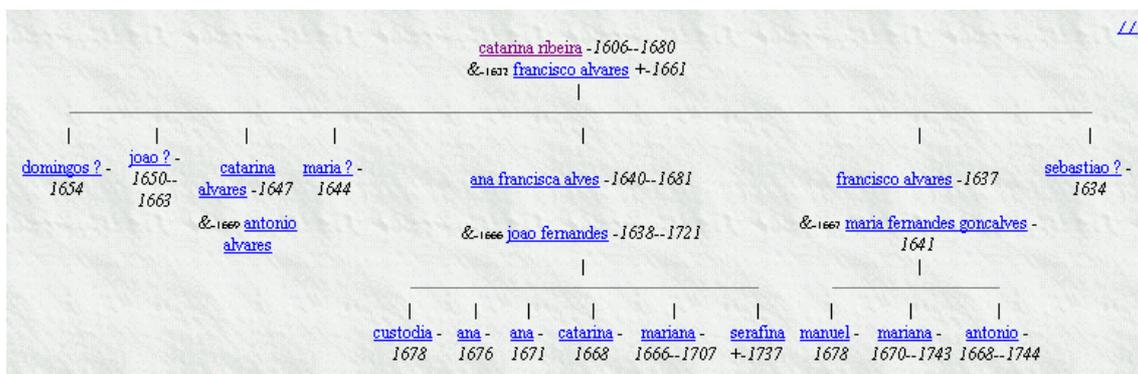


Figura 24

Francisco Álvares (?-1661), tal como o seu sogro, não assistiu ao casamento de nenhum dos seus filhos, apesar de o Francisco, o filho mais velho de que temos notícia ter já 24 anos. Aliás é curioso que os três casamentos que se verificam nesta família se sucedem entre 1666 e 1669, imediatamente após a morte do pai. Mas atentemos nestes

²⁹ Como já referimos os párocos só registam o óbito das “pessoas de confissão”, isto é dos que, a partir dos sete anos, estão em condições de receber o sacramento da penitência.

casamentos. Em 1666, Ana [26] casa com João Fernandes [28], filho mais velho de Gonçalo Fernandes da Quintã – outra casa de lavradores de S. João das Caldas. No ano seguinte, novo casamento. Desta vez é o de Francisco Álvares [30], futuro herdeiro da casa de Agrelos. Casa-se com Maria Fernandes [26], filha do mesmo Gonçalo Fernandes da Quintã. Coincidência? Pensamos que não. É o primeiro sinal de uma estratégia de alianças entre as principais famílias de S. João e também de uma homogamia socio-profissional.³⁰

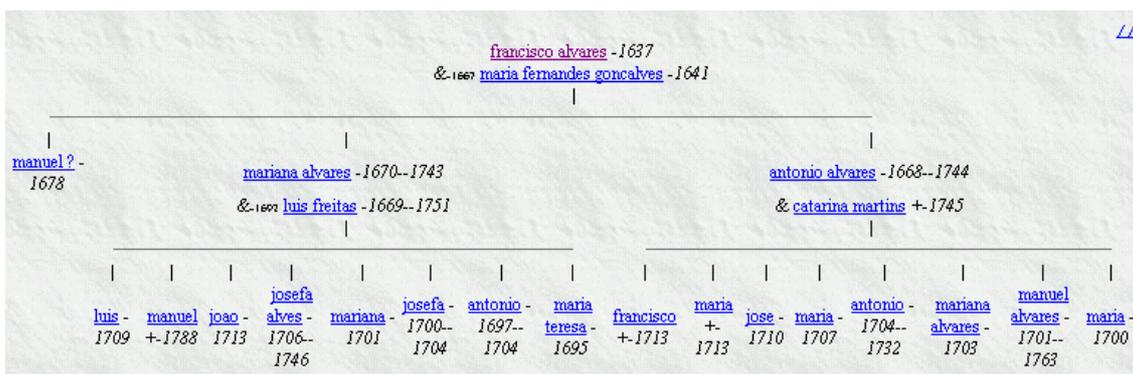


Figura 25

Não possuímos indicações sobre o falecimento de **Francisco Álvares** (1637-?) ou de sua esposa. Encontramos contudo o seu filho mais velho, António Álvares, casado com Catarina Martins (?-1745), residindo em Agrelos em 1700. A sua filha Mariana Álvares [22] casa com Luís de Freitas [23], herdeiro da casa da Barreira, outra das casas que estudaremos.

Temos notícia de sete filhos de **António Álvares** (1668-1744). Só dois se casaram: Manuel Álvares [31] com Maria Soares de Sousa [29], do Ribeiro – outra das casas agrícolas de S. João – e Mariana Álvares Martins [23] com Estevão da Cunha, de S. Martinho do Conde, uma freguesia vizinha.

³⁰ Num testamento de 1830 o pai determina que o filho, se aceitar a herança «não será senhor de casar com pessoa que tenha de dote menos de 700.000 a 800.000 réis».

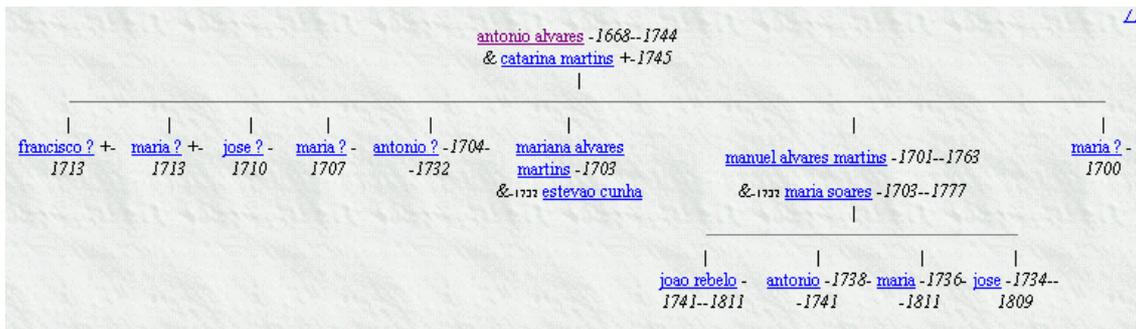


Figura 26

Conhecemos quatro filhos de **Manuel Álvares**³¹ (1701-1744). Só um, o mais novo, João Rebelo Soares [23], casou, mas não foi o herdeiro. Em testamento de 01/06/1773, Maria Soares, viúva, declara que é «(...) *senhora e possuidora da sua fazenda de Agrelos, em que ela testadora é a segunda vida, foreira à quinta do Paço (de Gominhães) desta mesma freguesia e disse que assim com a tem e possui e é senhora e possuidora, a nomeia para terceira vida em seu filho José, com as condições e reservas seguintes e de outra sorte não, que será obrigado o dito seu filho nomeado a dar a quantia de quatrocentos e cinquenta mil réis para se repartirem por seus filhos Manuel (que está no Brasil) e Maria...*». Mais afirma que se o seu filho não quiser aceitar esta reserva faz a nomeação na filha Maria, se esta também não aceitar, no filho João ou, finalmente, no filho Manuel. Impõe ainda ao herdeiro que enquanto a maria for solteira, terá direito a habitação, condições para criar um porco, semear e produzir linho. Declara ainda que para o filho Manuel ir para o Brasil tinha gasto cinquenta mil réis.

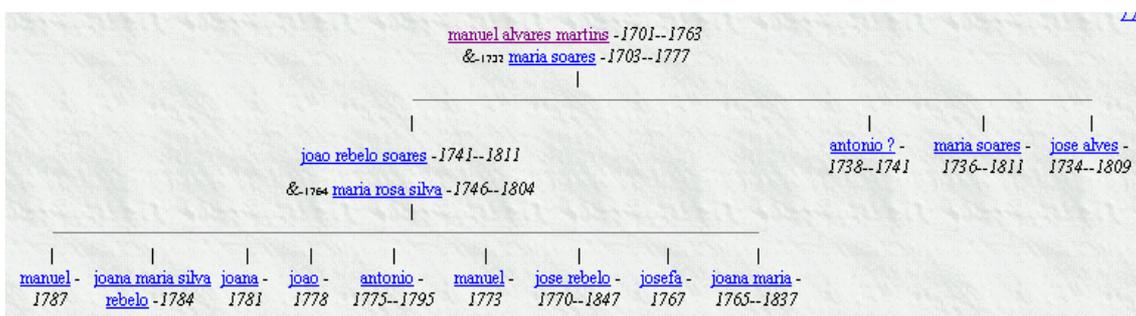


Figura 27

Este testamento permite-nos confirmar algumas das suposições já avançadas. O herdeiro nomeado foi mais uma vez o filho residente (Manuel estava no Brasil e João

³¹ Através do testamento da sua mulher, Maria Soares, temos conhecimento de um outro filho, Manuel Álvares, que emigrou para o Brasil, mas sobre o qual não dispomos de nenhuma informação.

tinha casado com Maria Rosa, de Vilar, onde passou a residir). Se este não aceitasse a nomeação, a ordem dos herdeiros seria Maria, João e Manuel. O critério residência sobrepõe-se à masculinidade. Repare-se na situação do Manuel, supomos tratar-se do filho mais velho, mas a sua ausência no Brasil coloca-o em último lugar.

O herdeiro tem de compensar os irmãos que não recebem a «fazenda», mesmo o irmão Manuel, ausente no Brasil. Saliente-se que nesta compensação não está incluído o filho João – teria recebido um dote na altura do casamento? É também acautelada a sobrevivência, com um certo estatuto económico, da filha Maria enquanto solteira. Finalmente, note-se as circunstâncias e o momento escolhido para testar: viúva há 10 anos, mas de boa saúde.

Com data de 06/04/1808 encontrámos o testamento de José Álvares que vem a falecer em 1809, solteiro, com 75 anos. Nele institui como universal herdeira a sua irmã, Maria Soares. Se ela entretanto falecesse, a herdeira seria a sua sobrinha Joana [29], filha de João Rebelo Soares, casada com Manuel Gomes de Oliveira[19]. Em 10/06/1809 é Maria Soares que no seu testamento confirma, no essencial, o que o seu irmão tinha disposto: instituíam como universais herdeiros a sua sobrinha Joana da Silva e seu marido Manuel Gomes de Oliveira que com ela residem em Agrelos.

Manuel Gomes de Oliveira(1776-1854) originário de uma família da Quintã, e **Joana da Silva**(1765-1837) tiveram seis filhos. Quatro deles casaram: Ana [26] com Francisco Lopes, de S. Eulália de Barrosas; Manuel [36?] com Joaquina Ribeira de Faria, de S. Eulália de Barrosas; Teresa [27] com José da Silva Pereira, de S. Miguel; Anastácia Gomes da Silva [23] com José Carvalho [24] da Formigosa. A sua filha mais velha, Maria, faleceu com 71 anos, solteira; a mais nova morreu com 11 anos.

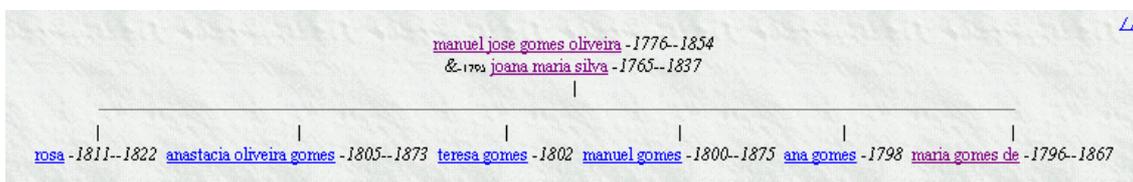


Figura 28

No seu testamento de 22/08/1845, nove anos antes de falecer, institui os seus filhos como universais herdeiros, declarando que «(...) *confirma e ratifica a favor dos ditos meus filhos os dotes que lhes fiz com minha falecida mulher, tanto ao primeiro*

(Manuel) dos bens e prazos, como do numerário dos outros, segurando-os pela minha terça, conforme o direito.».

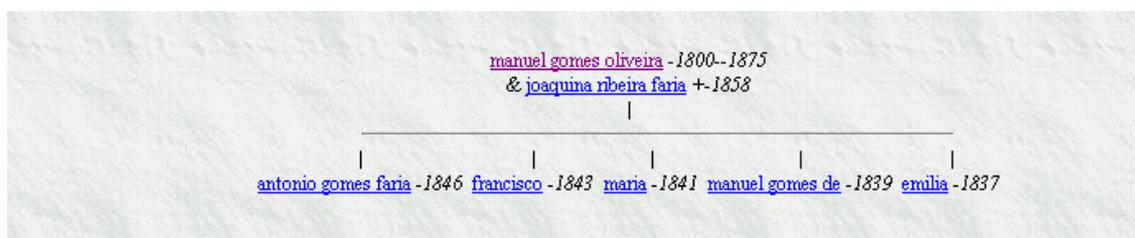


Figura 29

Manuel Gomes de Oliveira (1800-1875) sucessor da casa de Agrelos, teve cinco filhos: Emília [17] casa com António Joaquim Pinto de Tagilde; Manuel[37] casa com Ana Gomes de Freitas da quinta do Ribeiro; Maria casa com José Pinheiro, da casa das Lamas de Penteeiros; António [25] com Emília Rosa Pinto, de S. Eulália de Barrosas. Do outro filho Francisco não tivemos mais notícias.

Sete meses após o falecimento do pai, em 1876, com trinta e sete anos, **Manuel Gomes Faria de Oliveira** (1839-1917) casa com Ana Gomes de Freitas do Ribeiro.

4.2.2. Casa da Barreira

António de Freitas (?-1722) e **Margarida Vieira da Silva** (1637-1680) são o nosso ponto de partida na análise da casa da Barreira. Casaram-se em 1666, tinha a Margarida 29 anos e tiveram cinco filhos: Maria, Luís, Jerónimo, Manuel e Mariana. Esta última faleceu com dez anos, enquanto que o Manuel não volta a aparecer nos nossos registos. Dos outros três filhos, a Maria [18] casou com Manuel Pereira da Azenha; o Luís [23] casou com Mariana Álvares[22], de Agrelos, como já referimos e Jerónimo [32] com Luísa Vaz de S. Miguel de Vilarinho.

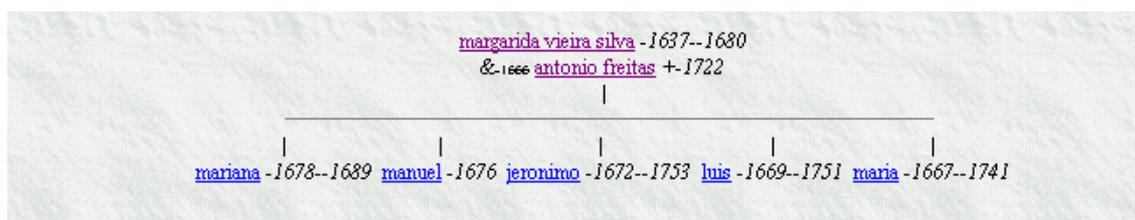


Figura 30

Por sua vez **Luís de Freitas** (?-1788) teve sete filhos do seu casamento com **Mariana Álvares**(1670-1743), mas é Manuel de Freitas, um filho de que não encontramos a data de nascimento, que sucede ao pai na casa da Barreira. A sua filha mais velha, Maria Teresa casa em 1739, com quarenta e cinco anos, com Manuel Salgado Gomes de Tagilde. A outra filha, Josefa Alves de Freitas, casa em 1841, com trinta e cinco anos, com João Araújo Ribeiro do Mourisco. Dos outros filhos não voltamos a ter notícias.

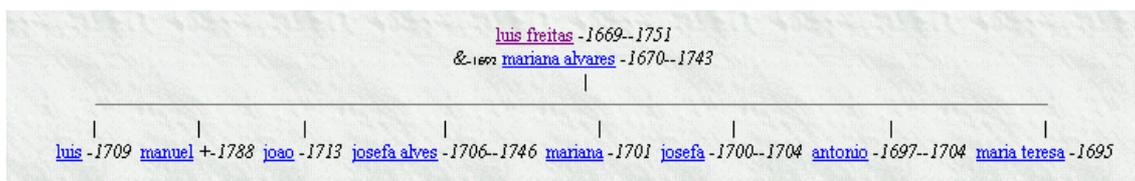


Figura 31

Manuel de Freitas (?-1788) casou com **Francisca Martins** (?-1793), de S. Martinho do Campo. Tiveram treze filhos, dos quais conhecemos o casamento de seis: Maria³² casou com João Carvalho da Formigosa, em data que desconhecemos; Manuel [30] com Maria da Silva do Outeiro; Josefa [30] com Manuel Silva, da Porteladinha; Ana [24] com Manuel Francisco[20], do Souto; Brígida [24] com Alexandre Luís, de Sta. Maria de Lamoso; finalmente Francisco [27], que sucede ao pai, com Maria Josefa Machado, filha ilegítima de Maria Pereira, da Azenha.

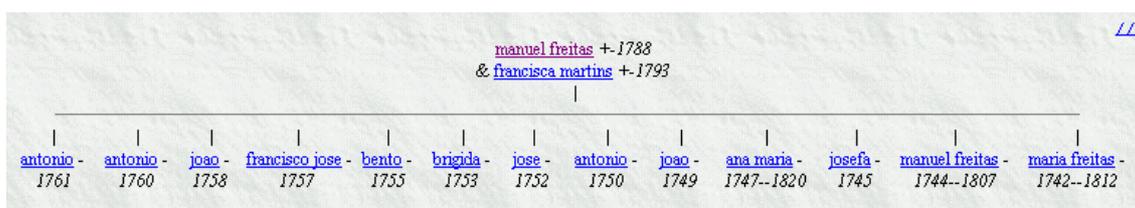


Figura 32

Francisco José de Freitas (1757-?) e **Maria Josefa Machada** (?-1814) têm dois filhos: Manuel, que vem a suceder a seu pai e Maria de Freitas[22] que se casa com Manuel da Cunha Gonçalves, de Moreira de Cónegos.

³² Um neto de Maria, José Carvalho, da Formigosa, casa-se, como já referimos, com Anastácia Gomes da Silva, de Agrelós.

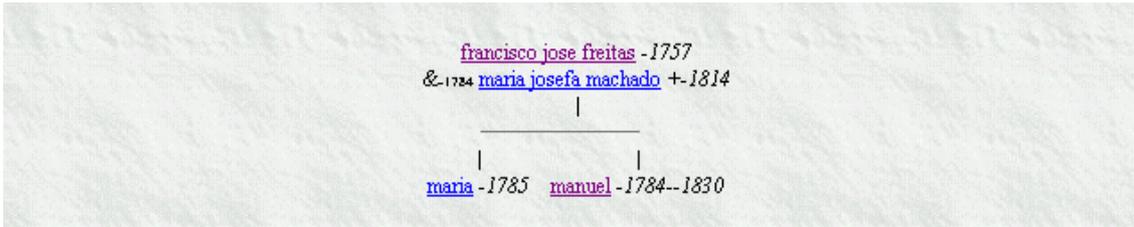


Figura 33

Manuel de Freitas(1784-1830) casa com **Maria Pereira da Cunha** (?-?) de S. Miguel. Têm dez filhos, dos quais conhecemos o casamento de sete. Analisemos estes casamentos:

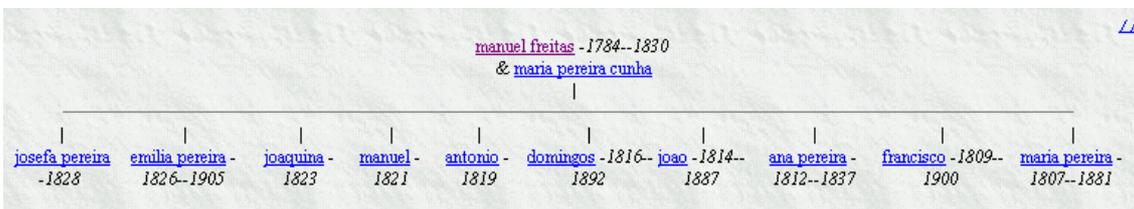


Figura 34

- Maria Pereira de Freitas[28] casa com João da Silva, lavrador da quinta do Prado, zona que actualmente corresponde ao centro da vila de Vizela.
- Francisco de Freitas [27] casa com Maria Ribeira de Faria, lavradora, da freguesia de S.Eulália de Barrosas, irmã de Joaquina Ribeiro de Faria, esposa de Manuel Gomes de Oliveira de Agrelos.
- Ana Pereira de Freitas [21] casa com José Oliveira Queirós, de Regilde.
- João de Freitas [33], casa com Joaquina de Castro Ribeiro, lavradora, de S.Cristina de Arões.
- Domingos de Freitas [24], casa com Quitéria Gomes de Oliveira[26], lavradora, da Quintã.
- Emília Pereira de Freitas [16] com António Pinto, lavrador, de S. Romão.
- Josefa Pereira da Silva [20], com José Monteiro de S. Adrião.

Destacamos neste conjunto de observações a forte homogamia socio-profissional detectada – quase todos os cônjuges são apresentados no registo de casamento como lavradores. As famílias de S. João que estão representadas nestes enlaces são algumas das mais importantes, nomeadamente as já referidas de Agrelos, da Quintã e do Prado.

No seu testamento de 05/03/1830, Manuel de Freitas, nomeia todos os seus filhos como universais herdeiros, ficando a mulher tutora deles enquanto menores. Refere que «(...)por que tem e possui a sua Fazenda da Barreira (...), prazo foreiro ao fidalgo Cirne do Porto (do Paço de Gominhões), nomeia e deixa o mesmo prazo a seu filho Francisco com a obrigação de repartir por seus irmãos a quantia de três mil cruzados, dinheiro em metal (...) ficando porém usufrutuária do mesmo prazo a dita sua mulher enquanto o dito nomeado se não casar ou emancipar. Com o mesmo usufruto manterá ela, sua mulher, os mesmos filhos.(...)». Acautela ainda o futuro da sua mulher estabelecendo o que o filho tem de garantir à mãe, mesmo depois de casado ou emancipado: dois carros de pão, o terço do vinho, a biqueira do lagar, o terço do azeite, castanhas e outros frutos, liberdade de andar pelos seus bens e de criar nele um cevado, horta suficiente para seu gasto e de seus filhos solteiros. Impunha finalmente que «(...) o dito nomeado, seu filho Francisco, não será senhor de casar com pessoa que tenha de dote menos de setecentos ou oitocentos mil réis».

Em 08/07/1841, Maria Pereira, viúva de Manuel de Freitas, faz o seu testamento em que se afirma senhora, por as ter herdado de seu pai, das propriedades do Pilheiro e Outeiro, em S. João das caldas, bem como de outra sita no lugar das Bouças, em S. Eulália de Barrosas. Nomeia estas propriedades nos seus filhos do seguinte modo: a propriedade das Bouças, em S. Eulália, em seu filho Domingos; a do Pilheiro, em seu filho João; a do Outeiro, em sua filha Josefa, com obrigação de repartir o rendimento dela com a sua irmã Emília enquanto esta for solteira. Todos estes nomeados tinham que dar aos restantes irmãos a parte que lhes tocava na legítima dessas propriedades.

Francisco de Freitas (1809-1900) sucede, assim, a seu pai no prazo da Barreira.

4.2.3. Traços comuns no comportamento destas famílias

Parece-nos claro que, nas duas casas analisadas, há ao longo das gerações um comportamento comum, que tende a transmitir a um só herdeiro a posse da casa. Existe uma tendência clara para que o herdeiro beneficiado seja o filho varão mais velho. No percurso geracional analisado nas duas famílias tal só não aconteceu duas vezes: na primeira sucessão na casa de Agrelas, em que foi beneficiada uma filha, devido à inexistência de herdeiro masculino e na última sucessão da casa da Barreira, pois

embora a via seguida fosse a masculina, privilegiou-se o segundo filho em detrimento do primeiro.

Em nenhum caso vimos a propriedade ser dividida pelos vários herdeiros e, mesmo quando vários irmãos residem na mesma casa, é nítida a posição de superioridade de um sobre os outros. Este herdeiro beneficiado tem contudo a obrigação assegurar o sustento dos irmãos solteiros que com ele residam.

Podemos assim concluir que existe uma clara estratégia para que a importância social e económica da casa não seja diminuída com a sucessão das gerações, evitando-se por isso a sua partilha. Este objectivo teve sucesso nos dois casos analisados, ao longo de todo o período da observação (mais de duzentos anos), pois conseguimos, com facilidade, observar até finais do século XIX, sem grandes sobressaltos, uma continuidade familiar na ocupação da propriedade.

O facto de em ambos os casos estarmos perante uma propriedade foreira (prazo de vidas), aliás o tipo de propriedade mais habitual nesta região [DURÃES:1987,83], facilitava a estratégia da família pois, por imposição legal³³, não era possível a sua divisão entre os herdeiros. Por outro lado, segundo a legislação, só o prazo perpétuo era considerado para o cálculo total da herança, não sucedendo o mesmo com o prazo de vidas.

Repare-se que não é assim que acontece em S. João das Caldas. Manuel de Freitas, em 1830, impõe ao filho que herda o prazo da Barreira o pagamento de três mil cruzados aos seus irmãos. Como compensação por se verem afastados da herança dos bens de raiz. Da mesma forma Maria Soares nomeia o prazo de Agrelos em seu filho José, com a condição de dar quatrocentos e cinquenta mil réis para se repartir pelos seus irmãos. Pensamos que esta situação se deve ao facto de que a legislação, ao garantir o direito de renovação dos prazos desde que estes tenham sido beneficiados, atenuou a diferença entre prazo de vidas e prazo perpétuo, tendo-se assim também passado a compensar os herdeiros afastados da sucessão no prazo de vidas.

Convém também referir que esta compensação poderia também ser feita com outras terras possuídas pela família, mas que não faziam parte do prazo. Note-se o exemplo do testamento de Maria Pereira (1841) que, na distribuição das propriedades que possuía por herança de seu pai, não faz qualquer referência ao seu filho Francisco, pois o seu marido já o tinha beneficiado com a nomeação do prazo da Barreira. Contudo

³³ Sobre a legislação relativa à propriedade foreira ver [BRANDÃO:1985] ou [DURÃES:1987].

refere que cada um dos herdeiros tem de compensar os restantes irmãos pela parte que lhes tocava na legítima dessas propriedades.

Trata-se claramente de um sistema de herança igualitário, onde se por um lado se procura manter indivisível a casa, o património simbólico da família, por outro se tenta garantir uma compensação aos irmãos não beneficiados, que lhes garanta um futuro condizente com o estatuto social da família. Só assim se explica que estes últimos não enfrentem, aparentemente, grandes limitações de acesso ao matrimónio.

Na realidade o seu casamento não traria grandes dificuldades à família, pois não tinha qualquer implicação na divisão da propriedade. Trazia, por outro lado, óbvias vantagens: o estabelecimento de alianças com outras casas prestigiadas da freguesia ou arredores, assegurava uma espécie de mercado matrimonial do qual todas as famílias se serviam, como abundantemente se notou na apresentação da descendência destas duas famílias, ao mesmo tempo que garantia a existência de um grupo de reserva, onde se poderia procurar um herdeiro em caso de qualquer contingência (José Álvares e Maria Soares, de Agrelos, falecendo solteiros, deixam como herdeiros a sua sobrinha Joana da Silva e o marido que, repare-se, cohabitavam com eles).

Destacamos ainda a idade ao casamento, bastante elevada quando comparada com os valores médios que já apresentamos, particularmente dos filhos que sucedem aos pais à frente da exploração dos prazos. Apesar disso, e ao contrário do que é vulgar nesta região, não encontramos nenhum nascimento ilegítimo nestas famílias, sinal de que o controlo familiar sobre os membros do sexo feminino era bastante apertado. De qualquer modo encontramos um dos membros destas famílias, Francisco José de Freitas, que casou com Maria Josefa Machado, filha ilegítima, não tendo esta relação causado qualquer problema na altura de suceder aos seus pais na exploração da casa.

Observamos ainda que o momento escolhido pelos pais para a passagem de «testemunho» à nova geração é o testamento, realizado, em regra, pouco tempo antes do óbito³⁴, que define as condições da herança. Mesmo que tenham existido dotes ou doações, o que era bastante vulgar, efectuados em vários períodos da vida, eles são normalmente confirmados no testamento (veja-se como exemplo, o testamento de

³⁴ A quase totalidade dos testamentos consultados inclui a expressão: «(...) encontrei-o numa casa doente de doença que Deus lhe deu(...)». No testamento de Manuel de Freitas, da Barreira, diz-se, por exemplo, que ele se encontra gravissimamente doente. Do total dos testamentos analisados 63% são realizados um ano antes do óbito.

Manuel Gomes de Oliveira, de Agrelos, feito em 1845, no qual este confirma os dotes que fez aos seus filhos)³⁵.

Deste modo, os pais reservam para próximo da morte a disposição dos seus bens, conservando assim a autoridade familiar. Como afirma Jack Goody: «a transmissão tardia retém o controlo geracional, a transmissão precoce enfraquece-o». Repare-se ainda que alguns herdeiros só se casaram após o óbito do pai.

Finalmente, observando a evolução destas duas casas, podemos concluir que conseguem atingir o século XIX conservando, ou muito provavelmente aumentando, o capital social e económico de que dispunham. A questão que agora colocamos é: como se adaptarão estas famílias de *lavradores* aos novos tempos termais, que tanto marcam a comunidade vizelense do século XIX?

Para responder a esta questão abandonamos a perspectiva longitudinal que até aqui tínhamos utilizado, acompanhado a sucessão das gerações ao longo de vários séculos, e adoptamos uma perspectiva transversal, explorando um lista de recenseamento do século XIX (1872). O raciocínio que nos guiou na escolha desta fonte foi o de que, sendo o recenseamento censitário, nos permitiria seleccionar a *elite* da comunidade, quer pelo seu poder económico, quer ainda pelo seu poder e prestígio político. Poderíamos assim aferir a presença do grupo que até agora estudamos nesse conjunto.

³⁵ BRETTEL(1991) chama a atenção para os aspectos condicionais destes tipos de escritura. São impostas condições que, se não forem cumpridas, significarão a perda dos direitos ao dote ou doação. O testamento acaba por servir, nestes casos, como instrumento de ratificação.

QUADRO XXI

INDIVÍDUOS REFERIDOS NA LISTA DE RECENSEAMENTO						
1872						
Nome	Profissão	Residência	PNA*	PA**	Ind.***	Nº Família
António Alves da Cunha Caldas	Negociante	Lameira				789
António Coelho Moreira	Proprietário	Calçada	16381			788
António Gomes	Proprietário	Vilar	6548			
António José de Barros	Prof. Régio	Ponte				805
António Félix Gomes	Abade	Assento				
António José da Silva	Vendeiro	Lameira			1500	768
António Oliveira Queirós	Proprietário	Portela	11935			742
António Oliveira Queirós (filho)	Proprietário	Moínhos			3000	785
Belchior António Ribeiro da Silva	Proprietário	Bairro	7101			889
Bento José Gonçalves Vieira	Proprietário	Ponte	11040			887
Domingos Alves da Cunha	Proprietário	Monte	1086			920
Domingos Gomes de Oliveira	Proprietário	Quintã	14009			221
Francisco de Freitas	Proprietário	Barreira	15064			976
Francisco Machado	Proprietário	Calçada		6018		981
Francisco Ribeiro Neto	Padeiro	Lameira			1125	982
João Pinto	Proprietário	S.Romão	1980			
João da Silva	Proprietário	Lameira	5215			1035
Joaquim António Calado	Espingardeiro	Ponte Velha	1003			1226
Joaquim da Costa	Proprietário	Portelas			1500	1239
Joaquim Ferreira	Moleiro	Azenha Nova			1050	1232
Joaquim Ferreira	Moleiro	Calçada			1050	1236
Joaquim Freitas Ribeiro de Faria	Proprietário	Ponte	6415			1240
Joaquim Pinto	Proprietário	Soutinho	3945		3000	
Joaquim Ribeiro da Costa	Proprietário	Moínhos	3344			
José de Carvalho	Proprietário	Formigosa	1100			1105
José da Costa	Estab. Bilhar	Lameira			2500	1152
José Joaquim Gomes	Eclesiástico	Assento				
Manuel Alves Gomes Caldas	Proprietário	Lameira	3343			
Manuel Fernandes	Proprietário	Vilar	8358			1369
Manuel Gomes Faria de Oliveira	Proprietário	Agrelos	15489			1374
Manuel Ribeiro	Vendeiro	Soutinho			1500	1366
Manuel Ribeiro	Vendeiro	Picoto	379		1500	

Legenda:

* Prédios não arrendados ** Prédios arrendados *** Rendimentos industriais (não prediais)

Nomes a negrito: famílias relacionadas com as casas de Agrelos e da Barreira.

Nº de família a negrito: Famílias originárias desta freguesia, com residência documentada há mais de uma geração.

Dos trinta e dois indivíduos apresentados nesta lista, quinze (47%) são originários desta freguesia. Destes quinze, nove (28% do total) pertencem ou estão relacionados com as casas de Agrelos e da Barreira. Dos restantes, três (9%) são recenseados em função dos títulos que possuem e pelos cargos que desempenham na paróquia (professor régio e padre) e os outros quatorze (44%) são indivíduos de permanência recente na comunidade, talvez atraídos pelo seu desenvolvimento no século XIX.

A elevada presença de elementos originários desta freguesia na lista do recenseamento, nomeadamente dos representantes das casas de Agrelos e da Barreira, demonstram que as suas *estratégias de descendência*³⁶ tiveram sucesso, continuando estas famílias a ocupar um lugar destacado na comunidade, porventura ainda com maior prestígio social. António Coelho Moreira, Francisco de Freitas e Manuel Gomes de Oliveira são, aliás, os indivíduos com maiores rendimentos declarados. Reparemos ainda que nesta lista de recenseamento aparecem ao mesmo tempo Francisco de Freitas, da Barreira e Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria, seu filho, ou António Coelho Moreira e o seu cunhado e sogro, Francisco Machado.

Mas o aspecto que melhor demonstra a capacidade de adaptação destas famílias a uma sociedade em grande transformação é a profissão de muitos destes chefes de família. Originários de famílias com profundas tradições agrícolas, encontrámo-los agora como proprietários de hotéis (António Coelho Moreira), exploradores de nascentes termais (Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria), médicos (dois filhos do mesmo Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria) e negociantes. Alguns destes homens serão, de resto, fundadores da Companhia dos Banhos de Vizela que, em inícios do século XX, era a monopolizadora das águas termais.

A observação do percurso geracional destas famílias, permite-nos concluir, em traços muito gerais, que elas conseguiram conservar o núcleo essencial do seu património, através de uma cuidadosa política de heranças em que, mesmo beneficiando um dos herdeiros, se conseguia possibilitar aos outros um estatuto condizente com a sua origem familiar. A estes *filhos segundos* eram distribuídas, por vezes, outras propriedades que a família possuía ou, na maioria dos casos, quantias em dinheiro, a sua legítima, o que lhes facilitava o acesso ao casamento. Estes casamentos aparecem-nos

³⁶ O conceito de *descendência* é aqui utilizado no mesmo sentido que O'Neil, referindo-se a "(...) linhas familiares e à perpetuação da propriedade da casa ao longo dos tempos." [O'NEIL:1985,118]

até como uma estratégia de estabelecimento de laços familiares entre famílias do mesmo nível socio-económico.

O capital social e económico que estas famílias dispunham permitiu-lhe enfrentar sem dificuldade as transformações da sociedade vizelense no período termal. Embora se possa verificar que há um grande crescimento desta comunidade no último quartel do século XIX e que a diversificação de actividades exige o recrutamento de muitos forasteiros que acabam por se fixar em Vizela, continuamos a encontrar estas *casas* e a sua teia de relações familiares numa posição de destaque.

4.3. Estratégias de Descendência: uma família de moleiros

Algumas outras famílias, embora afastadas da posse da terra, dispunham sem dúvida de outro capital: um ofício. É o caso dos moleiros, uma actividade de grande importância nesta comunidade, para os quais também podemos observar algumas tendências de reprodução social. Analisemos por exemplo a seguinte família.

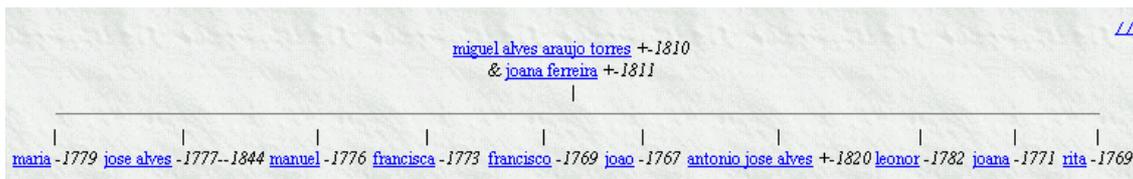


Figura 35

Em 1767 encontramos a primeira referência à família de Miguel Alves de Araújo Torres, natural de S. Miguel das Caldas. Dos seus dez filhos vamos encontrar dois, António José Alves Torres e José Alves Torres com a mesma profissão do pai. Um seu neto, filho ilegítimo de Francisca, será fabricante de papel.

Dos descendentes de António José Alves Torres, António continuará a tradição do avô. Três das suas filhas ao casar escolhem como maridos um sapateiro, um fabricante de papel e um taberneiro. Todos eles estão representados na derrama de 1872 e no recenseamento de 1885³⁷.

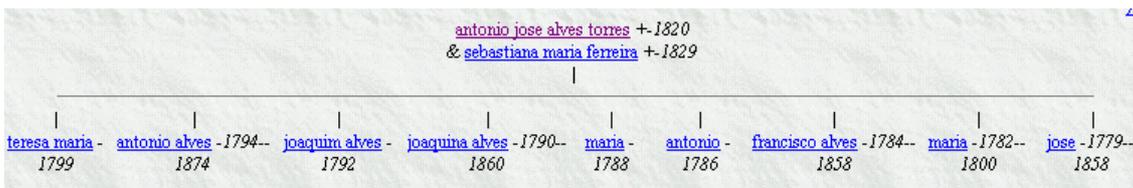


Figura 36

Podemos apreciar neste exemplo alguns indícios quer de uma transmissão do ofício de pais para filhos, quer mesmo de transmissão do próprio moinho. António José Alves Torres morava e trabalhava no Pisão, o mesmo acontecendo com seu filho António e com o seu neto José Alves Torres.

É difícil indicar se existiria alguma homogamia socio-profissional. De qualquer modo os cônjuges conhecidos estão representados, como já vimos, nas listas de

³⁷ Com a excepção, no caso do recenseamento, de Joaquim Gomes Azevedo que tinha falecido em 1884.

recenseamento e da derrama pelo que teriam certamente algum prestígio na comunidade. Tal como no caso dos proprietários, começamos a verificar durante o século XIX alguma tendência para aproveitarem as oportunidades proporcionadas pelo desenvolvimento termal.

Confirmando esta hipótese verificamos no testamento de José Alves Torres e sua mulher Maria de Oliveira, realizado em 1838, que possuem uma propriedade de casas no lugar da Calçada, junto do Banho do Médico, na qual reside a sua filha Joaquina, casada com Francisco Machado. Declaram naquela oportunidade que “(...) a administração e arrendamento da dita propriedade no tempo dos banhos a cometerão ao seu genro sem outro prémio que conservarem ali sua habitação ele e sua mulher e filhos, o qual tem fielmente administrado e dado boa conta dos alugueres do que por estes instrumento lhe dão paga(...)”.

O aspecto mais interessante deste testamento é o facto de que José Alves Torres, filho de um moleiro, ele próprio provavelmente moleiro, residente até ao óbito no lugar da Azenha, tenha comprado umas casas junto do banho do médico para alugar na época dos banhos. Continuando esta nova ocupação, António Coelho Moreira, um irmão da segunda mulher de Francisco Machado, casa com uma sobrinha, Ana Rita da Costa, e edifica junto ao banho do Médico o Hotel Cruzeiro do Sul, o mais prestigiado de Vizela.

4.4. A comunidade de S. João em finais do século XIX

Entre 1872 e 1873, o município vimaranense efectuou uma derrama da qual encontramos o registo no AMAP. Recolhemos toda a informação referente a S. João das Caldas, que pode ser consultada em apêndice. Em relação à anterior listagem do recenseamento eleitoral encontramos duas grandes diferenças.

Em primeiro lugar, considerando o destino fiscal desta listagem, ela está organizada pela origem geográfica do rendimento e não do seu titular. Deste modo o número dos indivíduos apresentados como proprietários é bastante superior, na medida em que inclui uma série de indivíduos que não residem na comunidade, mas nela têm propriedades. Quanto à origem dos proprietários absentistas se, como era de esperar, há muitas referências às freguesias vizinhas, assume um relevo particular o Porto, com 5 representantes, três deles dos maiores da freguesia³⁸. O cidadão inglês Guilherme (William) Wilby, também residente no Porto, possuía uma casa de campo em Vizela, junto à ponte velha³⁹. Destacam-se ainda as situações particulares de João António Campelos, que não aparecia na lista do recenseamento devido à sua origem galega, bem como de uma série de mulheres, proprietárias, mas também afastadas, naqueles tempos, dos direitos políticos. O sexo e a nacionalidade são limitações importantes que se tem de considerar quando se utilizam estas fontes eleitorais.

Em segundo lugar, rompendo-se os apertados limites censitários, encontramos um conjunto de pessoas que, embora possuidores de menores rendimentos, nem por isso deixariam de ter um peso importante nesta comunidade. Trata-se principalmente de indivíduos relacionados com actividades industriais e comerciais, se bem que também encontremos pequenos proprietários⁴⁰. Salientamos que as actividades associadas ao, chamemo-lhe assim, *turismo termal* dominam o panorama – referimo-nos à hospedaria, aos vendeiros, botequineiros e taberneiros.

Analisando com mais detalhe este conjunto de indivíduos podemos verificar que, dos que estão identificados na nossa base de dados, cerca de 35% são indivíduos originários do exterior da freguesia e 17% são filhos de casais de permanência recente

³⁸ Estão certamente associados ao Paço de Gominhães, como o demonstra aliás o apelido Cirne representado duas vezes.

³⁹ Ver a este propósito *A Rita portuguesa*, de Maria José Pacheco, 1993

⁴⁰ Este conceito de proprietário é bastante ambíguo, significando na maior parte dos casos que o indivíduo é possuidor de terras mas, particularmente em ambientes urbanos, que é proprietário de construções.

na freguesia. Para os restantes, cerca de 50%, podemos encontrar, principalmente pela via feminina, um percurso genealógico até ao século XVII.

Se efectuarmos esta análise ao primeiro grupo desta listagem, o dos proprietários, a situação é muito diferente. Neste caso, em 27 indivíduos identificados, cerca de 50% têm o seu percurso genealógico perfeitamente definido nesta comunidade. Somente 26% são originários do exterior. Por outro lado, se estes indivíduos identificados tiveram a sua origem nas famílias mais poderosas da comunidade, eles continuam a ocupar nesta época um lugar de destaque pois são, sem sombra de dúvida, os maiores contribuintes.

Em 1878, com a alteração da legislação eleitoral portuguesa, é concedido o direito de voto aos cidadãos portugueses de maior idade que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família. Deste modo, o recenseamento eleitoral, pela sua abrangência, tem a sua legitimidade acentuada enquanto fonte demográfica.

Efectuamos o cruzamento do recenseamento de 1885 com a nossa base de dados paroquial. Para um total de 195 indivíduos (chefes de família) obtivemos um sucesso de identificação superior a 80%. O rol de confessados do mesmo ano apresentava um total de 255 famílias, mais 60 do que o recenseamento. Esta diferença explica-se acima de tudo pelas 53 famílias encabeçadas por mulheres, que não estão representadas no recenseamento eleitoral.

A utilização destas duas fontes, no mesmo ano, permite-nos dispor de uma *fotografia* mais completa da comunidade, pois conhecemos a capacidade eleitoral dos chefes de família, a sua profissão, a origem de alguns dos seus rendimentos⁴¹ e até indicações sobre a alfabetização.

A primeira observação que efectuamos foi sobre as profissões. A este nível salta à vista a grande importância do sector da construção [23%], pedreiros, caiadores e carpinteiros e serradores. Esta constatação está obviamente associada quer à construção do estabelecimento termal, quer, certamente, de muitos outros edifícios⁴². Um outro grupo importante é o dos vendeiros, negociantes, taberneiros e botequineiros, que representam cerca de 7%, do total de indivíduos recenseados, num total de quinze indivíduos, todos residentes no centro urbano da freguesia. A este grupo podemos ainda

⁴¹ A fonte só nos informa dos rendimentos que ultrapassam o censo.

⁴² Recordemo-nos da acta da direcção da Companhia dos Banhos de Vizela, que referia em 1879 cerca de 150 trabalhadores empregados na construção do estabelecimento termal. PRATA e CARVALHO [1986], que através da recolha de uma série de datas de construção, elaboraram uma cronologia da construção de edifícios do século XIX, situam a partir da década de setenta a maior parte dos edifícios do centro de Vizela.

acrescentar seis alfaiates, três cocheiros, um médico e um boticário. O grupo dos proprietários representa 12% do conjunto de indivíduos recenseados, destacando-se pela importância dos seus rendimentos.

Nesta análise guardamos para o fim dois dos grupos mais representativos: os lavradores e os jornaleiros. Os primeiros, representando 14% dos recenseados, dão ainda uma dimensão agrícola a uma comunidade que no século XIX dá grandes passos no sentido da urbanização. As suas residências estão afastadas do centro, na margem esquerda do rio, numa zona que ainda hoje, em parte, conserva fortes características agrícolas. Os segundos, são um dos grupos mais numerosos com uma representação de 20%. Não consideramos correcto associá-los unicamente a actividades agrícolas. Pensamos que, como o próprio nome o indica, se trata de trabalhadores indiferenciados, pagos ao dia ou à tarefa, que também teriam ocupações relacionadas com a actividade termal, ainda que temporárias. O facto de encontrarmos sete jornaleiros a residir no centro da freguesia confirma esta suposição⁴³.

O quadro que aqui traçamos apresenta-nos uma comunidade contrastante com o que pudemos observar para o século XVII e XVIII. Tem agora características urbanas muito mais marcadas⁴⁴, iniciou um processo de grande desenvolvimento certificado acima de tudo pelo número e riqueza das construções da zona urbana, pelo investimento realizado na Companhia dos Banhos e, acima de tudo, pela cada vez maior afluência de banhistas, particularmente da burguesia endinheirada do Porto.

O traço de continuidade que encontramos entre os dois períodos é a presença de um conjunto de famílias, que desde o século XVII, se encontram entre as dominantes nesta comunidade. Após as transformações que ocorrem durante o século XIX, em vez de as vermos enfraquecer, inadaptadas à nova realidade, encontrámo-las talvez ainda mais pujantes, com os seus herdeiros ocupando lugares chave na “nova-economia” – médicos, hoteleiros, negociantes, exploradores de nascentes termais.

Enquanto que a comunidade se vê invadida por pessoas vindas do exterior, homens na sua maior parte, respondendo à necessidade de novas profissões especializadas, para as quais a comunidade vizelense não tem resposta – alfaiates, pedreiros, caiadores, carpinteiros, cocheiros, etc. – a elite dirigente mantém-se

⁴³ A questão do *ciclo familiar* tem aqui também particular importância. Alguns destes jornaleiros aparecem, após a morte dos pais, referidos como proprietários.

⁴⁴ Considerando como zona urbana o território da freguesia situado à margem direita do rio Vizela e a rua contígua ao rio na margem esquerda, menos de 25% do território, temos com base no recenseamento eleitoral, 112 famílias na zona urbana e 80 na zona rural (não consideramos os dois padres e o servo que vivem no Assento).

sensivelmente a mesma, sem grandes percalços. Como afirmava BERTAUX [1978] este grupo possuía o *capital* que lhe permitiu a sobrevivência nos novos tempos: não se trata somente da posse da terra, de poder económico, mas também de cultura, relações pessoais e familiares, prestígio social, todo um conjunto de mais valias que coloca estas famílias em condições favoráveis no momento de passar o testemunho às novas gerações. Somente entre as famílias de moleiros pudemos encontrar comportamentos que se aproximam destes padrões.

Das restantes famílias, a maior parte não tendo nada de seu, não tinham nada para dar. É difícil acompanhar-lhes o rasto porque *saltitam* de lugar em lugar, de paróquia em paróquia, oferecendo a sua força braçal. Analisando o ritmo dos nascimentos dos seus, é frequente podermos observar intervalos que nos denunciam períodos de permanência noutras paróquias. Muitas vezes aparecem-nos os casamentos desses jovens, já adultos, referindo-se a sua naturalidade em freguesias vizinhas. Para este grupo escasseiam as fontes, estamos praticamente reduzidos aos registos paroquiais, pois não fazem testamentos nem doações. Só um levantamento sistemático de um conjunto de paróquias contíguas e um posterior cruzamento interparoquial, possibilitaria o estudo dos seus comportamentos.

5. CONCLUSÃO

O principal objectivo deste trabalho foi o de analisar, na longa duração, as estratégias de reprodução social na paróquia de S. João das Caldas. Partindo da reconstituição da paróquia, recorrendo à metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim, fomos colocados perante a necessidade de efectuar cruzamentos de vários tipos de fontes com a nossa base de dados paroquial e de efectuar o acompanhamento genealógico de várias famílias da comunidade.

Para agilizar este processo desenvolvemos um sistema de aquisição de dados que, respeitando os passos da metodologia de reconstituição de paróquias, nos permite constituir uma base de dados com ferramentas informáticas actualizadas, com uma grande produtividade e amplas possibilidades de evolução. Vimos assim facilitado o cruzamento nominativo entre os dados da base de dados paroquial e todo um conjunto de outras fontes que utilizamos. Desenvolvemos ainda um processo de exportação de dados em formato GEDCOM, que nos possibilita a transferência da informação da nossa base de dados para os programas de genealogia, podendo assim tirar partido de ferramentas muito úteis para o estudo que nos propúnhamos efectuar.

Para este sistema de aquisição de dados, que está já a ser utilizado por vários investigadores do Núcleo de Estudos de População e Sociedade, desenvolvemos uma estrutura que tem em conta a futura integração dos dados paroquiais numa base de dados central, que está a ser desenvolvida pelo Departamento de Informática da Universidade do Minho.

Na segunda parte deste trabalho partimos para a análise de uma comunidade que nos despertou a atenção pela radical transformação que sofreu ao longo do período estudado (1600 a 1910). Na realidade nos séculos XVII e XVIII, detectamos uma comunidade que acompanhava a restante região minhota, com uma forte preponderância agrícola e algum peso de actividades artesanais. No século XIX a redescoberta das nascentes termas arrasta uma série de transformações na comunidade que a nossa análise permitiu detectar.

Destas transformações destacaríamos o elevado ritmo de crescimento da comunidade no século XIX, comprovado pelo movimento de baptizados e pela evolução do número de fogos. Para este crescimento também contribuiu a entrada na paróquia de novos casais originários sobretudo de freguesias dos arredores, como

podemos comprovar com a evolução da origem combinada dos cônjuges. Vários testemunhos da época confirmam estas tendências.

Uma outra observação importante é a da idade ao primeiro casamento que, se nos séculos XVII e XVIII acompanha as tendências gerais encontradas para a região minhota, no século XIX apresenta valores muito inferiores. Encontramos um comportamento semelhante no que respeita ao celibato definitivo que no século XIX também apresenta valores inferiores aos habituais nesta região.

Supomos que a explicação para este conjunto de observações tem a ver com o florescimento da actividade termal ao longo do século XIX que, ao proporcionar novas e substanciais fontes de rendimento aos habitantes desta comunidade, lhes possibilitava um acesso mais facilitado ao casamento.

Perante tão grandes transformações nesta comunidade como é que as famílias se foram adaptando a esta nova realidade? Para responder a esta questão tentamos efectuar um estudo de algumas famílias ao longo de todo o período estudado, recorrendo ao cruzamento de uma série de fontes (principalmente testamentos, listas fiscais e eleitorais) com a nossa base de dados paroquial.

A análise em perspectiva genealógica de duas famílias de proprietários permitiu-nos estabelecer alguns padrões nas suas estratégias de descendência:

- detectamos uma tendência para a transmissão da casa a um único herdeiro, preferencialmente o filho varão mais velho;
- verificamos, contudo, a existência de um sistema igualitário, na medida em que os restantes herdeiros são compensados monetariamente ou através de outras propriedades que a família possa ter adquirido;
- o herdeiro beneficiado tem a responsabilidade de assegurar o sustento dos irmãos mais novos que com ele residam;
- a maior parte dos filhos que atingia a idade adulta não tinha dificuldade em aceder ao matrimónio, que constituía uma oportunidade de estabelecer laços familiares com outras famílias de proprietários da região.

A análise das listas de recenseamento eleitoral permitiu-nos verificar que os descendentes destas famílias conservam um lugar de destaque nesta comunidade em finais do século XIX, apesar das grandes transformações que nela se processaram. Uma análise mais cuidada permite-nos apreciar o sucesso que obtiveram nas suas estratégias

de reprodução social, adaptando-se com extraordinário sucesso às novas condições. Muitos destes descendentes de proprietários agrícolas são agora proprietários de hotéis, exploradores de nascentes termais, médicos e comerciantes. O capital social e económico que estas famílias dispunham permitiu-lhes uma adaptação bem sucedida à nova realidade da comunidade.

Encontramos um percurso semelhante, mas não tão bem documentado, para algumas famílias de moleiros, actividade de muita importância nesta comunidade. Não conseguimos alargar esta análise a outras famílias pois a sua elevada mobilidade não permite um acompanhamento genealógico.

A Metodologia de Reconstituição de Paróquias de Norberta Amorim forneceu-nos o suporte sobre o qual repousa, com segurança, todo o processo de cruzamento de fontes nominativas que empreendemos. Estes nomes que encontramos, em séries como as listas fiscais ou eleitorais, ou isolados, como nos documentos administrativos ou nos testamentos, ganharam outro estatuto quando relacionados com a nossa base de dados. Deixam de ser simples nomes para passarem a ser **indivíduos** dos quais poderemos conhecer a filiação, a descendência e todos os passos vitais. Nesta perspectiva, ao estudar estes indivíduos e as relações que estabelecem entre si, estamos a reconstituir verdadeiramente a **história da comunidade** – como afirma Dupâquier estamos a fazer **história social**, “(...) a história dos grupos que constituem a sociedade e das suas relações mútuas, ou, melhor ainda, a consideração da totalidade dos factos que estruturam uma sociedade” [DUPÂQUIER: 1984, 25].

No caso da comunidade em análise, pensamos que demos um primeiro passo no sentido de identificar os factores que determinaram o seu percurso relativamente divergente em relação aos modelos traçados para o Minho, particularmente a partir do século XIX. Não chegamos contudo ao fim do caminho, iniciamos um projecto que, na nossa opinião deveria prosseguir em três direcções:

- Alargamento da análise: aprofundar o estudo de outras variáveis muito importantes para a compreensão dos fenómenos que procuramos abordar, nomeadamente a fecundidade e a mobilidade.
- Alargamento cronológico: prolongar o estudo para o século XX, para melhor apreender a evolução dos fenómenos que apresentámos.

- Alargamento espacial: estudar as freguesias contíguas, particularmente a de S. Miguel das Caldas que, juntamente com S. João, forma a cidade de Vizela.

Estes aspectos alertam-nos também para o investimento que deveremos fazer na área da informática, particularmente no enorme desafio que é a constituição de uma base de dados central, onde serão reunidas todas as bases de dados paroquiais entretanto reconstituídas. Este esforço de cruzamento interparoquial, fundamental para o entendimento da mobilidade, uma das variáveis demográficas menos conhecidas, é o próximo desafio que teremos de enfrentar.

APÊNDICES E QUADROS

Apêndice 1: Memória Paroquial de S. João das Caldas de Vizela – 1758

Esta Memória faz parte do conjunto das Memórias Paroquiais mandadas recolher pelo oratoriano P.^e Luís Cardoso, em 1758, aos párocos de todos o reino de Portugal. Representam um esforço do estado absoluto para conseguir uma descrição moderna e mais desenvolvida do país⁴⁵.

Na deliciosa e aprazível ribeira de Vizela (uma das mais célebres da Província Interamnense) está situada a freguesia de S. João das Caldas. Confina ao Norte com a de S. Miguel do mesmo nome; ao Levante com a mesma e a de Sto. Adrião de Vizela; ao Sul se termina com a de Sta. Eulália de Barrosas e de S. Tiago de Lustosa, pelo outeiro das Portelas, e monte dos Impedidos; e ao Poente com as de S. Miguel de Vilarinho e S. Paio de Moreira de Cónegos, pelo Monte de S. Pedro e outeiro de S. Domingos.

A Primaz cidade de Braga, a cujo arcebispado pertence, lhe fica ao Noroeste em distância de quatro léguas. Tem para o Nordeste a Vila de Guimarães, e para o Sueste a de Amarante, esta lhe dista também quatro léguas e aquela légua e meia. A Corte de Lisboa lhe fica a Su-Sudoeste em distância de cinquenta e oito léguas e meia, fazendo caminho pela cidade do Porto. Esta lhe dista seis e meia e o seu Bispado uma e meia para Sudoeste. Finalmente a Vila do Conde lhe fica distante seis léguas ao Ocidente nas praias do mar Oceano.

É esta freguesia denominada das caldas por conta de umas águas calidas, sulfúreas, que lhe ficam imediatas, conhecidas vulgarmente por Caldas de Guimarães. Estas águas de mais ou menos efervescência conforme a ígnea actividade, que lhes comunicam os ardentes minerais por onde passam nas entranhas da terra, rebentam em várias partes de um paúl distante da residência desta Igreja pouco mais de um tiro de espingarda, em cujo paúl com que confina esta freguesia para o Setentrião, tem seu princípio a de S. Miguel das Caldas.

Servem as referidas águas de curativo a muitas enfermidades especialmente a estupores e reumatismos, para cujo remédio concorre bastante gente desta província a

⁴⁵ A este propósito ver [CAPELA e BORRALHEIRO: 1998].

tomar os seus banhos; além de muita que em pipas se transporta a partes remotas como são: Guimarães, Braga, Porto e outras mais: cujo transporte facilita o vigor com que conserva a sua nímia quentura. Seria mais numerosa a freguesia de povo em vir tomar os banhos neste sítio, se nele houvessem recolhimentos públicos, ou particulares, como há em outras caldas deste Reino, com notória utilidade dele: pois se costumam recolher os enfermos por casas dos lavradores desta vizinhança em que pela maior parte falta a comodidade de que aqueles necessitam. As mesmas águas quentes depois de misturadas com as de dois pequenos regatos junto dos mencionados banhos, fazem o seu breve curso para o Sul, comunicando-se com o Vizela por entre o passal ou assento desta Igreja, das quais esta se utiliza para os seus prados, de que se levanta verdadeira abundância de ervas ainda no tempo do frio.

O rio Vizela com a sua tépida e sonora corrente divide a esta freguesia em duas partes, ficando a mais considerável da banda do Sul, com a qual se comunica a que fica ao Norte por uma ponte de cantaria, chamada a ponte das Caldas, participando o apelido desta freguesia. Tem a ponte dois grandes arcos, por onde o rio faz o seu ordinário curso e outro pequeno de qual só se serve na ocasião das maiores inundações. As guardas ou parapeitos dela se acham quase em toda a ponte desmanteladas e desfeitos, e a sua calçada necessita de conserto por conta da ruína que a contínua passagem dos carros lhe ocasiona.

Aquele rio que deve o seu nascimento aos montes vizinhos a Fafe, depois de receber a de vários ribeiros por uma e outra margem, com os quais enriquece a sua corrente, se encaminha ao acaso. E sугeitando-se aos arcos da ponte de Pombeiro e da chamada ponte Nova na freguesia do Salvador de Tagilde, ambas de cantaria, passeando soberbo com os cabedais altos, entra na nossa freguesia banhando em roda grande parte do passal desta Igreja e fabricando-lhe de suas águas cristalinas, marginaliza a célebre Ribeira de Vizela a quem deu o nome a troco do prejuízo que em aqueles invernos lhe causa com as inundações, arrebatados efeitos da sua soberba. Aqui se humilha à ponte das Caldas em que se terminam as terras pertencentes a esta Igreja e correndo sempre ao Poente depois de se humilhar também à ponte de Negrelos que daqui dista meia légua e à de S. Tomé, outro tanto mais abaixo, confunde as suas águas com as do rio Ave que lhe fica ao Norte, na freguesia de S. Miguel de Entre Ambas as Aves, na qual perde o

seu nome, não muito distante do rendoso convento de Sto. Tirso dos Monges Beneditinos.

As margens do rio são agradáveis à vista assim como geralmente toda a freguesia por conta da multiplicidade de várias espécies de árvores de que se acham revestidas: cuja verdura e fresca amenidade serve de não pequena delícia e recreação aos que gostam do retiro do campo. Nelas se acha constituída uma numerosa quantidade de azenhas e moínhos de que só esta freguesia conta vinte e nove ou trinta rodas: mas a algumas delas só costumam moer no estio por ficarem mais dentro do rio, e por isso anualmente se consertam para melhor cómodo e expedição da publicidade. Além das referidas rodas há dois pisões que servem para pisoar certa quantidade de panos grosseiros de que alguma da pobreza desta freguesia e seus entornos se utiliza para vestidos.

Cria o rio várias quantidades de saboroso peixe miúdo como são: trutas, escalos, vogas e barbos; e destes em maior quantidade e alguns de admirável e monstruosa grandeza para a sua espécie; pois se tem aqui pescado muitos de três palmos de comprido e um de largo.

A natureza formou esta freguesia em um ameno vale, perpétua habitação da Primavera, o qual principiando junto ao rio e interpolado com algumas eminências se encaminha para o Sul, donde declina para o Su-sudoeste. Alguns já referidos montes povoados de inumeráveis e frondosos carvalhos, de fabricos engraçados, vestidos de esmeralda, com que se adornam, lhe servem de coroa com suas eminências: neles se criam lebres, coelhos, perdizes, rolas, e outras caças para enlevo indiferente da nobreza e honesta recreação da ociosidade.

Os seus ares são benignos e salvíferos à excepção de algumas cesões que nos mais intensos ardores da canícula se originam: suposto que semelhante enfermidade é menos comum nesta freguesia do que em outras muitas deste Reino onde é mais geral. Aqueles se acham inundados de toda a variedade de avesinhas, especialmente de rouxinóis, volantes habitadoras da etérea diafanidade, as quais se recreiam os olhos com o matizado das penas também suavizam os ouvidos com o harmonioso do canto.

Não habitam aqui animais ferozes, nem ainda daqueles que só tem por natureza a voracidade, e somente aparecem poucas, mas ardilosas raposas, que suposto muitas vezes assaltem as aves domésticas, também nelas em algumas estações do ano se exercita o irascível.

Há nesta freguesia copiosas perenes fontes de cristalinas saborosas águas, de que se utilizam os seus moradores assim para a fecundidade dos campos como para refrigério dos corpos no tempo do calor: se bem que pela maior parte as apeteçam mais para o primeiro do que para o segundo ministério, por conta do continuado uso que dão ao vinho que aqui tem um grande consumo. Entre as fontes há algumas de água tépida; uma das quais nasce dentro dos muros do passal; e outra mais fervida rebenta quase no meio do rio junto do mesmo passal; cuja quentura claramente reconhecem os que costumam divertir-se no exercício da pescaria.

A Residência desta freguesia a qual fica nos confins dela para a parte do Norte está edificada em sítio descoberto e levantado sobre a margem setentrional do Vizela. A sua vista é deliciosa não só por gozar das florinhas dos campos, verdura dos prados e frondoso dos bosques do seu dilatado passal e de muita parte da freguesia, mas também por desfrutar da vista e passagem da ponte, do calmo e trémulo bulício das águas do rio, e da contínua volubilidade de suas azenhas.

Logra também esta Residência das amenidades de três vales, ou ribeiras, em cujo centro triangular está situada esta freguesia, e vem a ser a das Caldas que corre para o Norte e tem o seu principio no já mencionado paúl das águas quentes, em que [como já disse] começa a freguesia de S. Miguel do mesmo nome: a de Vizela que continua para o nascente: e a de Barrosas, que se estende para o Sul e termina com uma soberba e agigantada montanha no mais alto da qual se divisa um lugar do mesmo apelido de que talvez a ribeira toma o nome. Neste lugar que fica distante uma légua desta freguesia está o célebre santuário do Bom Jesus de Barrosas, frequentado da maior parte dos habitantes desta província, para tributarem ao mesmo Senhor as suas humildes deprecações em todo o tempo do ano, e especialmente na festa do Espírito Santo, e no Domingo da Santíssima Trindade em que é mais numeroso o seu curso.

O passal ou assento desta Igreja que [como já referi] fica bem nos confins da freguesia para a parte do Norte, é extenso, e se divide em muitos e dilatados campos; contém em si amenidade igual à da freguesia. É circundado em roda e da parte do Sul [como tenho expendido] lhe serve de muro o rio Vizela em grande distância: tem frondosos carvalhos que lhe fabricam densos bosques, em que se criam variedade de caças: tem juntamente os melhores prados destas vizinhanças por se utilizar para eles das águas quentes das Caldas refrigeradas com as dos dois já mencionados regatos: de frente na margem oposta está grande quantidade das todas dez azenhas desta Freguesia: e finalmente confina com outras para o Poente: foreiras a esta igreja por finalizarem na ponte das Caldas as terras a elas pertencentes, como consta de seu tombo.

A Igreja desta freguesia que é de uma só nave está imediata à residência: a ponte das caldas se descobre não só do seu adro mas também do interior dela: há a tradição entre os moradores de ter estado antigamente no sítio do Calvário no centro da freguesia. O seu Orago ou padroeiro , é o maior dos Santos, o glorioso São João Baptista, cuja sagrada imagem se venera no altar maior da parte da Epístola, venerando-se também no mesmo altar da parte do Evangelho a imagem do Menino Deus; e no Sacrário se acha ainda que oculto, exposto à veneração dos fiéis o Augustíssimo Sacramento.

Tem esta freguesia além do altar mor três mais: dois colátimos imediatos ao arco da capela mor e um mais no corpo da Igreja. O altar colateral da parte do Evangelho se intitula de S. Sebastião; no qual além da imagem do mesmo invencível Mártir, se veneram as N. Sra. do Bom Despacho e Sta. Rita. O altar colateral da parte da Epístola é intitulado da Sra. do Rosário, cuja soberana imagem nele é venerada: à roda dela se acham pintados no retábulo seis pequenos quadros; três da parte esquerda em que se representam os mistérios do Nascimento de Jesus Cristo, a sua Apresentação no Templo, e no mesmo Jesus disputando entre os doutores: nos outros três da parte direita se representa o passo de Cristonando no horto, o da prisão à coluna e o da coroação de espinhos: os quais quadros ainda que antigos, pelo primor da sua pintura se equivocam com os fabricados pelos artífices romanos.

Fábrica da mesma ideia parece ser também a de outros dois quadros, em um dos quais de representa o glorioso S. Domingos recebendo o rosário da Santíssima Virgem,

Mãe de Deus; no outro se vê representado ao exemplar da mais austera penitência, o Seráfico Patriarca com um Santo Crucifixo nas mãos: este fica metido na parede junto do altar de S. Sebastião, e aquele defronte deste junto da Senhora do Rosário.

Imediato a este mas no corpo da Igreja está o quarto altar dela, o qual se denomina das Almas por conta de um quadro das Almas do Purgatório, que se acha pintado no seu retábulo obra [ao que parece] do referido pintor.

Neste altar se dá culto à soberana imagem de Cristo Crucificado, e às de Sua Santíssima Mãe e S. João Evangelista ambas junto à Cruz do mesmo Senhor e venera-se juntamente nele o miraculoso português Santo António de Lisboa.

Há nesta Igreja duas confrarias: uma é a do Santíssimo Sacramento; a qual suponho tenha de casco 3 para 2 mil cruzados em direitos além das suas peças de prata; contudo os que a têm administrado na vacatura desta igreja que foi prolongada, a constituíram em termos de perder uma boa parte dos mencionados cabedais, por causa do seu pouco zelo, culpável descuido e repreensível abuso.

A outra confraria é da Virgem Senhora do Rosário muito menos opulenta que a primeira, mas igualmente governada. Há também duas chamadas confrarias e que melhor compete o nome de devoções, por não terem estatutos por que se governem: intitula-se uma destas do Menino Deus, a outra de S. Sebastião, cujos cabedais são muito ténues.

É esta Igreja Abadia do real Padroado de S. Majestade Fidelíssima que Deus guarde, cujos frutos certos e incertos poderão render um ano por outro pouco mais de trezentos mil réis de que paga duas quintas partes para a Santa Igreja Patriarcal de Lisboa. Entre os seus abades conta muitos de notória nobreza; uns que a adquiriram pelas Letras nas Universidades, outros que a herdaram de seus ascendentes. A maior prerrogativa de que com razão pode gloriar-se esta Igreja é a de haver tido por Abade ao Sr. D. Teodósio de Bragança, Irmão do Duque deste título o qual era Abade dela pelos anos de 1563 no reinado do Sr. Rei D. Sebastião, sendo Arcebispo em Braga o Venerável D. Fr. Bartolomeu dos Mártires da Sagrada Ordem dos Pregadores; cuja imagem todo o Arcebispado ansiosamente deseja ver colocada nos altares. Consta a

sobredita memória do tombo desta Igreja que se acha no arquivo da Sé Primaz, mandada fazer no referido ano pelo mesmo Sr. D. Teodósio: cuja certidão extraída do mesmo tombo se conserva entre os antigos documentos desta Igreja.

Conta esta freguesia neste presente ano de 1758 trezentos e vinte e nove pessoas se Sacramento, além de muitas que o não são; as quais se acham repartidas em cento e um fogos: Os frutos que produz consistem em vinho verde, trigo, centeio, milho, ou milho grosso, milho branco, ou milho miúdo, painço, linho, feijão, e mais legumes, hortaliças e frutas; mas do vinho é que ordinariamente costuma produzir-se em maior abundância. Os seus habitantes são geralmente inclinados à cultura do Linho; e as mulheres a os fiarem; de que fabricam todos os anos uma prodigiosa quantidade de teias de pano de diversas qualidades, que daqui se extraem para diversas partes do Reino; porém o lucro que delas lhes resulta, não será tão considerável, como eles se persuadem, por conta da nímia despesa que insensivelmente com elas fazem até ao seu total completamento.

Faz o seu trânsito por esta freguesia a estrada pública que vem de Guimarães e seus contornos; a qual entrando nela pela parte do Norte, por entre terras pertencentes ao passal desta Igreja se encaminha à ponte das caldas, onde se divide em duas: uma continua para o Sul entrando na freguesia de S. Eulália de Barrosas, e passando depois pelo Bom Jesus deste nome, dirige para a Lixa, Amarante, Travanca, Canavezes, Arrifana de Sousa, e outras mais terras: a outra corre para Sudoeste, e atravessando a maior parte desta freguesia deixando-a entre os montes dos Impedidos e de S. Pedro, além de se dirigir também para a referida vila de Arrifana e outras povoações distantes, encaminha principalmente para a cidade do Porto.

O sobredito monte dos Impedidos, donde corre a maior porção de águas naturais, que fertilizam esta freguesia é tradição constante ter servido de comum sepultura no tempo de uma peste que antigamente aqui houve, aos que perecerão infeccionados do contágio. Na descida dele está situada a antiga e ...dosa Quinta de Gominhães, a quem são foreiras as mais das fazendas desta freguesia e outras noutras terras fora delas; e a quem pagam avultadas pensões em direitos??? guisas, pão, vinho, leitões, galinhas, e outros géneros.

É esta quinta chefe da ilustre família dos Cirnes, uma das principais desta Província, e bem conhecida não só nela e em todo o Reino, mas ainda no da Galiza; onde também se acha aparentada com a casa do marquês de Mós, uma das de mais distinta nobreza do mesmo reino. Foi instituída em Morgado por Francisco Soares de Aragão, fidalgo espanhol, o qual indo para este reino com a Sereníssima Rainha Santa Isabel, filha de Pedro 3º Rei de Aragão, e mulher do Rei D. Dinis, exercitou o honroso emprego de Aio da mesma rainha Santa da qual também era parente. A sua Capela, em que os administradores tem obrigação de mandar dizer quatro missas cada semana, é da invocação da Nª Sra de Jerusalém.

Esta Quinta e Morgado de Gominhões foi antigamente cabeça de Honra, com privilégios de coutar uma légua de monte e rio na sua circunferência; mas esta Honra se extinguiu sendo seu nono administrador Pero ou Pedro Vaz Cirne. Seus administradores antigamente faziam aqui a sua ordinária residência, porém hoje pela maior parte assistem na cidade do Porto. Têm saído desta casa varões ilustres que assinalaram o seu zelo e o seu esforço nas campanhas onde alguns acabaram em serviço da Coroa; deixando com essas heróicas acções imortal glória à posteridade. É hoje undécimo administrador deste antigo e nobre Morgado Francisco Diogo de Sousa Cirne de Madureira e Azevedo, Fidalgo da casa de Sua Majestade Fidelíssima, que Deus guarde, o qual sabiamente procura conservar o esplendor com que se enobreceram os seus ilustres e gloriosos progenitores.

Não tem esta freguesia correio particular; porém costuma servir-se do de Guimarães, que regularmente chega nesta Vila ao Domingo, e parte na sexta-feira. Finalmente é esta freguesia no espiritual governada pelas justiças eclesiásticas da comarca de Braga, por ser do seu Arcebispado Primaz; e no temporal pelas seculares da Vila Guimarães. Esta é a informação individual dessa freguesia de S. João das Caldas, que a minha inculta e mal aparada pena pôde escrever; em que procurei conformar-me com os interrogatórios que me foram remetidos: assim o certifico; assinado-se comigo juntamente dois dos Reverendos Párcos vizinhos; que são o Abade de S. Miguel das caldas e o Vigário de S. Eulália de Barrosas.

S. João das Caldas, 2 de Junho de 1758

João Veloso da Praça, Abade

Antº Alv.es

O Vigário Manuel Machado da Silva

Apêndice II - Acerca da utilização de caracteres universais

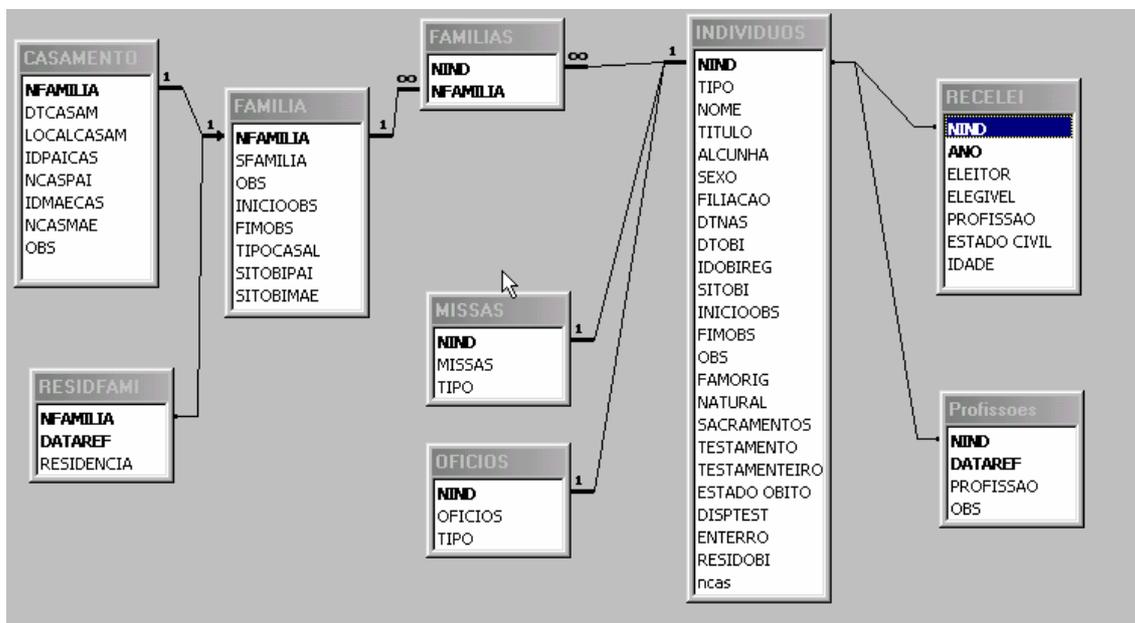
Os caracteres universais são utilizados como marcadores de posição para outros caracteres quando especifica um valor que pretende localizar e:

- Só sabe parte do valor.
- Pretende localizar valores que começam com uma determinada letra ou que correspondem a um determinado padrão.

Numa [Base de dados do Microsoft Access](#), pode utilizar os seguintes caracteres nas caixas de diálogo **Localizar** e **Substituir** ou em [consultas](#), comandos e [expressões](#), para localizar itens, tais como, valores de campos, registos ou nomes de ficheiros.

Carácter	Utilização	Exemplo
*	Corresponde a qualquer número de caracteres. Pode ser utilizado como primeiro ou último carácter da cadeia de caracteres.	<i>qu*</i> localiza qual, quando e qualquer
?	Corresponde a qualquer carácter alfabético individual.	<i>S?m</i> localiza sem, sim e som
[]	Corresponde a qualquer carácter individual entre os parênteses rectos.	<i>S[eo]m</i> localiza sem e som, mas não sim
!	Corresponde a qualquer carácter não contido nos parênteses rectos.	<i>s[!e]m</i> localiza sim e som, mas não sem
-	Corresponde a qualquer carácter dentro de um intervalo de caracteres. Tem de especificar o intervalo por ordem ascendente (de A a Z e não de Z a A).	<i>s[a-c]m</i> localiza sam, sbm e scm
#	Corresponde a qualquer carácter numérico individual.	<i>l#3</i> localiza 103, 113, 123

Apêndice III - Estrutura de Dados



Quadro I – Movimento de Baptismos

MOVIMENTO DE BAPTISMOS (por décadas)				
Décadas	Legítimos	Naturais	Totais	% Naturais
1610	36	5	41	14%
1620	43	6	49	14%
1630	60	8	68	13%
1640	63	6	69	10%
1650	74	7	81	9%
1660	92	7	99	8%
1670	73	6	79	8%
1680	95	6	101	6%
1690	88	6	94	7%
1700	103	8	111	8%
1710	90	10	100	11%
1720	74	14	88	19%
1730	87	10	97	11%
1740	89	8	97	9%
1750	71	6	77	8%
1760	93	8	101	9%
1770	115	12	127	10%
1780	109	10	119	9%
1790	121	12	133	10%
1800	118	10	128	8%
1810	131	21	152	16%
1820	130	21	151	16%
1830	114	18	132	16%
1840	145	8	153	6%
1850	135	13	148	10%
1860	182	21	203	12%
1870	210	34	244	16%
1880	300	28	328	9%
1890	298	27	325	9%
1900	343	19	362	6%

Quadro II – Movimento de Óbitos Maiores de Sete Anos

Óbitos > 7 Anos	
Décadas	Óbitos
1600	17
1610	21
1620	27
1630	30
1640	60
1650	49
1660	53
1670	36
1680	54
1690	56
1700	63
1710	71
1720	77
1730	86
1740	75
1750	64
1760	55
1770	60
1780	62
1790	54
1800	69
1810	86
1820	61
1830	75
1840	83
1850	95
1860	101
1870	125
1880	150
1890	167
1900	189

Quadro III – Movimento Global de Óbitos

Movimento Global de Óbitos (1710-1740)			
Décadas	>7 anos	< 7 anos	Totais
1710	71	15	86
1720	77	25	102
1730	86	22	108
1740	75	8	83

Movimento Global de Óbitos (1840-1900)			
Décadas	>7 anos	< 7 anos	Totais
1840	83	31	114
1850	95	51	146
1860	101	54	155
1870	125	82	207
1880	150	104	254
1890	167	97	264
1900	189	102	291

Quadro IV - Mortalidade de Crise

Mortalidade de Crise (maiores 7 anos)			
Ano	Óbitos	Média	Diferença
1623	6	2,71	121%
1629	6	2,71	121%
1631	5	2,71	84%
1632	5	3,00	67%
1637	5	2,71	84%
1639	6	3,29	83%
1641	7	3,71	88%
1642	7	4,29	63%
1643	11	4,57	141%
1644	8	5,14	56%
1656	7	4,57	53%
1659	12	4,86	147%
1661	8	4,86	65%
1665	18	5,00	260%
1676	7	4,43	58%
1677	9	4,57	97%
1680	7	4,14	69%
1681	13	4,71	176%
1682	9	5,57	62%
1691	7	4,57	53%
1696	13	5,00	160%
1700	9	5,29	70%
1701	9	6,00	50%
1704	10	6,00	67%
1705	12	6,86	75%
1713	9	5,29	70%
1714	13	6,14	112%
1715	10	6,14	63%
1716	13	6,14	112%
1727	12	7,71	56%
1731	16	8,00	100%
1753	11	6,29	75%
1754	9	6,00	50%
1756	11	7,00	57%
1767	10	5,57	79%
1771	15	6,57	128%

Mortalidade de Crise (maiores 7 anos)			
Ano	Óbitos	Média	Diferença
1782	11	5,43	103%
1787	8	5,29	51%
1800	10	6,14	63%
1804	10	6,00	67%
1809	12	6,43	87%
1810	14	7,43	88%
1811	20	7,71	159%
1834	11	7,29	51%
1841	13	8,29	57%
1845	13	7,71	69%
1854	13	8,29	57%
1855	24	9,14	163%
1873	17	10,43	63%
1874	22	10,71	105%
1879	19	12,00	58%
1888	25	13,71	82%
1891	27	16,86	60%
1894	27	17,14	58%

Quadro V - Idade Média ao 1º Casamento

IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO		
Décadas	Masc.	Fem.
1650	26,1	25,9
1660	23,3	23,8
1670	22,8	24,3
1680	23,5	25,8
1690	26,2	28,3
1700	26,8	30,5
1710	27,5	29,4
1720	28,2	29,7
1730	27,3	28,7
1740	24,8	30,8
1750	24,5	30,0
1760	26,1	30,4
1770	27,9	27,9
1780	27,8	27,0
1790	27,0	25,1
1800	25,8	24,4
1810	24,8	24,8
1820	24,6	25,0
1830	25,1	25,2
1840	26,5	25,6
1850	26,6	25,0
1860	27,5	24,2
1870	26,7	23,6
1880	28,1	23,9
1890	26,4	24,0
1900	27,6	24,7

Quadro VI - Lista da Derrama Municipal (1872-73)

INDIVÍDUOS REFERIDOS NA LISTA DA DERRAMA MUNICIPAL 1872-73 PROPRIETÁRIOS								
Família	Nome	Morada	Profissão	Predial	Ind.	Ord.	Capitais	Derrama
757	Anacleto da Costa	Outeiro	Vendeiro	321				53
	Angélica Correia	Ponte		836				143
	Ana de Belém	Boavista		685				120
	Ana Brandão D.	Paço de Vilar		8412				1440
	António Barbosa de Almeida Coelho	Vilar		19				5
	António Cardoso	Outeiro		886				155
788	António Coelho Moreira	Médico		16381				2803
744	António Correia	Ponte		836				142
752	António Ferreira	Porteladinha		798				136
	António Fortunato Álvares P.	Barrosas		2786				240
765	António Freitas	Cortinha		4641			785	930
	António Freitas	Eira Velha		167				30
780	António Gomes	Outeiro de Vilar		6584				1125
	António José da Silva Bravo	S. Adrião		3845		68438	185384	68984
	António Ribeiro Coelho	Vilar		16492				2820
833	António Teixeira	Cestais		5495				940
899	Belchior António Ribeiro da Silva	Bairro		7101			6750	2370
887	Bento José Gonçalves Vieira	Ponte		11040				1890
1671	Domingos Alves da Cunha	Monte		1086	778		2025	493
720	Domingos José Gomes de Oliveira	Quintã		14009			27845	7159
983	Francisco Alves de Abreu	Porteladinha		368				62
	Francisco Diogo de Sousa Cirne	Porto		14621				1250
	Francisco de Freitas	Picoto		84				15
976	Francisco de Freitas	S. Paulo		15064				2575
981	Francisco Machado	Calçada		6018			110	1048
982	Francisco Ribeiro Neto	Lameira		200	2188			408
	Guilherme Wilby	Porto		7649				1308
1041	João António Campelos	Ponte		335			3040	682
1049	João Batista de Freitas	Ribeiro		8604			614	1481
	João Barbosa de Almeida Coelho	Barrosas		38				6
1044	João de Freitas	Pinheiro		224				38
1045	João Pinto	S. Romão		1980			1350	455
1035	João da Silva	Lameira		5215				892
1226	Joaquim António Calado	Calçada		1003			1690	602
	Joaquim Barbosa Coelho	Boca		233			675	39
1237	Joaquim Carvalho	S. Paulo		401			486	69
	Joaquim de Freitas	Ribeirinha		268				45
1240	Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria	Ponte		6415	5832			2116
	Joaquim Pinto	Soutinho		3945	5835			1672
	Joaquim Ribeiro da Costa	Móinhos		3344				572
[1240]	Joaquina Ribeiro de Faria	Barrosas		2121				364
	José António Gomes de Oliveira	Soutinho		3528				604
1105	José de Carvalho	Formigosa		1110				189
1152	José da Costa	Portelo		200				35
	José Ferreira	Souto		902				154
	José Pereira da Costa Caldas?	Soutinho		2340				399

**INDIVÍDUOS REFERIDOS NA LISTA DA DERRAMA MUNICIPAL
1872-73
PROPRIETÁRIOS**

Família	Nome	Morada	Profissão	Predial	Ind.	Ord.	Capitais	Derrama
	José Pereira Reis Dr.	Porto		1203				102
	José Pinheiro	Fermentões		528				89
	José Teixeira Dias Pinheiro	Barrosas		29				5
	Josefa Fonseca Pinto D.	S. Romão		8373				1432
	Manuel Alves da Venda	Boca		1718				294
	Manuel Alves Gomes Caldas	Lameira		3343				572
	Manuel Carneiro	Formigosa		200				35
1369	Manuel Fernandes	Vilar de Cima		8358				1430
	Manuel Ferreira	Outeiro da Presa		343				58
1374	Manuel Gomes Faria de Oliveira	Agrelas		1003				173
1336	Manuel Gomes de Oliveira	Agrelas		15489				2649
	Manuel Lopes Martins Brandão	Porto		12751				1110
	Manuel Mendes	Amador		100				17
	Manuel Pereira da Costa	Moínhos		1672	583			385
	Manuel Ribeiro	Picoto		378			1015	151
[1336]	Maria Gomes de Oliveira	Agrelas		19				5
	Maria Rita do Carmo D.	Monte		4298				735
	Miguel Peixoto Monteiro	S. Eulália		10				
	Rita Cirne? D.	Cruz		1672				285
	Rosa Ferreira	Fonte Quente		1060				181
	Teresa Delfina Pinto de Carvalho	Souto		29363				2510
	Visconde de Castelões	Porto		27450				2350
788	António Coelho Moreira	Cruzeiro do Sul		334				57
	Francisco Pereira da Costa			301				51
	Jorge Pinto de Fonseca Lemos P.			435				75

**INDIVÍDUOS REFERIDOS NA LISTA DA DERRAMA MUNICIPAL
1872-73
INDÚSTRIA E OUTROS**

Família	Nome	Morada	Profissão	Ind.	Ord.	Cap.	Lucros	Công.	Derrama
983	Francisco Alves de Abreu	Formigosa				455			80
	Irmandade do Menino					68			10
	Irmandade de S. Sebastião					20			4
777	Agostinho Ribeiro		Carpinteiro	583					99
	Angelino Correia	Cruz	Taverneiro	2917					498
757	Anacleto da Costa	Outeiro	Vendeiro	2042					354
744	António Correia	Cruz	Fab. Papel	584					99
792	António Costa	Soutinho	Alfaiate	584					99
775	António Cunha	Calçada	Fab. Papel	584					99
	António Fernandes	Pena Longa	Vendeiro	2917					498
	António Freitas Bolouro	Calçada	Fab. Papel	584					99
768	António José da Silva	Soutinho	Taverneiro	2918					499

**INDIVÍDUOS REFERIDOS NA LISTA DA DERRAMA MUNICIPAL
1872-73
INDÚSTRIA E OUTROS**

Família	Nome	Morada	Profissão	Ind.	Ord.	Cap.	Lucros	Công.	Derrama
762	António de Lemos	Calçada	Fab. Papel	2918					499
	António Machado, de Tagilde	Soutinho	Taverneiro	2917					499
788	António Coelho Moreira		Hospedaria	7294					1247
742	António Oliveira Queirós	Portelas	Mesteiral	5835					999
746	António Rebelo Soares	Calçada	Fab. Papel	583					100
	Bento Oliveira Queirós	Portelas	Ferreiro	1167					200
905	Constantino Ferreira	Lameira	Alfaiate	583					100
	Escrivão do Eleito			156					29
1435	Estevão Machado	Venda Nova	Carpinteiro	584					100
987	Francisco Ferreira	Calçada	Sapateiro	1167					200
989	Francisco Gomes Tadeu		Taverneiro	2918					499
	Francisco Pereira	Cimo de Vila	Vendeiro	4960					849
1238	Jerónimo Ferreira	Moínhos	Moleiro	1021					175
1047	João Correia da Silva	Soutinho	Alfaiate	584					100
1239	Joaquim da Costa	S. Paulo	Taverneiro	2917					499
1236	Joaquim Ferreira		Moleiro	2042					349
1224	Joaquim Gomes de Azevedo	Ponte	Sapateiro	583					100
1150	José Alves Torres	Pisão	Moleiro	3064					524
1140	José da Costa	Lameira	Bilhar	4862					834
1137	José de Freitas	Formigosa	Pedreiro	584					100
	Júlio de Magalhães	Lameira	Botequineiro	8462					834
1288	Lúcio Ferreira	Portuzelo	Tecelão	778					135
1335	Manuel Carvalho	Formigosa	Sapateiro	584					100
1366	Manuel Ribeiro	Soutinho	Vendeiro	2917					499
782	Andé Exposto	Portelas	Ferreiro	1167					200
	Teresa D.	Mourisco	Engenho Azeite	1945					332
1226	Joaquim António Calado		Espingardeiro	1167					199
1236	Joaquim Ferreira	Calçada	Sapateiro?	584					99
1144	José António da Silva	Lameira	Taverneiro	1459					250
1366	Manel Ribeiro	S. Paulo	Taverneiro	2918					498
3297?	Rosa	Montinho	Doceira	1167					199
	António José Félix Gomes		Pároco					20762	1775
805	António José Barros		Prof. Régio Inst. Primária		11697				1000
	José Maria Gomes de Azevedo		Recebedor do Correio				27000		4617
1048	João Pereira da Costa		Almocreve	3860					660
1105	José Carvalho	Formigosa	Negociante Pão	3860					660

6. FONTES:

6.1. Registos paroquiais

- Nascimentos: 1600-1910
- Casamentos: 1600-1910
- Óbitos: 1600-1910
- Róis de Confessados de 1877 a 1901
- Livros de Testamentos 15-03-1768 a 01-08-1861

6.2. Registos Administrativos e Fiscais

- Livro da Porta da Câmara de Guimarães
- Livro de Recenseamento Eleitoral 1885 e 1872
- Livro da Derrama Municipal de 1871-1872

6.3. Arquivo da Companhia dos Banhos

- Livros de Actas da Assembleia Geral (1873-1882)

7. BIBLIOGRAFIA

- “Le format GEDCOM”, <http://perso.club-internet.fr/rweinl/gedc-fr.htm>
- “The GEDCOM Standard, release 5.5”, prepared by the Family History Department
The Church of Jesus Christ of Latter-day Saints, 1996
- “What is GEDCOM – Frequently Asked Questions for GEDCOM files”,
http://www.gedx.com/gedx/faq_on_gedcom.html
- ALMEIDA, Eduardo, *Guimarães, O labor da Grei – Publicação comemorativa da
Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923*,
Guimarães, 1923
- AMORIM, M. Norberta B., *Rebordões e a sua população nos séculos XVII e XVIII.
Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.
- AMORIM, M. Norberta B., *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de
Guimarães (1734-1760)*, Guimarães, 1983
- AMORIM, M. Norberta B., “S. Pedro de Poiares e a sua População de 1651 a 1830”, in
Brigantia, Bragança, 1983/84.
- AMORIM, M. Norberta B., *Guimarães 1580-1819 – Estudo Demográfico*, Lisboa, Ins-
tituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- AMORIM, M. Norberta B., *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga,
Universidade do Minho, 1991
- AMORIM, M. Norberta B., *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico
1680-1980*, Universidade do Minho, Braga, 1992.
- AMORIM, M. Norberta B., “A diversidade de comportamentos demográficos no
Portugal de Antigo Regime”, *População e Sociedade*, nº 3, 1997.
- AMORIM, M. Norberta B., “O Minho: comportamentos demográficos através da
informação paroquial”, *Ler História*, nº 36, 1999.
- AMORIM, M. Norberta B., *Francisca Catarina (1846-1940), Vida e Raízes em S. João
do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Guimarães,
NEPS, 1999.
- AMORIM, M. Norberta B., *Ribeiras do Pico (finais do séc. XVII a finais do séc. XX).
Microanálise da evolução demográfica*, Núcleo de Estudos de População
e Sociedade – UM, 2001.

- AMORIM, M. Norberta B. e outros, “Reconstituição de Paróquias e Formação de uma Base de Dados Central”, Pré-actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH), Castelo Branco, 2001.
- BARBOSA, M^a Hermínia, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Núcleo de Estudos de População e Sociedade – UM, 2001.
- BERTAUX, Daniel, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1978.
- BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 2^a edição, 1989.
- BRAGA, Alberto, *Administração Seiscentista do Município Vimaranesense*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1992.
- BRANDÃO, M. De Fátima S., *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal – o caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 1994
- BRETTEL, Caroline B., *Homens que partem mulheres que esperam – consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, D. Quixote, 1991
- CABRAL, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva – a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.
- CABRAL, João de Pina, *Os contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.
- Caldas de Vizela, Coleção Guia das Praias, Termas, Estâncias e Sanatórios de Portugal, Ed. Francisco Coimbra & C.^a, Porto, s/d
- CALDAS, J. S. Pereira, *Indiculus Genérico das Virtudes Curativas das Águas Sulfurosas das Caldas de Vizela*, Braga, Tip. Lusitana, 1854
- CALDAS, J. S. Pereira, *Notícia Arqueológica das Caldas de Vizela*, Guimarães, Tip. das Oficinas de S. José, 1852
- CAPELA, José Viriato e BORRALHEIRO, Rogério, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1998
- CARRIÇO, José António, *Desenho de Bases de Dados*, Lisboa, Ed. CTI, 1996
- CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco (Ed.), *Familia y Sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglos XV-XIX*, Universidad de Murcia, 1987
- CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco e HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, *Poder, Familia y Consanguinidad en la España del Antiguo Régimen*, Barcelona, Editorial Anthropos, 1992
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural – entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.

- COSTA, Américo, FREITAS, Jorge e LOPES, Sandra, *Base de Dados Central de um Sistema de Informação para Estudo da Evolução Demográfica*, Braga, policopiado, 2000.
- CUNHA, Cristina e FERNANDES, Sandra, *Sistema para Estudo da Evolução Demográfica – implementação de um OLAP/EIS*, Braga, policopiado, 2000.
- DAMAS, Júlio, *Vizela, Tãgilde e S. Gonçalo*, Vizela, 1965
- DUPÂQUIER, Jacques, *Pour la Demographie Historique*, Paris, PUF, 1984.
- DURÃES, Margarida, “Condição Feminina e repartição do património: a camponesa minhota. Séculos XVIII-XIX”, in *Separata de A Mulher na Sociedade Portuguesa, Actas do Colóquio*, Coimbra, 1985
- DURÃES, Margarida, “Herdeiros e Não-Herdeiros: Nupcialidade e Celibato no contexto da propriedade enfiteuta”, in *Separata da Revista de História Económica e Social*, 1988.
- DURÃES, Margarida, *Herança e Sucessão – Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)*, Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2000.
- FEIJÓ, Rui G., *Liberalismo e Transformação Social*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992.
- FLINN, Michael W., *El Sistema demográfico europeo, 1580-1820*, Barcelona, Ed. Crítica, 1989.
- GANE, Chris e SARSON, Trish, *Análise Estruturada de Sistemas*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1993.
- GOMES, José Joaquim, *O Monte-Pio e a Autonomia de Vizela*, Braga, Imprensa Comercial, 1890.
- GOMES, M. Palmira, *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Dissertação de Mestrado em História das Populações, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1996.
- GOUBERT, Pierre, *100000 Provinciaux au XVII^e Siècle*, Paris, Flammarion, 1968.
- GUIMARAENS, M. P., *A Rita Portuguesa*, Porto, 1993
- HENRY, Louis, *Manuel de Démographie Historique*, Paris, Librairie Droz, 2^a Edição, 1970.
- HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.

- LACERDA, Fernando, *S. Pedro de Aradas (1690-1900): estudo demográfico* Tese de Mestrado em História das Populações, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2000.
- LASLETT, Peter, *O Mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975
- LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, 1873
- LOPES, Sandra, *Interface para Aquisição de Dados de um Sistema para Estudo da Evolução Demográfica*, Braga, policopiado, 1999.
- MAIA, Rui Leandro, *São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1925*, Porto, Ed. Universidade Fernando Pessoa, 1996
- MARCÍLIO, Maria Luísa, (org.), *População e Sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARCÍLIO, Maria Luísa, *Caiçara – Terra e População, Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*, São Paulo, CEDHAL, 1986
- MESQUITA, M. Hermínia, *Evolução Demográfica na Criação Velha – paróquia do Sul do Pico (1801- 1993)*, Tese de Mestrado em História das Populações, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1995.
- MESSIAS, Francisco, *Antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha(1666-1900): estudo demográfico*, Tese de Mestrado em História das Populações, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1999.
- MIRANDA, Fernando, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa (1567-1989)*, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, 1993.
- NETO, M. De Lourdes Akola, *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º quartel do século XVIII (Ensaio de Demografia Histórica)*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1959
- NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas – a ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI – XVIII)*, Guimarães, NEPS, 2001-09-26
- NUNES, João Arriscado e Feijó, Rui, 1986, “Continuidade e mudança: o Minho em perspectiva histórico-sociológica”, *Cadernos do Noroeste*, U.M.
- NUNES, João Arriscado, 1987, “Do “cultural” no processo de produção das fontes para a Demografia Histórica e História da Família”, *Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literaturas”*, 119-131
- PACHECO, Maria José, *Avicella – antologia sobre Vizela e o seu termo*, Porto, 1984
- PACHECO, Maria José, *Para a História de Vizela – um legado... e outras coisas mais*, Porto, 1987
- PINTO, Ricardo Santos, *Vizela – 600 anos de História*, Penafiel, Ed. Netbe, 1998

- PRATA, Carlos e CARVALHO, Henrique, “Plano Geral de Urbanização de Vizela”, in *Sociedade e Território*, 1986
- PRESSAT, Roland, *Introducción a la Demografía*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985
- RAUGLAUDURE, Daniel, GeneWeb, Genealogy Software, <http://cristal.inria.fr/~ddr/GeneWeb/>
- REVEL, Jacques, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990
- Revista de Guimarães, vol. 108, Edição Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1998
- RODRÍGUES FERNÁNDEZ, Delfina, *A Terra e as Xentes, nacer, vivir e morrer na comarca de Celanova ó longo da Idade Moderna*, A Coruña, Vía Láctea Editorial, 1999
- RODRIGUES, Teresa, *Crises de Mortalidade em Lisboa, Séculos XVI e XVII*, Livros Horizonte, 1990.
- ROWLAND, Robert, “Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal”, in *Ler História* nº 3, pp.13-32, Lisboa, A Regra do Jogo – Edições, 1984
- ROWLAND, Robert, “Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional”, in *Demografía Histórica en Españã*, Org. V. Perez-Moreda, e D. S. Reher. Madrid, El Arquero, 1988
- SAMPAIO, Alberto e MEIRA, Joaquim de, *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, Fac-Simile, Guimarães, Ed. Muralha, 1991
- SERRÃO, Joel, (org.) *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985.
- SERRÃO, José Vicente, “O quadro humano”, in *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- SILVANO, Filomena, *Territórios da Identidade – Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta Editora, 1997